



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA EDUCACIÓN
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

MARIA IARA DO BONFIM DE SOUZA RODRIGUES

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA NUMA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Asunción – Paraguay

2017

MARIA IARA DO BONFIM DE SOUZA RODRIGUES

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA NUMA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E PRESPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Universidad Autónoma de
Asunción como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciências da Educação.

Tutor: Prof. Dr. Luis Ortiz Jiménez

Asunción – Paraguay

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

De Souza Rodrigues, Maria Iara do Bonfim.

O processo de Avaliação Qualitativa num escola de Educação Integral: desafios e perspectivas/Maria Iara do Bonfim de Sousa Rodrigues.

BAHIA/BRASIL, 2017.

119 f

Orientador: Prof. Dr. Luis Ortiz Jiménez..

Dissertação (Mestrado) - Universidad Autónoma de Asunción.

Mestrado em Ciências da Educação.

1. Ensino aprendizagem. 2. Avaliação Qualitativa. 3. Educação Integral.

MARIA IARA DO BONFIM DE SOUZA RODRIGUES

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA NUMA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Universidad Autónoma de Asunción como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Professor (a) Dr. (a). Nome do Presidente da banca

Professor (a) Dr. (a). Nome do 2º componente da banca

Professor (a) Dr. (a). Nome do 3º componente da banca

Asunción, _____ de janeiro de 1018.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus Pai, todo poderoso, minha força e meu escudo.

À minha mãe (in memoriam) pelo amor incondicional e por primar pelo meu conhecimento.

Aos meus familiares, meu esposo pelo apoio, aos meus filhos por todo carinho, incentivo e por acreditarem em mim. Em especial ao meu neto, por trazer-me luz e energia na reta final desse estudo.

Aos meus mestres pelos conhecimentos adquiridos.

Aos meus colegas de trabalho, alunos e gestores por contribuírem para a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, em especial à Kátia, Ivone, Anacleudes, Aline, Ivan, Nelson e Benilson que compartilharam comigo, momentos únicos e especiais de aprendizado e convivência, durante o período do curso.

Ao Instituto RL, na pessoa de Luana Fonseca por sua presença, apoio e cuidado.

Às minhas amigas, companheiras e colegas de curso Flávia de Almeida Araújo e Alessandra Storch pela dedicação, paciência e irmandade.

Ao meu tutor prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez pela forma que me conduziu para realização deste estudo, demonstrando disposição e compromisso nos momentos de orientações.

A todos que sempre acreditaram na minha vitória e vibraram com minhas conquistas.

“Mudar é preciso, ainda que permanecer seja sempre mais fácil: *avaliar* plenamente é imprescindível, ainda que medir seja extremamente confortável”.

(Antunes, 2013, p.52)

Sumário

RESUMO	viii
RESUMEN	ix
INTRODUÇÃO	1
PROBLEMATIZAÇÃO	4
OBJETIVOS	5
GERAL:	5
ESPECÍFICOS:	5
CAPÍTULO I - Panorama Histórico da Avaliação da Aprendizagem, Bases Legais, Fundamentação Teórica do Processo Avaliativo e da Educação Integral	6
1.1 Breve Histórico da Avaliação da Aprendizagem no Brasil e suas Bases Legais	8
1.1.2 Avaliação da Aprendizagem: concepções e possibilidades	14
1.2 Funções e Objetivos do Processo Avaliativo	17
1.3 Avaliação Qualitativa – Prática Transformadora?	19
1.4 O Papel do Quantitativo e Qualitativo no processo de avaliação da aprendizagem	21
1.5 Trajetória da Educação Integral no Brasil	22
1.6 Educação Integral / Educação em Tempo Integral	24
CAPÍTULO II – Aspectos Metodológicos	27
2.1 Problema	27
2.2 Objetivos	27
2.3 Delimitação e alcance da pesquisa	27
2.4 Tipo de estudo	27
2.5 Descrição dos sujeitos de pesquisa	28
2.6 Instrumentos utilizados para coleta de dados	29
2.6.1 Validação dos Instrumentos	29
2.7 Procedimentos metodológicos para coletas de dados	30
CAPÍTULO III – Apresentação e Discussão dos Resultados	33
Percepção dos estudantes	34
Percepção dos professores	44
Percepção das gestoras	58
Conclusão e Recomendações	61
Conclusão	61
Recomendações	63
REFERÊNCIAS	64
Apêndice A – Modelo do questionário dos alunos	68
Apêndice B – Modelo do questionário dos professores	71

Apêndice C – Modelo da entrevista dos gestores	76
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	78
Apêndice E– Carta de Apresentação	80
Anexo A – Do Regimento Escolar da Bahia	82
Anexo B – Manual do Professor	84
Anexo C – Validação dos Instrumentos	96

RESUMO

Este presente estudo discorre sobre a avaliação qualitativa na perspectiva da Educação Integral. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral. Esta pesquisa ocorre no Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, escola de Educação Integral, em 2017. Este estudo apresenta-se através de coleta de dados, numa abordagem qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e interpretativo. Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados como instrumentos da pesquisa, questionários para professores e alunos, e entrevista para os gestores, além de uma minuciosa análise da Atas dos Conselhos de Classe de 2016 e 2017, para que os critérios de avaliação fossem verificados, de acordo com sua consonância com Regime Escolar da Bahia, e que o processo avaliativo fosse caracterizado e conhecido por meio das perspectivas dos estudantes, professores e gestores da referida unidade escolar. Este estudo apresenta-se através de coleta de dados, numa abordagem qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e interpretativo. Todo o estudo foi teoricamente elaborado a partir das contribuições de Luckesi (2003 e 2005), Antunes (2013), Hoffmann (2006), Schellin (2015), dentre outros. Os resultados dessa pesquisa revelaram que o processo avaliativo da escola em questão acontece de forma diferenciada, onde todos os sujeitos da pesquisa são envolvidos, e em sua maioria acreditam que a escola está no caminho certo.

PALAVRAS-CHAVE: ensino aprendizagem; avaliação qualitativa; educação integral.

RESUMEN

Este presente estudio discurre sobre la evaluación cualitativa en la perspectiva de la Educación Integral. Esta investigación tiene como objetivo analizar el proceso de evaluación cualitativa, como herramienta en la enseñanza del aprendizaje, en una escuela pública de Educación Integral. Esta encuesta se realiza a través de la recolección de datos, en un abordaje cualitativo, con enfoque exploratorio, descriptivo e interpretativo. Para alcanzar los objetivos propuestos fueron utilizados como instrumentos de la investigación, cuestionarios para profesores y alumnos, y entrevista para los gestores, además de un minucioso análisis de las Actas de los Consejos de Clase de 2016 y 2017, para que los criterios de evaluación fueran verificados, de acuerdo con su consonancia con Régimen Escolar de Bahía, y que el proceso de evaluación fuera caracterizado y conocido por medio de las perspectivas de los estudiantes, profesores y gestores de la referida unidad escolar. Este estudio se presenta a través de la recolección de datos, en un abordaje cualitativo, con enfoque exploratorio, descriptivo e interpretativo. Todo el estudio fue teóricamente elaborado a partir de las contribuciones de Luckesi (2003, 2005 y 2009), Antunes (2013), Hoffmann (2003), Schellin (2015), entre otros. Los resultados de esta investigación revelaron que el proceso de evaluación de la escuela en cuestión ocurre de forma diferenciada, donde todos los sujetos de la investigación están involucrados, y en su mayoría creen que la escuela está en el camino correcto.

PALABRAS CLAVE: enseñanza aprendizaje; evaluación cualitativa; educación integral.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que no processo ensino aprendizagem, a avaliação reflete a vida escolar do aluno e o desempenho da prática docente do professor, pois é uma ferramenta norteadora do agir pedagógico, tendo como objetivo o sucesso do educando.

A avaliação pretende traçar objetivos que atendam aos conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais do aluno, permitindo ao educador uma revisão em seus conteúdos e metodologias, face a um universo distinto que a sala de aula abrange, e dessa forma, preconizar à melhoria do aprendizado escolar.

Julgar, não é uma tarefa fácil para o educador, exige responsabilidade e postura ética, principalmente porque envolve a observação dos aspectos qualitativos, aos quais são apresentados por crianças e jovens em formação, onde cada um traz em sua “bagagem”, diferentes histórias de vida, crença e cultura. Por outro lado, a auto avaliação do educador propõe uma revisão metodológica e estratégica do seu agir docente, no sentido de reconhecer sua eficácia para um bom desenvolvimento no aprendizado do educando.

Para tanto, a Educação Integral enquadra-se num processo educativo, cuja a prática da avaliação qualitativa tenciona atender tanto às necessidades cognitivas, quanto ao desenvolvimento integral do educando visando sua formação cidadã.

A avaliação qualitativa da aprendizagem necessita de uma visão bilateral, onde os agentes envolvidos no processo, educadores e educandos, devam estabelecer uma relação criteriosa, critérios e que estes sejam seguidos com clareza, obediência e rigidez, onde oportunize o reconhecimento da aprendizagem de forma integral

Por se tratar de uma etapa relevante do processo ensino aprendizagem, a avaliação tem sido objeto de estudo de muitos educadores, uma vez que ainda se consideram os “exames” como única forma de avaliação. Os estudiosos também esclarecem os objetivos e funções da avaliação, para que a mesma possa subsidiar a mudança de postura pedagógica do professor vistas ao desenvolvimento intelectual e social do educando.

Neste estudo, pretende-se apresentar o modelo de avaliação qualitativa escolar desenvolvido numa escola pública da rede estadual, no município de Feira de Santana, Bahia, Brasil, associado à importância dos conselhos de classe participativos trimestrais como suportes

para o desenvolvimento de uma avaliação contínua, no processo de ensino aprendizagem. Para tal, levar-se-á em consideração, como ponto específico, a descrição dos critérios observados pelo professor, bem como suas especificidades, oriundas das reuniões pedagógicas que antecedem o processo avaliativo analisado nesta pesquisa.

A motivação inicial para realização deste estudo deriva das experiências didáticas pedagógicas e inquietações da autora, ao longo do seu exercício de docência e gestão na escola pública dos ensinos fundamental e médio. Além disso, o fato de fazer parte do corpo docente do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, escola de Educação Integral, local da pesquisa, contribuiu para a percepção e vivência de uma prática avaliativa diferenciada, capaz de observar e valorizar as atitudes, comportamentos, hábitos de estudo, habilidades e o desenvolvimento pessoal e social do educando.

Para tanto, busca-se um referencial teórico acerca da avaliação da aprendizagem e da Educação Integral, que possa embasar significativamente, as discussões aqui tratadas, assim, elucidando caminhos para o desenvolvimento da prática avaliativa do docente, frente à Educação Integral, no processo ensino aprendizagem.

Dessa forma, este estudo justifica-se pela relevância que o tal tema impõe aos pesquisadores da prática avaliativa, assim como os segmentos da escola envolvidos nesse processo, uma vez que, um dos focos do trabalho pedagógico, que requer mais cautela, sensibilidade e responsabilidade, centrado na aprendizagem, é o processo de avaliação, através de abordagens de ensino fundamentadas na filosofia humanística, na pedagogia da autonomia, as quais norteiam o princípio da avaliação, no processo de construção e reconstrução do conhecimento do educando.

Em 1996, a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nº 9.394, atualmente em vigor, de acordo com seu art. 24, inciso V, item a, quanto à avaliação da aprendizagem, orienta que a verificação do rendimento escolar observará a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno e que os aspectos qualitativos devem sobrepor os quantitativos dos resultados, ao longo do período de aprendizagem e dos exames finais.

Por isso, compreende-se a importância da avaliação qualitativa, a partir da clareza dos objetivos, eficiência e eficácia na interatividade entre professor e educando, enfatizando a caracterização da questão problema desta pesquisa: como ocorre a avaliação qualitativa no processo ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral da rede estadual, na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil, no período entre 2016 e 2017?

Para tratar de tal questionamento, o presente estudo espera alcançar o seguinte objetivo geral: Analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral; e tem como objetivos específicos: Descrever o processo de avaliação qualitativa, através dos Conselhos de Classe Participativos e dos critérios pré-estabelecidos pelo corpo docente da referida instituição, em consonância com o Regimento Escolar da Bahia; Verificar os critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades; Caracterizar o processo de avaliação qualitativa junto aos gestores, professores e educandos e Conhecer a opinião de professores e alunos sobre o processo de avaliação qualitativa.

A partir da problematização e objetivos aqui apresentados, que norteiam este estudo, espera-se que este trabalho possa descrever o método de avaliação qualitativa utilizado pela escola em questão, e este, possa auxiliar a outras unidades de ensino na elaboração de seu próprio processo avaliativo, de forma que venha privilegiar sempre os aspectos qualitativos da aprendizagem, desde que estejam orientados pelo Regime Escolar vigente.

A partir da dinâmica do processo avaliativo da escola pesquisada, a autora sinaliza que os critérios de prática avaliativa, oferecem aos seus alunos a oportunidade do exercício da cidadania, através do desenvolvimento de suas necessidades cognitivas, pessoais e sociais, e do julgamento das capacidades, bem como dos padrões democraticamente acordados.

Quanto a metodologia, optou-se por uma abordagem qualitativa, por se aprofundar da complexidade do fenômeno estudado, no caso, o processo de avaliação qualitativa, pois permitiu um contato direto e prolongado da pesquisadora com os envolvidos na pesquisa, alunos, professores e gestores da instituição escolar investigada, por meio de coleta de dados, onde foram aplicados questionários para professores e alunos, entrevista com os gestores, e análise documental das Atas dos Conselhos de Classe, onde as informações deverão atender aos objetivos propostos neste estudo de investigação.

Para chegar aos resultados desta pesquisa, intitulada por: O processo de avaliação qualitativa, numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas, este estudo foi dividido em três capítulos:

O primeiro discorre sobre o panorama histórico da avaliação da aprendizagem, bases legais, e fundamentação teórica do processo avaliativo e da Educação Integral, elaborado a partir das contribuições de Luckesi (2003 e 2005), Antunes (2013), Hoffman (2006), Schellin (2015), dentre outros, e com o amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -

LDBEN (1996), do Plano Nacional de Educação – PNE (2014) e do Ministério da Educação – MEC (2015).

No segundo capítulo são apresentados os aspectos metodológicos, o *locus* e a caracterização dos sujeitos da pesquisa, bem como o detalhamento do processo de coleta de dados, os instrumentos utilizados e a análise dos dados.

Por fim, o terceiro e último capítulo se apropria da análise e detalhamento do processo avaliativo da escola investigada, através da exploração e descrição dos dados. Também serão apresentados os resultados obtidos por meio da coleta de dados dos questionários e entrevistas, e ainda a análise documental das Atas dos Conselhos de Classe.

Enfim, espera-se que este estudo possa fornecer o instrumental necessário para uma significativa ampliação no olhar de pesquisadores e estudiosos da avaliação da aprendizagem escolar, e que gestores e docentes, a partir de uma relação acolhedora, possam fornecer aos seus alunos a oportunidade de uma prática avaliativa democrática e participativa.

PROBLEMATIZAÇÃO

O termo avaliar refere-se não apenas aos aspectos quantitativos da aprendizagem abrange desde a aquisição do conhecimento e informação decorrente dos conteúdos curriculares apreendidos, tanto quanto das habilidades, interesses, atitudes, hábitos de estudos e desenvolvimento pessoal e social do educando.

A partir de tal definição, é importante que a prática da avaliação qualitativa esteja presente nas escolas, e as que já fazem uso desse processo avaliativo possam compartilhar suas experiências, com aquelas que têm interesse em conhecer esse método de avaliação, para tanto formula-se a seguinte questão: como ocorre a avaliação qualitativa no processo ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral da rede estadual, na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil, no período entre 2016 e 2017?

OBJETIVOS

Para tratar de tal questionamento, portanto arrolam os seguintes objetivos:

GERAL:

Analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral.

ESPECÍFICOS:

- Descrever o processo de avaliação qualitativa, através dos Conselhos de Classe Participativos e dos critérios pré-estabelecidos pelo corpo docente da referida instituição, em consonância com o Regimento Escolar da Bahia;
- Verificar os critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades;
- Caracterizar o processo de avaliação qualitativa junto aos gestores, professores e educandos;
- Conhecer a opinião de professores e alunos sobre o processo de avaliação qualitativa.

CAPÍTULO I - Panorama Histórico da Avaliação da Aprendizagem, Bases Legais, Fundamentação Teórica do Processo Avaliativo e da Educação Integral

1 Contextualização

Concebendo a abordagem desse estudo, o processo de avaliação qualitativa na Educação Integral, se faz necessário recorrer aos pressupostos teóricos do processo de avaliação da aprendizagem, bem como da Educação Integral no Brasil.

O entendimento acerca da avaliação da aprendizagem escolar, por muito tempo, limitou-se à verificação do nível de desempenho do educando em determinado conteúdo (conjunto de informações, habilidades mentais e motoras, convicções, criatividade, etc...) e classificá-lo em aprovado ou reprovado, tornando assim, essa prática excludente.

Contudo, a evolução dos estudos sobre as concepções da avaliação da aprendizagem, tem mostrado, que para mudança ou redimensionamento da prática educativa, o processo avaliativo deve ser visto como um ato amoroso, no que se refere ao acolhimento e não apenas ao julgamento do educando, como afirma Luckesi (2005):

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, interativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção – que obrigatoriamente conduz à exclusão. (pp. 172-173)

Nessa perspectiva, a tendência da avaliação escolar é ocupar um lugar significativo para a tomada de decisões, no que tange ao redimensionamento da prática pedagógica do educador, que deverá se estender ao sucesso da aprendizagem dos alunos.

Diante dos desafios e perspectivas que a escola vive atualmente, objetivando a melhoria da educação, a avaliação assume um papel imprescindível na prática docente como mediadora e reflexiva, para o processo de ensino aprendizagem, pois para Hoffman (2006, p. 150), “A

ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado”.

Segundo Silva (2004), quanto mais o professor adquirir conhecimento sobre as diversas formas de aprendizado dos educandos, ele terá maior possibilidade de fazer as intervenções pedagógicas necessárias, para isso o tempo de convivência entre educador e educando é de extrema importância, desde que esse tempo seja um aliado, para um acompanhamento constante do aluno, num esfera multidimensional.

Nesse contexto, a proposta de Educação Integral possibilita uma dinâmica mais eficiente e responsável para a prática da avaliação da aprendizagem escolar, no que se refere ao tempo de convívio entre professor e aluno, logo o professor que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção no decorrer do ano letivo, da participação e produtividade de cada aluno, já que Hoffman (2006) ressalta a avaliação como mediadora, pressupondo a necessidade de observação individual na produção do aluno, acompanhado ao processo de construção do conhecimento.

Compreende-se a Educação Integral, como um sistema que pretende garantir uma avaliação de qualidade, pois esta propõe uma reflexão sobre tempo e espaços de aprendizagem, qualidade de ensino e métodos de avaliação que atribuam valores ao aluno, considerando-o como sujeito multidimensional, Gonçalves (2006), destaca que:

O conceito mais tradicional e conhecido de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional: não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial. Acrescentamos, ainda, que o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas simbólicas, busca satisfação nas suas diversas formulações de realização tanto nas atividades de criação quanto na obtenção de prazer nas mais variadas formas.

Schellin (2015) acrescenta que a Educação Integral:

é aquela que, além da oferta de um tempo ampliado de permanência do estudante na escola, pensa o ser humano multidimensional, englobando os mais variados aspectos que vão se desenvolvendo no decorrer da vida. Sob esse ponto de vista, é importante considerar também que a aprendizagem ocorre em diferentes contextos: familiar, social, na escola e em outros espaços formais e informais(p. 20)

A partir de tais definições, é necessário que a avaliação da aprendizagem na Educação Integral esteja atenta, não apenas para o desenvolvimento integral das habilidades e competências acadêmicas e conteúdos escolares dos educandos, mas também às habilidades referentes às emoções e ações, que venham a refletir nos conteúdos atitudinais, que por sua vez, darão suporte na preparação do educando para o mundo.

Portanto, a avaliação qualitativa na Educação Integral é principalmente um processo de acompanhamento da aprendizagem, que convida educador e educando à uma criticidade que permita um traçado de novos caminhos e atitudes para o sucesso do ensino aprendizagem.

Diante das reflexões expostas, afirma-se que o foco desse estudo, é o processo de avaliação qualitativa da aprendizagem na Educação Integral, no qual se faz necessário conhecer novas formas de avaliação que atendam as particularidades de cada educando em sua condição multidimensional, onde possam superar os desafios e criar expectativas, que contribuam para construção coletiva de novos saberes, em prol do sucesso da aprendizagem do educando.

1.1 Breve Histórico da Avaliação da Aprendizagem no Brasil e suas Bases Legais

A trajetória da avaliação do ensino-aprendizagem no Brasil inicia-se com a história da nossa colonização. No período colonial, a sociedade era patriarcal e latifundiária, e a mão-de-obra escrava, para tanto, não necessitava de pessoas “letradas”.

Em 1549, com a chegada da Companhia de Jesus, a educação que era dada aos índios, pelos padres jesuítas, os quais produziam suas próprias atividades pedagógicas, tinha por objetivo catequizá-los, ou melhor, torná-los mais dóceis e submissos.

Segundo Aranha (1989),

O ensino jesuítico possuía uma metodologia própria baseada em exercícios de fixação por meio de repetição, com o objetivo de serem memorizados. Os melhores alunos auxiliavam os professores a tomar lições de cor dos outros, recolhendo exercícios e tomando nota dos erros dos outros e faltas diversas que eram chamadas de decuriões. As classes inferiores repetiam lições da semana todo sábado. Daí a expressão ‘sabatina’ utilizada por muito tempo para indicar formas de avaliação.

Segundo Luckesi (2003), o modelo de aplicação de exames escolares que conhecemos hoje, e é desenvolvido na maioria das escolas, foi sistematizado a partir dessa época.

A chegada do Marquês de Pombal, trouxe a descentralização da educação das mãos da igreja que passou a atender aos interesses da Coroa Portuguesa, porém nada foi articulado para dar continuidade ao processo educacional do Brasil. Estagnada, assim a educação apenas sofreu mudanças, com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a partir da Abertura dos Portos às nações amigas, circulação do jornal Correio Brasiliense no Brasil (produzido em Portugal) e criação da Academia de Marinha. Posteriormente, em 1810 foram fundadas, a primeira biblioteca e a Academia Militar. Mesmo assim, essas mudanças ainda acompanhavam os modelos de avaliação pedagógica dos padres jesuítas, através de exames.

Contrário ao modelo de educação tradicional, em 1920, Anísio Teixeira, aluno de John Dewey, filósofo norte-americano, traz para o Brasil o modelo do movimento, que surgiu na Inglaterra, chamado de Escola Nova, que carregava consigo uma escala de conceitos que substitui as notas, e que segundo Fernandes (2002), dá um enfoque puramente qualitativo ao processo de avaliação, observando as atitudes, esforço e êxito dos estudantes na execução das atividades.

Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 1931, houve a primeira reforma de ensino, a Reforma Francisco Campos, que organizou o ensino secundário em duas etapas: o curso fundamental, duração de cinco anos, para atender alunos a partir de 11 anos, e o curso complementar, duração de dois anos, para aqueles candidatos ao ensino superior, ainda utilizando o método de exames nas avaliações.

Ao observar, o Decreto nº19.890/31 (Brasil, 1931), relativo à avaliação da aprendizagem, percebe-se que o termo avaliação nem sequer é mencionado, o texto se refere aos procedimentos relativos a provas e exames, bem como aos critérios de promoção do aluno e que a avaliação da aprendizagem está vinculada à atribuição de notas aos alunos em cada disciplina, tendo em vista sua progressão nos estudos, de acordo com seu desempenho em provas e exames¹.

¹ Os Artigos 10 e 11 do Capítulo I. Título I, indicam que os programas de ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, seriam expedidos pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro. Também é definida a matéria contida nos programas.

Esse processo de avaliação é caracterizado pela forma imparcial que se apresenta quando não possibilita a interferência de nenhuma variável ao aluno que obtivesse nota inferior à média proposta, é o que reza o art. 35, parágrafo 2º: “A falta da média mensal, por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equivale a nota zero”; e também pela forma inflexível, uma vez que as provas parciais eram julgadas pelos professores e inspetores e as finais seriam executadas na presença de uma banca examinadora, composta de dois professores, sob a presidência de um inspetor.

Para esse modelo de avaliação, os instrumentos utilizados chamados de procedimentos avaliativos são: arguição oral, trabalhos práticos, provas parciais e finais. Portanto, a função avaliativa é exclusiva do professor, assessorado pelo inspetor, não permitindo assim uma postura ativa do aluno nesse processo, o que possibilitaria seu julgamento, através de critérios de qualidade.

Em 1942 com a Reforma Capanema, o ensino secundário continuou dividido em dois ciclos, e dessa vez nomeados por: ginásial e o clássico ou científico. No que concerne a avaliação, sua definição é praticamente a mesma, onde o aluno é avaliado apenas por provas e exames, e apenas observa-se que sua representação quantitativa se dá, através de uma escala numérica de zero a dez, como se encontra no Decreto-lei 4.244/42, cap. IV, art. 30: A qualidade dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez.

A avaliação vista como medida, tanto no Decreto nº 19.890/31 quanto no Decreto-Lei nº 4.244/42 cabe ao professor de cada disciplina, verificar o rendimento do aluno, ainda na presença de uma banca examinadora, na realização da prova final.

A Reforma Capanema, que permaneceu em vigor por nove anos, define a avaliação da aprendizagem como procedimento que tem o objetivo de julgar o aluno, por meio de sua consciência moral, ética e profissional, em consonância com o grau de aproveitamento do aluno, correspondente a série em curso. Para tal julgamento, não se segue critérios pré-estabelecidos pelo CFE (Conselho Federal de Educação), como mostra os trechos a seguir:

Lei nº4.024/61, art.39: “Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados durante o ano letivo[...].

Parecer CFE nº102/62: “[...] Não se trata de prescrição de provas ou exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso [...].

Parecer CFE nº207/66: “[...] Na avaliação do aproveitamento do aluno devem preponderar os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades

escolares [...]. Os resultados alcançados durante o ano letivo, mais que as notas, símbolos mais ou menos arbitrários, são principalmente os processos feitos ao longo dos meses [...].”

De acordo com o Parecer do CFE nº102/62², o processo de avaliação do desenvolvimento do aluno se dá de forma constante, orientado pelos princípios da continuidade, da harmonia com a prática pedagógica, e do levantamento e compreensão dos resultados do desempenho dos alunos. Esses princípios possibilitam a prática de uma avaliação somativa, mas não legitimam os momentos de provas e exames como parte do ensino-aprendizagem, e nem sequer são considerados dias letivos.³ Porém, o modelo de exames e provas passam a estar compatíveis com a prática pedagógica do professor em sala de aula e veta a elaboração desses instrumentos por profissionais que não participam do processo de ensino-aprendizagem, durante o ano letivo.

Considera-se também, que a decisão de aprovação ou retenção do aluno, seja tomada a partir do nível de desenvolvimento apresentado por ele, além de seus pontos obtidos durante todo o ano. Contudo, não há registros sobre sugestões de procedimentos avaliativos que não se enquadrem ao modelo de testagem.

Em 11 de agosto de 1971, a Lei nº4.024/61 foi revogada pela Lei 5.692, que determinou as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, inclusive todos os artigos que se referem à avaliação. Além da verificação do rendimento escolar, em se manter sob a responsabilidade dos estabelecimentos, bem como o aproveitamento e a apuração da assiduidade do aluno, o art. 14 é composto de quatro parágrafos que tratam da promoção e dos estudos de recuperação, como verifica-se a seguir:

§1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expresso em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§2º - O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§3º - Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

- a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;

² Parecer do CFE nº102/62: Não se trata de prescrição de provas e exames, mas de verificação da aprendizagem de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o curso de forma que se mantenha razoável e segura aferição do aproveitamento do aluno.

³ Lei nº40/24/61, art. 38, inciso I: Duração mínima do período escolar: Cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§4º - Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

Mesmo com caráter classificatório, decorrente da organização seriada do sistema do sistema escolar, a Lei nº 5.692/71 no item I do Parecer do nº 360/74 do CFE objetiva apenas à promoção ou permanência do aluno de acordo com os conhecimentos e habilidades, correspondentes a cada série, porém a avaliação aparece com vestígios progressistas, da seguinte forma:

O sistema de avanços progressivos implica na “adequação dos objetivos educacionais às potencialidades de cada aluno, agrupando por idade e avaliando o aproveitamento do educando em função de suas capacidades.

[...] Não existe reprovação. A escolaridade do aluno é vista num sentido de crescimento horizontal; o aproveitamento, numa linha de crescimento vertical. Pelo regime de avanços progressivos, o aproveitamento escolar independe da escolaridade, ou seja, do número de anos que a criança frequenta a escola”.

No que se refere à avaliação, no artigo 14 da LDBEN antiga LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), surge a amplitude e noção de continuidade do processo, que permite a desvinculação com provas e exames, sobrepondo a análise dos resultados obtidos durante todo o ano letivo à prova final.

O Parecer nº 360/74 deixa claro que, “cabera ao professor avaliar seus alunos de forma global e ao longo de todo período letivo”, observando seu crescimento físico, mental, social e emocional, e ainda o Parecer nº 2.164/78 amplia e explicita a avaliação como diagnóstica, formativa e somativa.

A Lei 5.692/71 trata a avaliação como procedimento de acompanhamento e julgamento do aluno, visando alcançar os objetivos propostos, através de instrumentos diversos, do início ao fim do processo de aprendizagem do aluno e responsabilizava cada estabelecimento pela verificação do rendimento escolar por meio do aproveitamento e assiduidade do aluno.

Ainda sobre o Parecer nº360/74 do CFE, a avaliação da aprendizagem não apenas se resume à aquisição de conhecimentos, mas envolve todo um processo de formação de conceitos e atitudes, através da aquisição de habilidades, aproveitando e dando continuidade ao

desenvolvimento das potencialidades do aluno, destacando ainda, a possibilidade de repensar o agir pedagógico em função dos objetivos a serem alcançados, contidos no planejamento escolar.

Acerca da avaliação do rendimento escolar, a LDBEN nº 9.394/96, atualmente em vigor, no seu art. 24, inciso V, orienta que:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Para reforçar o Parecer 2.164/78, no que se refere aos horizontes da avaliação como processo diagnóstico, formativo e somativo, a cultura classificatória cede lugar à avaliação como processo de acompanhamento do rendimento do aluno, no Parecer nº 12/97, explicitado da seguinte forma:

[...] é importante assinalar, na nova lei, a marcante flexibilização introduzida no ensino básico, como se vê nas disposições contidas nos artigos 23 e 24, um claro rompimento com a “cultura da reprovação”. O norte do novo diploma legal é a educação como um estimulante processo de permanente crescimento do educando – “pleno desenvolvimento” – onde notas, conceitos, créditos ou outras formas de registro acadêmico não deverão ter importância acima do seu real significado. Serão apenas registros passíveis de serem revistos segundo critérios adequados, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação, que revelem progresso em comparação a estágio anterior, por meio de avaliação, a ser sempre feita durante e depois de estudos visando à recuperação de alunos com baixo rendimento.

A partir da Lei 9.324/96 da LDBEN, a avaliação tem o aluno como foco, no sentido mais amplo de melhoria da qualidade do ensino aprendizagem. Essa qualidade se refere tanto ao progresso do desenvolvimento do aluno, como no redimensionamento das práticas pedagógicas dos docentes.

1.1.2 Avaliação da Aprendizagem: concepções e possibilidades

De acordo da etimologia da palavra avaliar, que vem do latim a + valere, seu significado é atribuir valor e mérito ao objeto de estudo e conseqüentemente, entende-se que essa ação se aproxima mais da qualidade, quanto da quantidade.

Para Hoffmann (2006), a avaliação humana parte do julgamento das realidades ou práticas, através dos aspectos que podem ser julgados e os critérios usados para tal julgamento. Para julgar é necessário unir o técnico-científico com o político-ideológico, permitindo uma análise dos rumos e caminhos a serem seguidos com o objetivo de repensar a significação da ação avaliativa, mas Guerra (2003) salienta que a avaliação é um processo de natureza ética, que se disfarça sob uma aparência técnica e científica, onde esconde grandes riscos que precisam ser descobertos, para que os envolvidos não sejam enganados.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem está atrelada à atividade humana reflexiva, a partir de Gadotti apud Demo (1995), que aponta a avaliação como reflexão, ato de planejar e estabelecer critérios atrelados a objetivos que condicionem seus resultados para qualquer prática, seja ela de cunho educativo, social, político ou outro.

Segundo Vasconcellos (2009),

O ato de avaliar na vida cotidiana dá-se permanentemente pela unidade imediata de pensamento e ação, a partir de juízos, opiniões assumidas como corretas e que ajudam nas tomadas de decisões. Ao fazer juízo visando a uma tomada de decisão, o homem coloca em funcionamento os seus sentidos, sua capacidade intelectual, suas habilidades, sentimentos, paixões, ideais e ideologias. Nessas relações estão implícitos não só aspectos pessoais dos indivíduos, mas também aqueles adquiridos em suas relações sociais. (p.29)

Ao debruçarmos nosso olhar para os processos avaliativos relativos às práticas pedagógicas, percebemos que a avaliação da aprendizagem precisa ser considerada como ferramenta que auxilia educador e educando na construção do seu próprio “eu”. Sant’Anna (2002, p.27) afirma que no processo avaliativo, “O aluno não será um indivíduo passivo, e o professor, a autoridade que decide o que o aluno precisa e deve saber”.

Considerando a construção do conhecimento, para Hoffman (2006), os estudantes questionam pressupostos teóricos, modelos e metodologias da avaliação tradicional, ligada a um contexto social e político mais amplo e ainda considera que estudos não revelam os reflexos desse contexto na formação prática e avaliativa dos professores.

A autora também associa a prática avaliativa como reflexo de sua própria história de vida como professora e/ou aluna, e que essa influência deve ser desvinculada em suas contradições e desmistificadas dos fantasmas do passado.

Os questionamentos, contradições e fantasmas aos quais a autora se refere, associa a avaliação a um momento estático de juízo de valor, condicionado aos padrões tomados como referência e direcionados aos instrumentos de medida da avaliação, refletindo assim uma postura classificatória e excludente.

A partir da ideia de padrão e classificação, avaliação se confunde com verificação de resultados e a prática de exames, uma vez que limita-se apenas a observação e sinalização do nível de desempenho do educando num determinado conteúdo ou disciplina, em momentos estanques, por meio de instrumentos como, prova, testes e outros.

Quando (Perrenoud 1999; Souza 1993) dialogam acerca do papel equivocado dos instrumentos de verificação (testes, provas e outros), quando estes apenas estão a serviço da classificação e exclusão do educando. Sua verdadeira função seria redimensionar as práticas pedagógicas dos docentes, tendo o aluno como foco, no sentido de desenvolver suas potencialidades, para obter bons resultados em todo o processo de sua aprendizagem.

A concepção de avaliação, de acordo com a utilização da prova como apenas instrumento de medida, implica confiabilidade por parte dos alunos, numa suposta exclusão da subjetividade do avaliador, ou seja, este não pode interferir nos resultados, mas Haydji (2001), esclarece que:

(...) registraremos aqui o fato de que hoje se sabe que a avaliação não é uma medida pelo simples fato de que o avaliador não é um instrumento, e porque o que é avaliado não é um objeto no sentido imediato do termo. Todos os professores avaliadores deveriam, portanto, ter compreendido definitivamente que a “nota verdadeira” quase não tem sentido. (p. 34)

Entretanto, com caráter classificatório, a aprendizagem referenciada em padrões, sejam científicos ou culturais, enquadra-se na concepção positivista, pois nela o que importa é o produto, resultado do desempenho do aluno por meio de suas posturas e habilidades, e não o processo em sua totalidade.

Em contra partida, na concepção construtivista tem-se uma excessiva preocupação com o processo, desconsiderando os resultados, havendo assim a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Luckesi (2005, p.39), afirma que, “A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva; diversa dos exames, que são classificatórios, seletivos e excludentes.” Essa afirmativa promove uma reflexão sobre a dimensão da avaliação da aprendizagem, como busca de melhoria de qualidade dos resultados, através de uma melhor qualidade do ensino, envolvendo os participantes do processo avaliativo.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) esclarecem que a avaliação é:

Elemento integrador entre aprendizagem e ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades [...] (p.83).

Ainda sob a perspectiva da avaliação como processo, Sant’Anna (1995) afirma que:

A avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos ariscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional. (p. 7)

Para tanto, com o objetivo de avançar na melhoria do processo avaliativo da aprendizagem escolar, surge o interesse por uma perspectiva qualitativa, pois, segundo Saul (1995):

Esse movimento deveu-se em grande parte ao reconhecimento de que os testes padronizados de rendimento não ofereciam toda a informação necessária para compreender o que os professores ensinavam e o que os alunos aprendem. (p. 45)

Saul (1995) caracteriza que a concepção qualitativa de avaliação como uma preocupação em compreender o significado de produtos complexos a curto e a longo prazos, explícitos e ocultos, o que requer uma mudança de orientação, uma troca de pólo: da ênfase nos produtos à ênfase no processo.

É nesse caminho que essa pesquisa se orienta, dialogando com autores que concebem a avaliação da aprendizagem enquanto forma de construção emancipatória, acreditando que esse processo acontece, à proporção que o educando seja capaz de produzir significados e atribuir sentido à sua aprendizagem.

1.2 Funções e Objetivos do Processo Avaliativo

Para Vasconcellos (1998), a avaliação ocorre quando há uma reflexão sobre a prática pedagógica, onde a partir dos resultados se possa tomar novas decisões para a execução das atividades didáticas futuras. Nesse contexto, avaliar didaticamente requer um acompanhamento contínuo do docente no processo ensino aprendizagem, a fim de que os objetivos propostos para as experiências sejam alcançados, as dificuldades minimizadas ou até mesmo sanadas, e que também possibilite o redimensionamento do agir docente.

Para tal prática, a avaliação deve utilizar instrumentos que tenham por objetivo, a melhoria do processo educacional, bem como ser uma das prioridades para ações pedagógicas direcionadas à formação e autonomia do educando.

“No que se refere às funções da avaliação da aprendizagem, importa ter presente que ela permite o julgamento e a consequente classificação, mas essa não é a sua função constitutiva. É importante estar atento à sua função ontológica (constitutiva), que é de diagnóstico, e, por isso mesmo, a avaliação cria a base para a tomada de decisão, que é o meio de encaminhar os atos subsequentes, na perspectiva de busca de maior satisfatoriedade nos resultados”. (Luckesi 2005, p. 175).

Segundo Bloom (1993), a avaliação do processo ensino-aprendizagem, apresenta três tipos de funções: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) somativa (classificatória).

A função diagnóstica da avaliação está associada à sua origem etimológica (do grego *diagnostikós*), que tem como significado capacidade de discernir, de distinguir alguma coisa de outras, conhecer através de dados, Luckesi (2005, p. 55) afirma que, “Um diagnóstico é um conhecimento que adquirimos através de dados que qualificamos e, por isso, nos permite uma decisão e uma intervenção”.

A avaliação diagnóstica se caracteriza pelo contato inicial que o professor estabelece com o aluno, devido a heterogeneidade dos grupos na sala de aula, no sentido de verificar os conhecimentos prévios do aluno, com o objetivo de conhecer melhor suas habilidades, e assim ele possa prepará-los para novas e diferentes experiências pedagógicas.

Nessa perspectiva, Gil (2006), destaca que:

“constitui-se num levantamento das capacidades dos estudantes em relação aos conteúdos a serem abordados, com essa avaliação, busca-se identificar as aptidões iniciais, necessidades e interesses dos estudantes com vistas a determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas”. (p. 247).

Refletindo a avaliação diagnóstica, Luckesi (2005) salienta que:

“Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica. No caso, considerarmos que ela deva estar comprometida com uma proposta pedagógica histórico-crítica, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção. A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe uma forma solta isolada. É condição de sua existência e articulação com uma concepção pedagógica progressista”. (p. 82)

Essa função avaliativa, serve como “termômetro” para o professor, uma vez que o diagnóstico feito, permitirá uma adequação do seu planejamento, determinando novas diretrizes para suas práticas pedagógicas.

A função formativa segundo Haydt (1995), preocupa-se com a consonância entre os objetivos propostos e a aprendizagem dos alunos, bem como os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. A autora ainda afirma que através do processo formativo, o aluno tem condições de conhecer seus erros e acertos, e que por meio deste ocorre o feedback que permite orientar tanto os estudos do aluno, quanto à prática do professor no sentido de uma melhor adequação pedagógica para que o aluno alcance melhor resultado na aprendizagem.

Para Bloom, Hastings e Madaus (1975), a avaliação formativa tem como objetivo inteirar professor e aluno acerca do conhecimento apreendido durante as atividades pedagógicas e sinalizar as lacunas existentes no processo, permitindo as devidas correções e oferecendo novas oportunidades de recuperação. A avaliação formativa tenciona detectar dificuldades e oferecer possíveis soluções para os envolvidos nesse processo.

Para Miras e Solé (1996, p. 378), a avaliação somativa visa: “determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada”, e tem o objetivo de classificar o aluno ao final de cada ciclo ou unidade, a partir de níveis e critérios máximos de aproveitamento.

Segundo Antunes (2013, p. 30), “Avaliar por critérios máximos, em síntese, é como colocar a corda em uma determinada altura e solicitar que todos a saltem, ignorando a existência de expressivas diferenças pessoais”.

Desta forma, Gil (2006), define a avaliação somativa como:

Uma avaliação pontual, que geralmente ocorre no final do curso, de uma disciplina, ou de uma unidade de ensino, visando determinar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Visa elaborar um balanço somatório de uma ou várias seqüências de um trabalho de formação e pode ser realizada num processo cumulativo, quando esse balanço final leva em consideração vários balanços parciais. (p. 248).

No que tange, às funções da avaliação visando o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem, é necessário que se trilhe um caminho articulado, sequenciado e construtivo, seguindo os três “passos” da avaliação: diagnosticar, formar e somar os resultados, no sentido de contemplar a construção do conhecimento, nesse processo.

1.3 Avaliação Qualitativa – Prática Transformadora?

Diante dos padrões históricos-sociais, a avaliação assumiu um papel de prática pedagógica excludente, através de provas e testes aplicados em momentos isolados da verificação da aprendizagem. A percepção equivocada que os educadores têm sobre a avaliação como momento distinto da educação, e até os tempos atuais, perdura como forma de classificar os educandos.

Tal percepção vem se elucidado, quando a avaliação é entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, e que deve assumir a função de auxiliar o crescimento do educando, visando a construção de uma aprendizagem bem sucedida.

O aspecto qualitativo da aprendizagem não se expressa através de números, mas sim por indicadores, assim como metas que traçamos e desejamos alcançar, critérios que referenciam ideias e práticas que contemplem o objetivo maior: o sucesso da aprendizagem do educando.

A avaliação deve ser feita através de diversos instrumentos de verificação, inclusive a prova, basta que esses estejam coerentes com a forma de ensinar, pois segundo Moretto (2010, p.119), “A avaliação da aprendizagem é um momento privilegiado de estudo, e não um acerto de contas”.

A prática avaliativa, em seu caráter qualitativo, tenciona refletir a ação pedagógica do professor, possibilitando a produção do conhecimento, privilegiando assim, o próprio processo reconstrutivo, por meio dos apoios didáticos presentes ou não na escola.

Segundo Hoffman (2003), há uma intercessão entre o sucesso do aluno e seu desenvolvimento máximo possível, visto que para Antunes (2013), quando avaliamos por meio de nota ou conceito, o “máximo” é apenas alcançado por alguns, mas tendo o “ótimo” como padrão de alcance, respeitaremos assim os níveis diferenciados no processo avaliativo de cada aluno.

Para reforçar essa ideia, Antunes (2013) afirma que:

A avaliação brasileira sempre primou por valores máximos e o que agora se propõe é a construção de um sistema que possa privilegiar valores ótimos. É importante que todos façam o melhor possível e que o melhor possível de um possa valer apenas em relação às suas potencialidades e não às dos demais. (p.30)

Nesse sentido, o papel do professor como observador é de extrema importância, pois o que está em evidência agora é o acompanhamento permanente do aluno, em todo o seu desenvolvimento que será valorizado não apenas nos resultados obtidos em momentos isolados, nem somente através de instrumentos de verificação da aprendizagem.

Além disso, é imprescindível uma mudança na postura do professor, numa prática avaliativa transformadora. É importante que ele saiba trazer novas roupagens ao conhecimento a ser disseminado, bem como se manter atualizado, para que tenha condições de orientar seu aluno no seu processo de construção.

No processo educativo, a avaliação qualitativa visa acompanhar e garantir um processo democrático, onde se discuta valores, ética e compromisso social, tendo como objetivo a construção, bem como reconstrução e acompanhamento constantes do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, face à formação de sujeitos capazes de intervir na realidade social, a qual estão inseridos.

A avaliação qualitativa da aprendizagem é uma ferramenta que pode detectar possíveis problemas e propor soluções, no que se refere a construção do conhecimento, e na mudança de postura do agir pedagógico do professor, este como mediador na aprendizagem, para o desenvolvimento das habilidades e competências do aluno.

1.4 O Papel do Quantitativo e Qualitativo no processo de avaliação da aprendizagem

Para Antunes (2013, p.20), “Não existe avaliação se não existir expectativas por resultados”, a partir dessa afirmação entende-se que, mesmo que o qualitativo prime pelo desempenho do aluno durante seu processo de aprendizagem, o quantitativo por sua vez, representa em números seu desempenho final, com isso, o quantitativo e qualitativo se entrelaçam, por conseguinte, conclui-se um ciclo do processo avaliativo da aprendizagem do aluno.

Tratando-se de quantidade, em situações seletivas como os concursos, a prática dos exames com intuito classificatório é útil e apropriada, pois nesse caso específico, o que importa é o resultado final. No que tange a avaliação escolar, deve-se privilegiar o acompanhamento e valorização das ações do aluno, durante todo processo, para tanto, a qualidade deve sobrepor à quantidade.

O quantitativo está associado à prática de exames, atribuição de notas e classificação dos alunos, quando o processo de ensino aprendizagem é visto como uma simples transmissão de conhecimento, onde o aluno apenas recebe e reproduz os conteúdos ministrados pelo professor enquanto, o qualitativo se enquadra numa dimensão mais ampla do processo ensino aprendizagem quando está associado ao grau de desenvolvimento do educando, reconhecendo-o como agente capaz de atingir o seu melhor, e o educador, como mediador da aprendizagem.

A diferença entre avaliar e verificar, no sentido qualitativo e quantitativo da aprendizagem é assim apresentada por Luckesi (2005, p.100), “A avaliação é um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais; a verificação é uma configuração dos resultados parciais ou finais. A primeira é dinâmica, a segunda é estática”.

Nesse sentido, temos a avaliação como processo realizado de forma contínua, cumulativa e sistemática, que propõe um diagnóstico de cada aluno, com o objetivo de identificar suas dificuldades através do erro, e esse mesmo erro pode levar o professor a detectar os conteúdos e conhecimentos aprendidos ou não, sendo encarados como pontos de chegada que direcionarão os futuros pontos de partida, proporcionando diferentes tomadas de decisão, na prática pedagógica do professor.

A avaliação, em termos qualitativos, se processa desde o primeiro contato com o aluno, de forma prognóstica, onde se alicerça a partir do conhecimento prévio do aluno, até a

diagnóstica, que observa se os conhecimentos e habilidades previstas nos objetivos dos seus planejamentos foram adquiridos, ou os fatores que impediram essa aquisição, num processo permanente, de acordo com os diferentes níveis de aprendizagem.

Já o quantitativo perde seu sentido nos instrumentos de avaliação, quando os números representam apenas uma porcentagem de acertos e erros do aluno. Mas se a nota for analisada como importante ou não, para conteúdos relativos aos erros, com a pretensão de questionamentos acerca de dificuldades detectadas ou possíveis reorientações, mesmo aferida numericamente, o avaliador através de uma leitura significativa, passa a ter uma atitude diagnóstica, para elaboração de um resultado.

Diante das elucidações acerca do quantitativo e qualitativo na avaliação escolar, é urgente, que as ações do educando e os dados numéricos aferidos nas verificações, sejam considerados como pontos de chegada, e sirvam de pontos de partida para um diagnóstico que possibilite novos entendimentos e direcionamentos para o processo de ensino e aprendizagem.

1.5 Trajetória da Educação Integral no Brasil

Surge o ideal de Educação Integral, com texto intitulado por: “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, que descreve a educação como fenômeno sujeito à mudança, dependendo da sociedade onde está inserida, faz parte de um documento chamado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o qual foi elaborado em 1932, por um grupo de pessoas envolvidas com a educação, com o objetivo implementar um sistema de Educação Pública no Brasil, que integrasse as diferentes áreas de conhecimento, visando alcançar uma educação mais eficiente.

Segundo Branco (2012), entre 1931 a 1935, o educador Anísio Teixeira elaborou um projeto educacional para o Rio de Janeiro, com a expansão prédios escolares estruturados com bibliotecas e diferentes áreas de estudos e pesquisas para novas perspectivas de ensino, e ainda revela que Anísio Teixeira criou cinco escolas para experimentar novos métodos de ensino, que subsidiassem o sistema educacional do Distrito Federal.

Ainda não se tratava de Escolas de Tempo Integral, mas de escola comuns que buscavam novas formas pedagógicas para o processo de reconstrução do ensino aprendizagem, como afirma Teixeira (apud Branco, 2012):

o propósito de ensaiar integralmente um novo método, nos estudos e debates que ali se realizam e na atitude experimental dos professores, que examinam, ensaiam, verificam os resultados e estão sempre prontos a suspender os julgamentos, a reexaminar o problema e a estudar e reestudar continuamente os processos de ensino e educação.(p. 3)

Em 1950, Anísio Teixeira criou o Centro de Educação Carneiro Ribeiro (CECR), em Salvador, o primeiro modelo de Educação Integral do Brasil. Seguiam esse modelo, as escolas-classe e as Escolas Parque. As primeiras eram quatro com mil alunos cada e as escolas Parque com cerca de quatro mil alunos, distribuídos em turnos alternados.

Com o objetivo de oferecer uma educação integral, as Escolas Parque garantiam a permanência do aluno na escola com alimentação, atividades artísticas e esportivas, bem como a preparação para sua formação cidadã, trata-se de um sistema educacional descrito como:

Um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física. Além disso: desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare realmente a criança para sua civilização – essa civilização técnica e industrial e ainda mais e, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (Eboli, 1969 apud Branco, 2012, p.4).

Na década de 1960, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e outros educadores brasileiros organizaram um sistema educacional para Brasília, e criaram a Universidade de Brasília (UNB) e um modelo de educação integral inspirado no modelo de Salvador seguindo a mesma proposta curricular, chamado de Centro de Educação Elementar, formado de Escolas-Classe e uma Escola-Parque.

Nos anos de 1980, o sociólogo Darcy Ribeiro idealizou os Centros Integrados de educação Pública (CIEPs), e na época o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, construiu 500 prédios escolares, aos quais denominou de “Escola Integral em horário integral”. Essas escolas atendiam crianças e adolescentes em turno expandido, oferecendo além das atividades curriculares, apoio assistencial.

Ribeiro (1990) apud Schellin, (2015), destaca que, com a criação dos CIEPs, foram criados também programas de formação continuada e aperfeiçoamento para professores, em destaque para alfabetizadores e produção de materiais didáticos. Schellin (2015), salienta que em 1987, o governador Moreira Franco, acabou com os CIEPs,, as escolas de horário integral, haja visto a redução de professores e a falta de recursos para a alimentação.

Em 1990, o conceito cidades-educadoras surgiu a partir da realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, com uma proposta de compreender a escola e outros ambientes, que proporcionassem práticas educativas na cidade, como espaços de aprendizagem.

Mais tarde, em 1996, tomando como exemplo a Escola da Ponte, em Portugal, onde a prioridade é a autonomia dos educandos, três escolas do estado de São Paulo, EMEF Campos Salles, EMEF Amorim Lima e o Projeto Âncora seguiram essa linha, com o máximo esforço de promover o desenvolvimento integral dos alunos, mas apenas as duas primeiras conseguiram romper o tradicionalismo, através da prática pedagógica de projetos interdisciplinares, onde contemplavam, tanto as atividades individuais quanto as coletivas, propiciando o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, incluindo as famílias.

Na gestão da prefeita Marta Suplicy, em 2000, foram criados os Centros Educacionais Unificados (CEUs), unidades de ensino compostas até hoje, por creches, escolas de educação infantil e de ensinos fundamental e médio, que funcionam em tempo integral e também regular, como o objetivo de desenvolver práticas recreativas e culturais, além da formação escolar. E a partir de 2015, o programa “São Paulo Integral” integra escolas com tempo ampliado e currículo diversificado.

Segundo Branco (2012), a partir de 1990, que os ideais de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram aparecendo experiências de Tempo Integral e Educação Integral, em várias escolas no Brasil, das quais o “Projeto Mais Educação”, do governo federal, que amplia a jornada escolar para 7 horas e contempla diversas áreas do conhecimento, abriu as portas para a implementação da Educação Integral, nas escolas públicas.

1.6 Educação Integral / Educação em Tempo Integral

Impossível falar da formação integral dos educandos, sem destacar Freire (2008, p. 11), quando afirma que: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Partindo de tal afirmação podemos reconhecer, que o educando chega a escola com uma gama de conhecimentos, que posteriormente serão socializados e potencializados para construção e reconstrução de diversos saberes. Nesse sentido, Guará (2006) acrescenta que, a vivência e experiências de cada um são consideradas como pontos de partida, para o desenvolvimento da Educação Integral.

Moll (2009, p.13), caracteriza a Educação Integral como, “reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que

as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos.”

Tratando-se do tempo de permanência na escola, percebe-se que não basta apenas a sua ampliação. Na tentativa de atender a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE)⁴, o art. 1º, nos 1º e 2º parágrafos do Decreto nº 7.083⁵, de 27 de janeiro de 2010, destaca o projeto Mais Educação como garantia de Educação Integral, e o MEC assim justifica:

[...] a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos. (2015).

Nessa perspectiva, Pataro e Machado (2014) se referem a Educação Integral como sistema educacional cuja proposta, consiste em potencializar as relações de ensino e de aprendizagem, capazes de desenvolver no educando habilidades cognitivas, afetivas, éticas e sociais, por meio de experiências vivenciadas e compartilhadas em diferentes espaços educativos, mediadas pelo educador.

Concebido como sistema democrático, de caráter multidimensional, a Educação Integral propõe a interação entre os educando, através de experiências vivenciadas por diversos grupos sociais, dentro e fora da unidade escolar, primando pela inclusão. Essa ideia de equidade, segundo Pataro e Machado (2014, p.7), “responsabiliza toda a sociedade pelo processo de

⁴ Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. (PNE, 2014)

⁵ Art. 1º O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

§ 2º A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.

educar integralmente e, na união desses esforços, nascem práticas educativas minimizadoras das desigualdades sociais, transcendendo uma visão assistencialista comumente relacionada à educação na atualidade.”

Com o intuito de educar integralmente através de novas práticas educativas que promovam a igualdade social, faz-se urgente e necessário que cada unidade escolar de Educação Integral, elabore seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com a participação de todos que compõem a comunidade escolar, onde contemple ações que possibilitem a formação educacional e social integralmente do educando.

Além das ações projetadas pela comunidade escolar que compõem o PPP, é importante que a Educação Integral, para que cumpra seu verdadeiro papel, na formação integral e multidimensional do educando, desenvolva projetos e atividades pedagógicas, através de parcerias que atendam a proposta da Educação Integral, de acordo com o art. 1º, parágrafo 1º da meta 6 do PNE, a qual já citada anteriormente, no que se refere a articulação da escola com diferentes espaços culturais, educativos e desportivos, bem como a utilização de espaços públicos para a aprendizagem do aluno.

Portanto, a proposta de Educação Integral, para a formação de jovens autônomos, competentes e solidários, deve dispor do Protagonismo Juvenil, onde o jovem tornar-se-á sujeito e objeto de suas próprias ações, que devam subsidiar a construção do seu projeto de vida.

CAPÍTULO II – Aspectos Metodológicos

2.1 Problema

Inúmeros são os obstáculos que permitem uma prática qualitativa da aprendizagem, que possibilite o redimensionamento da ação pedagógica do docente, bem como as observações acerca do desenvolvimento do educando, problema que gerou o principal questionamento desse estudo, de como ocorre o processo de Avaliação Qualitativa no processo ensino aprendizagem, numa escola pública de educação Integral, da rede estadual, em Feira de Santana, Bahia, Brasil.

2.2 Objetivos

Para se conhecer as respostas pertinentes a esse questionamento, a referida pesquisa apresentou com objetivo geral: analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral; e como específicos, descrever esse processo avaliativo através das Atas dos Conselhos de Classe, verificar e caracterizar os critérios de avaliação e ainda, conhecer a opinião de professores e alunos acerca desse processo de Avaliação Qualitativa.

2.3 Delimitação e alcance da pesquisa

Esse estudo delimitou como sujeitos da pesquisa, alunos, professores e gestores de uma escola pública da rede estadual, Educação Integral, em Feira de Santana, Bahia, Brasil, onde se desenvolve um processo avaliativo diferenciado, denominado pelos segmentos da comunidade escolar, de avaliação qualitativa.

O alcance desse trabalho está para o estudo do processo avaliativo numa escola de Educação Integral, com a proposta de descrever esse processo através das Atas dos Conselhos de Classe, verificar e caracterizar seus critérios juntos aos professores, alunos e gestores, e conhecer a opinião dos sujeitos da pesquisa, acerca do processo de avaliação da aprendizagem.

2.4 Tipo de estudo

Recorreu-se nesse estudo, bases teóricas necessárias à análise do processo de avaliação qualitativa, numa escola de Educação Integral, para tal, essa pesquisa teve como alicerce pressupostos teórico-metodológicos qualitativos, onde segundo Torres, Hernandez e Campoy (2001, p. 64), “A metodologia qualitativa é mais relevante à compreensão do que à explicação”.

e ainda afirmam que o método qualitativo, “[...] serve para compreender um problema de caráter humano ou social, por meio da elaboração de um desenho complexo construído sobre palavras e desenvolvido num contexto natural”. Trata-se então, de uma abordagem qualitativa, por se aprofundar na complexidade do fenômeno estudado, e propõe um contato direto e prolongado com o pesquisador, com o ambiente e com a situação, a qual foi investigada através da coleta de dados.

Gil (1999, p.94) reforça o entendimento acerca de tal metodologia, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

De acordo com o seu desenho não experimental, a pesquisadora observou atentamente, sem interferir no processo de investigação, onde tal pesquisa de forma flexível, se adequou com o próprio processo de investigação através das adaptações necessárias realizadas em função da sua própria evolução.

Nessa pesquisa, a metodologia utilizada foi baseada numa análise exploratória, com face na descrição da prática avaliativa desenvolvida por professores, alunos, gestores que compõem uma escola de Educação Integral da rede estadual, localizada na cidade de Feira de Santana – Bahia/Brasil.

2.5 Descrição dos sujeitos de pesquisa

A investigação foi realizada no Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, situado na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil e a escolha de trabalhar com população deu-se pela viabilidade do processo, onde participaram (321) alunos presentes dos (361) matriculados na instituição compreendendo os ensinos fundamental e médio, (22) professores, dos (25) que fazem parte do corpo docente, onde (02) se encontravam em licença médica, e (01) ausente, e por fim, a equipe gestora composta de (01) diretora, (01) vice diretor e (01) articuladora do PROEI, onde estiveram presentes a diretora e a articuladora do PROEI.

O *locus* da pesquisa, o Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, atende no turno diurno aos alunos da vizinhança e da zona rural, que permanecem na escola no período de Tempo Integral com carga horária mínima de (08) aulas diárias, e sua escolha deu-se tanto pela proximidade que a autora apresenta com a instituição, como pela interessante e diferenciada prática no processo de avaliação que a referida escola desenvolve.

2.6 Instrumentos utilizados para coleta de dados

Os dados desta pesquisa foram coletados através da utilização de um questionário composto de (15) questões fechadas para os estudantes (veja o Apêndice A), outro composto de (24) questões também fechadas para os professores (veja o Apêndice B) e uma entrevista semiestruturada com (10) questões para a equipe gestora (veja o Apêndice C), e ainda uma análise documental das Atas dos Conselhos de Classe junto ao Regimento Escolar da Bahia (veja o Anexo A).

Para a elaboração dos questionários e entrevista, foram formuladas questões que atendessem aos objetivos desse estudo, e que obedecessem uma sequência, com o objetivo de facilitar a tabulação e análise das informações. Todas as questões foram construídas especificamente relacionadas aos objetivos propostos pela pesquisa, visando reproduzir da forma mais fiel possível a realidade investigada. Antes da aplicação desses instrumentos, houve uma prévia no sentido de garantir a seguridade das respostas.

2.6.1 Validação dos Instrumentos

A validação dos instrumentos deu-se com a elaboração de um instrumento de avaliação, onde os professores doutores puderam verificar a coerência das questões elaboradas com os objetivos propostos pelo estudo, através dos seguintes conceitos: 1 - inadequado, 2 - pouco adequado, 3 - aceitável, 4 - adequado, 5 - muito adequado. Cada questão foi avaliada de acordo com a clareza de linguagem, a pertinência prática e a relevância teórica, e caso a questão fosse avaliada com pontuação abaixo de 3, o professor avaliador deveria apresentar sugestões para alteração. Com tal avaliação, foi garantida assim a validação dos instrumentos (veja o Anexo C), para que pudessem ser testados, antes de sua aplicação, e possibilitar a concretização da pesquisa.

Além da aplicação dos questionários e da entrevista, foi feita uma análise documental das Atas de Conselhos de Classe, observando a consonância com o Regime Escolar da Bahia. Vale ressaltar que participaram da pesquisa, todos os professores e gestores da referida unidade escolar, bem como todos os estudantes matriculados que estavam presentes no dia da aplicação.

2.7 Procedimentos metodológicos para coletas de dados

O estudo foi desenvolvido a partir do método de abordagem qualitativa, pois o mesmo “serve para compreender um problema de caráter humano ou social, por meio da elaboração de um desenho complexo construído sobre palavras e desenvolvido num contexto natural” (Torres, Hernández e Campoy, 2011, p. 64).

Além disso, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, através de um trabalho de campo. Os dados coletados são predominantemente descritivos e a preocupação é constante com o processo, bem como o produto. A partir desse ponto de vista, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador, que, por sua vez, se preocupa em capturar a perspectiva dos participantes.

Segundo Gil (1999), “os métodos proporcionam as bases lógicas da investigação, esclarecem acerca dos procedimentos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade”, e esse processo é composto de etapas, as quais foram seguidas por esse estudo.

Dessa forma entende-se que um método é um conjunto de etapas a serem executadas para alcançar determinado objetivo. Portanto, são essas etapas que caracterizam o trabalho científico, as quais devem ser rigorosamente seguidas para não comprometer o sucesso do trabalho. Diante disso, o desenvolvimento dessa pesquisa percorreu as seguintes etapas

1ª Revisão de Literatura;

2ª Análise documental;

3ª Coleta de dados;

4ª Tabulação e apresentação dos dados;

5ª Análise dos dados;

6ª Texto final.

No primeiro capítulo, a revisão bibliográfica sustentou-se a partir das teorias de Luckesi (2003 e 2005), Antunes (2013), Hoffmann (2006), Schellin (2015), acerca da avaliação da

aprendizagem e da Educação Integral, face à participação de educadores e estudantes como sujeitos do processo avaliativo.

Dando continuidade a pesquisa, foi feita uma análise das Atas dos Conselhos de Classe junto ao Regimento escolar da Bahia, onde serão apresentados os resultados no terceiro capítulo, que visa atender ao objetivo de descrever o processo de avaliação qualitativa da referida instituição escolar, a partir dos critérios preestabelecidos pelo corpo docente.

Por fim, visando adquirir mais informações substanciais, foram elaborados (03) instrumentos de coleta de dados, (01) questionário para os estudantes, com 15 questões fechadas, (01) questionário para os docentes, com (24) questões fechadas, e (01) entrevista semiestruturada composta de (10) questões, para a equipe gestora.

Para a participação dos sujeitos nessa pesquisa (veja o Apêndice D), foi utilizado o TCLC (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e em agosto de 2017, foram aplicados (321) questionários para os estudantes, (22) para os docentes e (02) entrevistas para a equipe gestora, onde os participantes utilizaram um tempo médio de 40 minutos para responder, obedecendo aos seguintes itens:

- Verificação dos critérios do processo de Avaliação Qualitativa da unidade escolar;
- Caracterização do processo de Avaliação Qualitativa da unidade escolar;
- Opinião de estudantes e educadores do processo de Avaliação Qualitativa da unidade escolar.

Nos questionários para estudantes e professores, optou-se pela escala Likert, por esta facilitar a medição do nível de concordância e frequência dos sujeitos dessa pesquisa, foram usados as alternativas em (06) níveis e os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel, versão 2013, da seguinte forma:

Escala Likert: Nível de Frequência

1	2	3	4	5	6
Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente	Sempre

Fonte: própria autora

Escala Likert: Nível de Concordância

1	2	3	4	5	6
Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

Fonte: própria autora

Para a efetivação dessa pesquisa, primeiro houve uma solicitação de consentimento para a equipe gestora da unidade escolar e corpo docente, por meio de uma Carta de Apresentação (veja o Apêndice E), com o objetivo de esclarecer sobre o estudo realizado, e em seguida uma apresentação do Projeto de Pesquisa, aos representantes dos segmentos que foram sujeitos desse estudo.

CAPÍTULO III – Apresentação e Discussão dos Resultados

O presente capítulo expõe os resultados obtidos na coleta de dados, através dos questionários dos educadores e educandos, bem como nas entrevistas da equipe gestora, de forma separada, onde esses dados foram interpretados e analisados ancorados nos estudos teóricos frente à avaliação da aprendizagem e Educação Integral, como já mencionado na parte introdutória dessa pesquisa.

Ao final da aplicação dos instrumentos de coleta de dados e da análise das Atas dos Conselhos de Classe, foram tabulados os dados, transferidos para os respectivos gráficos e iniciou-se a análise. A análise dos dados ocorreu com a checagem entre as informações coletadas nos questionários, entrevistas e análise documental.

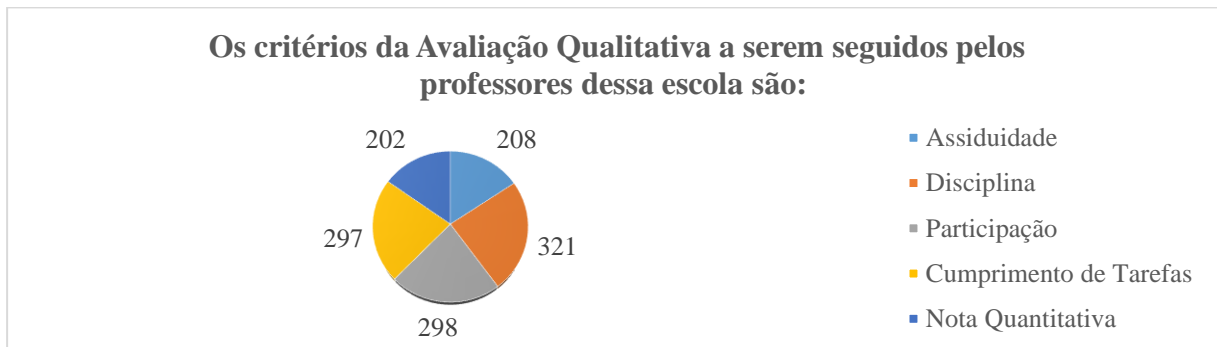
De acordo com Rocha e Deusdará (2005) a pesquisa qualitativa visa absorver o saber que está nas entrelinhas textuais e Minayo (2007) reforça essa ideia quando explica que, aquele que faz a análise, interpreta os dados correlacionando-os aos constructos teóricos que basearam a pesquisa.

Para tanto, é essencial conhecer e analisar o processo de Avaliação Qualitativa do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes. A análise dos dados foi realizada em partes e de acordo com os objetivos desse estudo, a partir das percepções dos (321) estudantes, (22) docentes e (02) gestoras participantes da pesquisa, e estes últimos serão tratados por E1 e E2 como forma de preservar sua identidade.

Percepção dos estudantes

Quanto à verificação dos critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades.

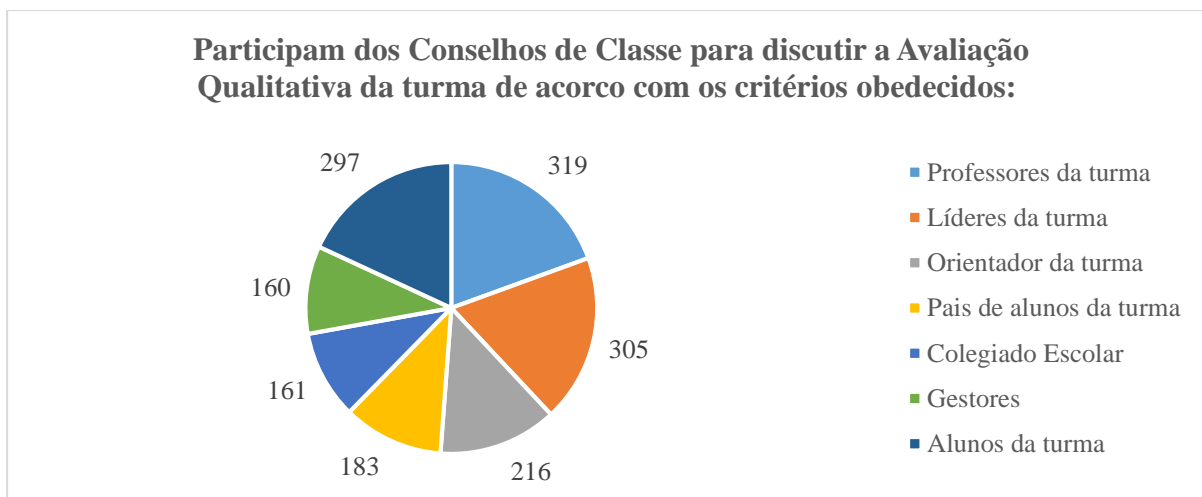
Gráfico 1



Fonte: autoria própria

Tratando-se dos critérios avaliativos, a maioria dos alunos percebem que estão sendo avaliados através da disciplina, participação e cumprimento de tarefas, enquanto que alguns se dão conta de que a assiduidade e a nota quantitativa também fazem parte da avaliação qualitativa da escola. Os critérios da Avaliação Qualitativa da unidade escolar discutidos nos Conselhos de Classe seguem o Manual do Professor, de acordo com o Anexo A.

Gráfico 2

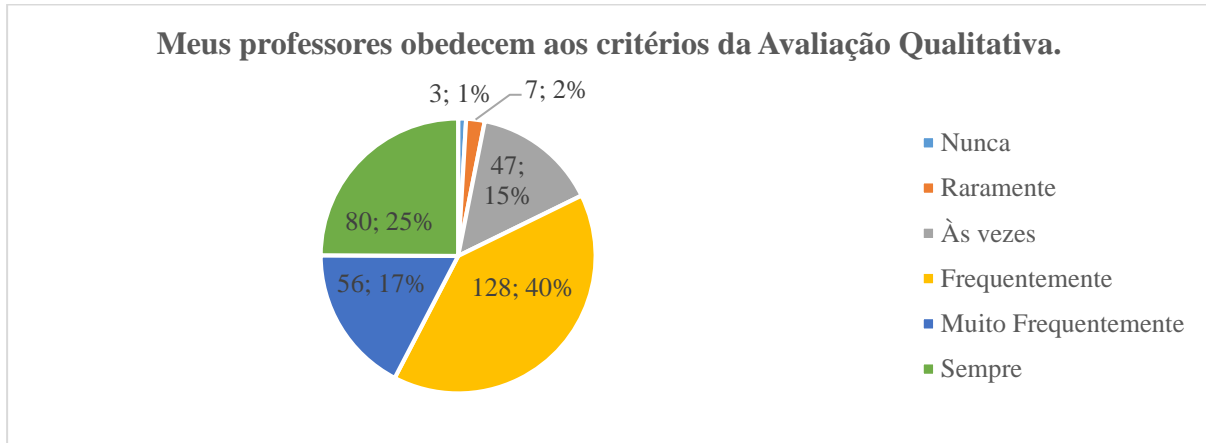


Fonte: autoria própria

Quanto aos participantes dos Conselhos de Classe, os estudantes informaram a partir dos dados, que a maior parte dos participantes dos Conselhos de Classe são professores, líderes

e alunos da turma, seguido do orientador da turma e pais de alunos da turma. Os sujeitos que aparecem menos citados são o Colegiado Escolar e os gestores.

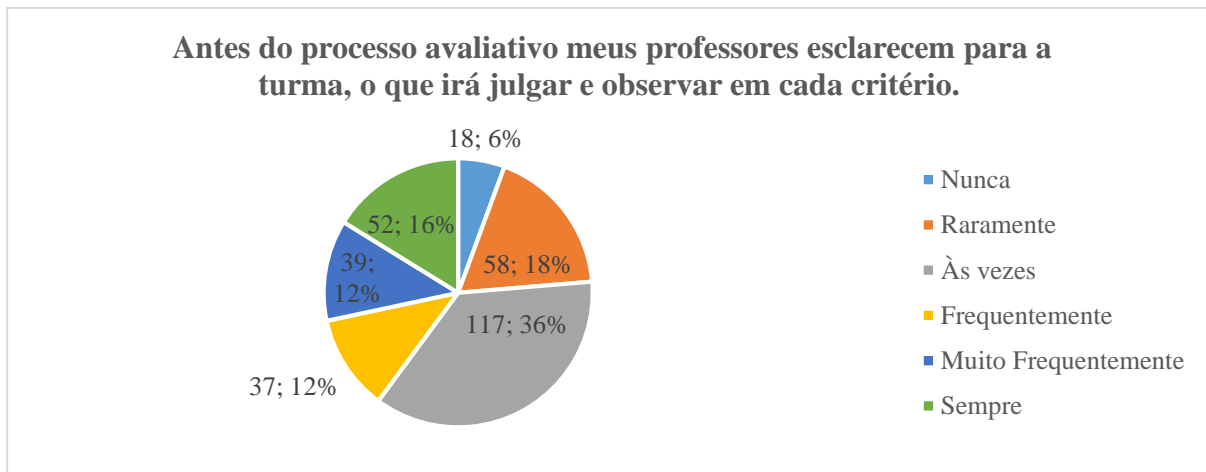
Gráfico 3



Fonte: autoria própria

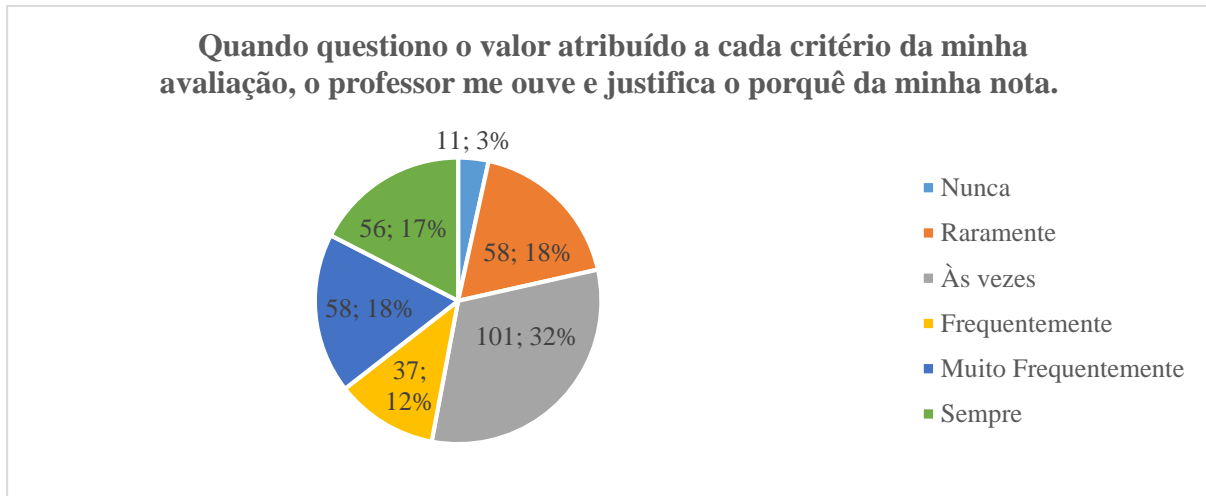
Observa-se na figura 3, que 82% dos alunos afirmaram que os professores obedecem com uma certa frequência os critérios de avaliação e 17% percebem que essa prática ocorre com pouca frequência, ou que não satisfaz ao processo avaliativo da escola.

Gráfico 4



Fonte: autoria própria

Quanto aos esclarecimentos dos critérios a serem julgados pelo professor, houve um equilíbrio entre frequentemente e muito frequentemente, ambos com 12% da informação, na escala mais alta que corresponde a sempre foram os 16% que estiveram bem próximo do percentual de 18% dos alunos que responderam o oposto, ou seja raramente, mas a maior parte dos alunos, totalizando 36% informaram que às vezes os professores fazem o uso dessa prática.

Gráfico 5

Fonte: autoria própria

De acordo com o valor de cada critério atribuído pelo professor, às vezes, foi o nível de frequência mais votado pelos alunos, com 32%. O nível menos votado foi nunca, com 3% e para as demais opções houve um equilíbrio entre 12 e 18%. Entende-se então pouquíssimos são os professores que não justificam a nota, quando são solicitado pelos alunos.

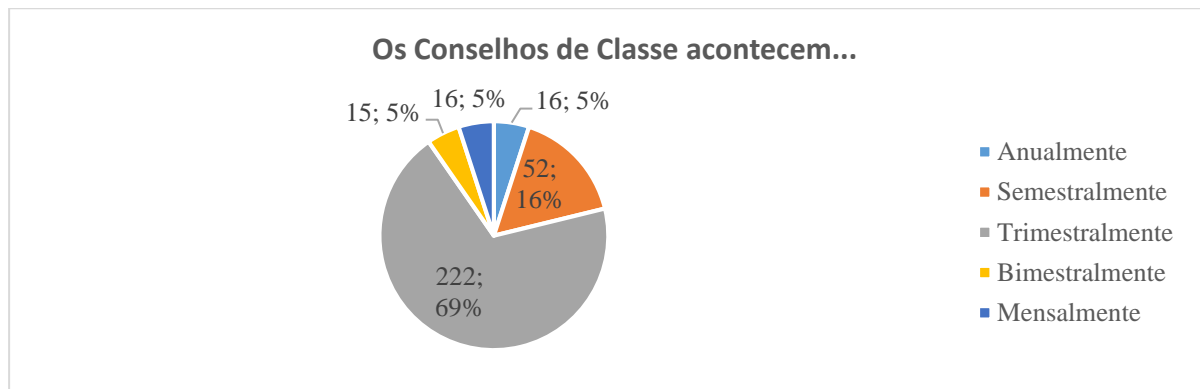
Analisando a verificação dos critérios do processo de Avaliação Qualitativa da unidade escolar, na visão dos estudantes, percebe-se que assiduidade, disciplina, participação, cumprimento de tarefas e nota quantitativa são realmente os critérios obedecidos pelos professores na Avaliação Qualitativa dos alunos.

Percebe-se também que na maioria das vezes os professores, líderes e alunos da turma estão presentes nos Conselhos de Classe e que o colegiado escolar, pais e gestores, participam em menor frequência, e que em geral os professores obedecem aos critérios de avaliação.

Quanto à postura do professor em relação aos critérios de julgamento e sua prática, os alunos entram em consonância quando informam que esse processo avaliativo de maneira geral, às vezes acontece.

Quanto à caracterização do processo de Avaliação Qualitativa.

Figura 6

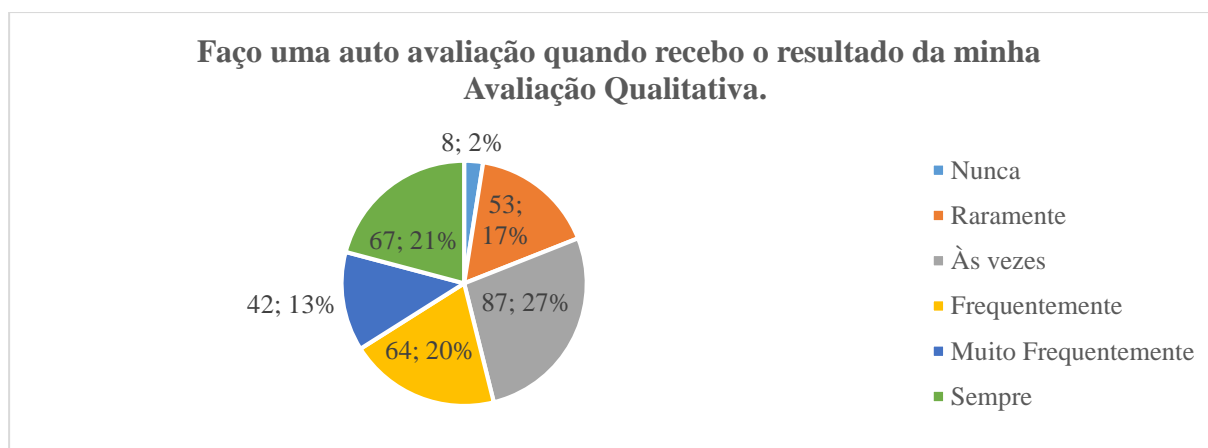


Fonte: autoria própria

Quanto a periodicidade, a maioria dos alunos, 68% afirmam que os Conselhos de Classe ocorrem trimestralmente. Em análise às Atas dos Conselhos de Classe de 2016, o ano letivo era dividido em quatro unidades, onde os conselhos aconteciam bimestralmente, e ao final do ano letivo havia o Conselho final. Atualmente, o ano letivo é dividido em três ciclos e os conselhos acontecem trimestralmente, e o conselho final permanece ao término do ano letivo.

De acordo com o Art. 12 da Portaria 6562/2016, da LDB de 1996, Capítulo V da Avaliação, cabe à unidade escolar realizar o Conselho de Classe para a avaliação e os encaminhamentos que se fizerem necessários sobre o aproveitamento individual e/ou coletivo dos(as) estudantes, e ainda compete ao Conselho de Classe “opinar sobre questões disciplinares que envolvam os(as) estudantes, considerando o Regimento escolar” de acordo com a Portaria 5.872 de 15 de julho de 2011.

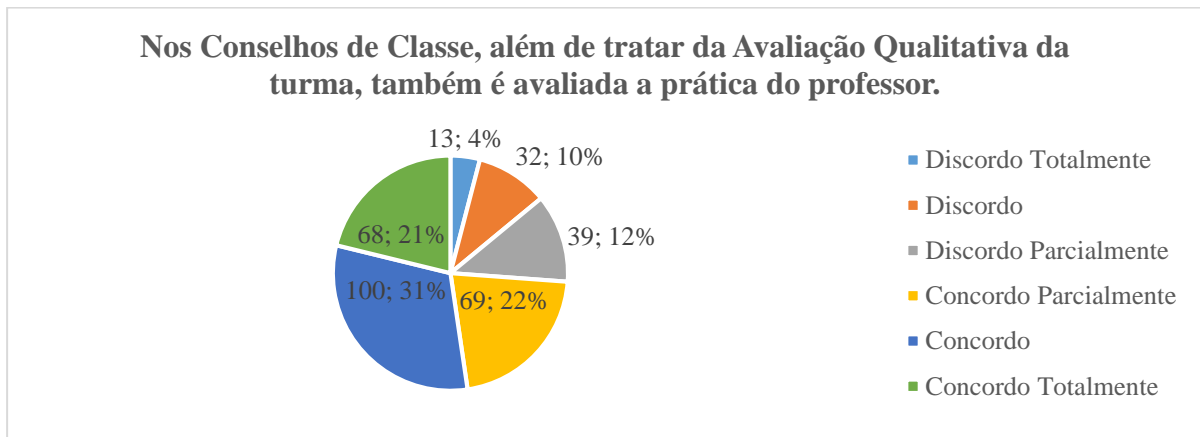
Gráfico 7



Fonte: autoria própria

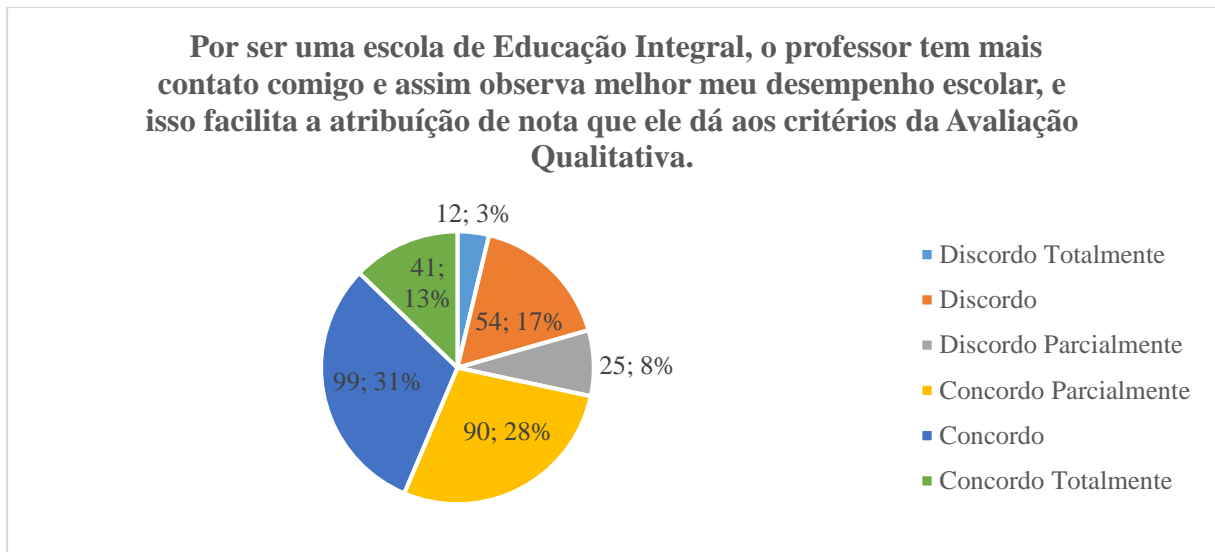
Percebe-se que no quesito auto avaliação, o aluno ainda não está preparado para tal prática. Mesmo assim, o índice menor, que é de 2% refere-se aos que nunca fizeram uma auto avaliação pós Avaliação Qualitativa, os outros índices aparecem com pouca diferença e o maior destaque é para os 27% que às vezes praticam a auto avaliação.

Gráfico 8



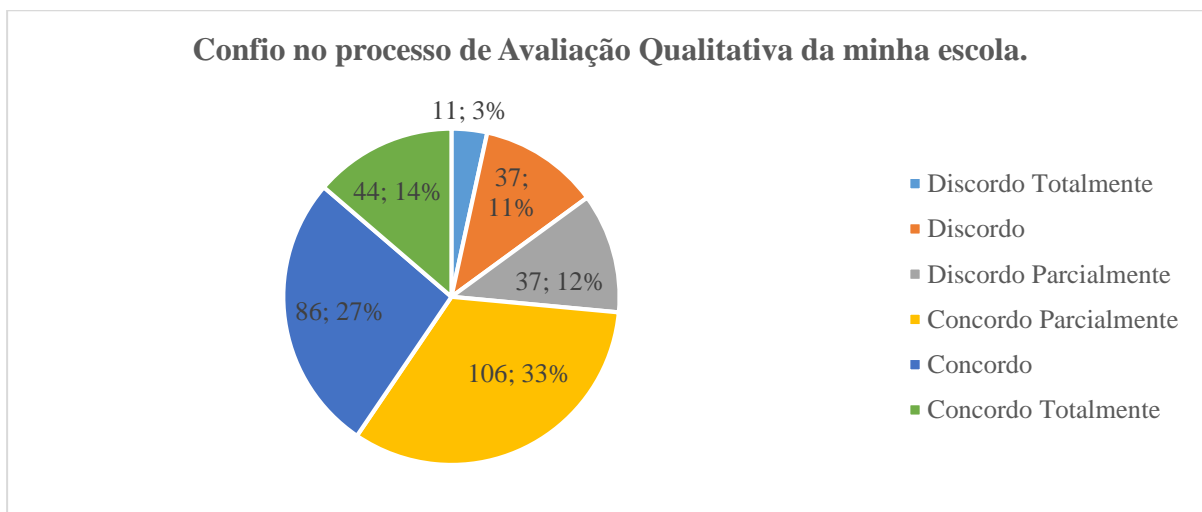
Fonte: autoria própria

Uma avaliação de qualidade, ela prima pelo pensar do agir pedagógico na possibilidade de redimensionamento para uma nova prática educacional, para tanto, podemos considerar um grande avanço, por se tratar da prática pedagógica do docente nos conselhos de classe, principalmente numa significativa porcentagem de concordância que totaliza 74% das opiniões dos estudantes.

Gráfico 9

Fonte: autoria própria

Nunca escola de Educação Integral, as práticas pedagógicas são voltadas para desenvolver as habilidades e competências do aluno, possibilitando sua integração com o professor e toda comunidade escolar, portanto se justifica o alto nível de concordância dos alunos em 72%, enquanto 28% discordam dessa afirmativa de alguma forma.

Gráfico 10

Fonte: autoria própria

O índice de 74% reflete um alto nível confiança que os alunos têm pelo processo avaliativo da escola, enquanto 26% ainda não adquiriram tal confiança, isso significa que o

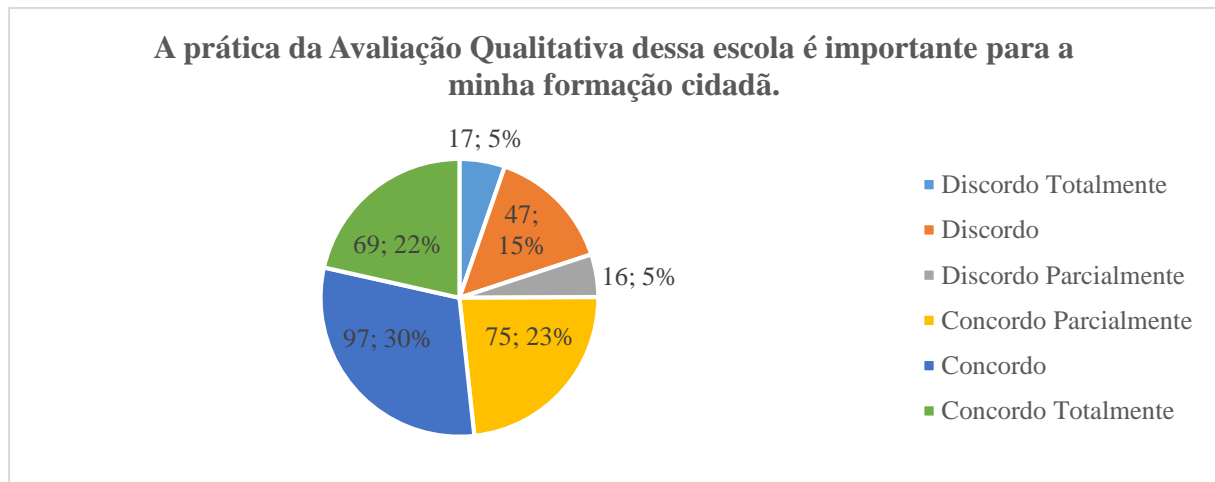
caminho da Avaliação Qualitativa está sendo percorrido, mas a escola precisa se fortalecer quanto falta a escola trabalhar para aumentar o nível de confiabilidade dos alunos.

Dá-se a caracterização do processo avaliativo dessa escola, ao passo que a avaliação qualitativa é discorrida no momento dos Conselhos de Classe tanto para o aluno quanto para o professor, onde o primeiro tem oportunidade de rever sua postura e aprimorar o desenvolvimento de suas habilidades e competências, e o segundo adquire condições de redimensionar sua prática pedagógica, com a possibilidade de adequá-la ao perfil dos alunos da turma.

A prática cidadã é essencial numa escola de Educação Integral, para o aprimoramento da socialização do educando, através da confiança adquirida entre os sujeitos da pesquisa, educadores, estudantes e gestores, com o objetivo de preparar o aluno para vida, além dos muros da escola por meio da construção de um projeto de vida.

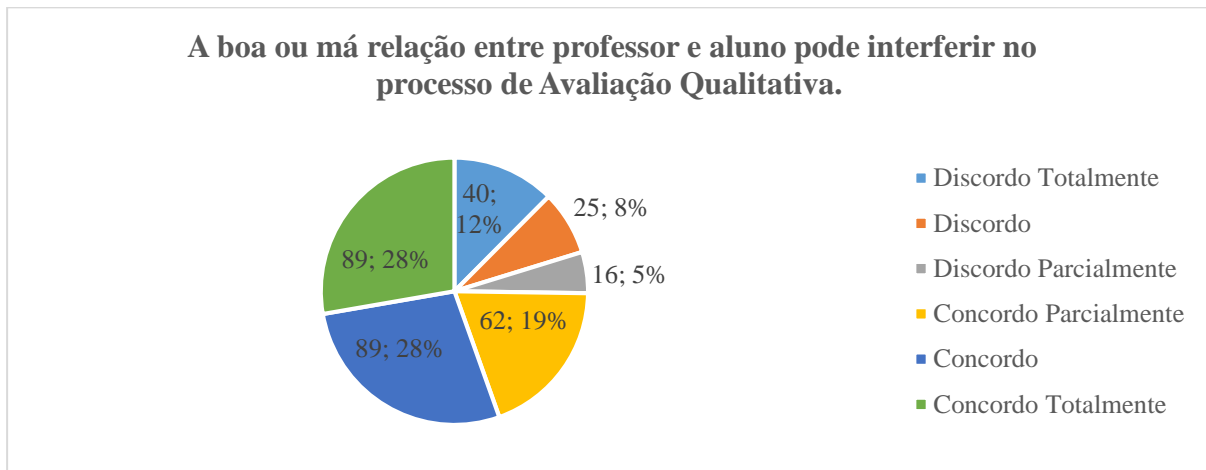
Quanto à opinião dos estudantes sobre o processo de Avaliação Qualitativa.

Gráfico 11



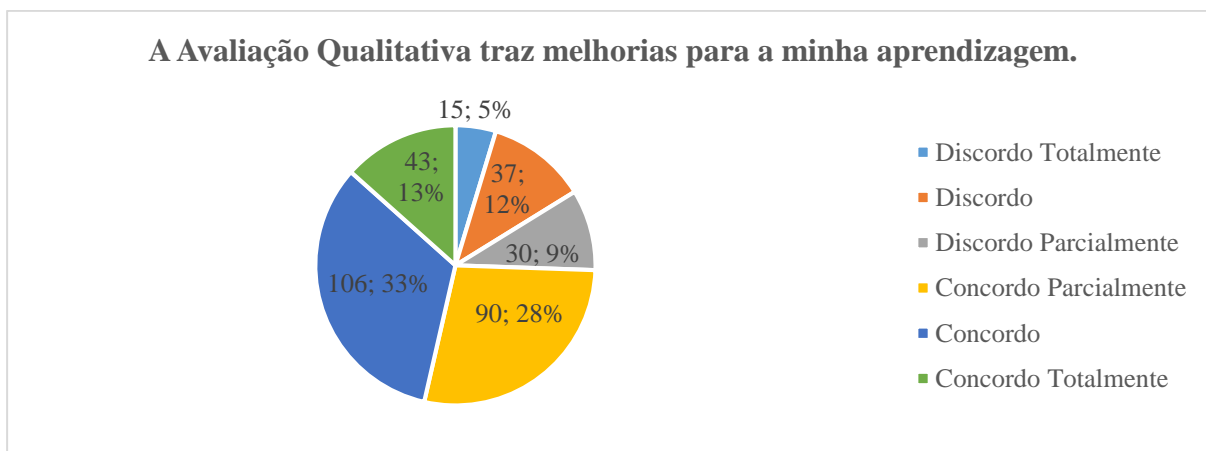
Fonte: autoria própria

Na questão relacionada à formação cidadã, 75% dos alunos concordam de alguma forma, que a prática da Avaliação Qualitativa é importante, pois diante dos critérios pré-estabelecidos pode-se identificar o desenvolvimento do exercício de convivência em sociedade, que no caso é um dos pilares da formação integral do aluno. Contudo, os outros 25% não concordam com essa afirmativa.

Gráfico 12

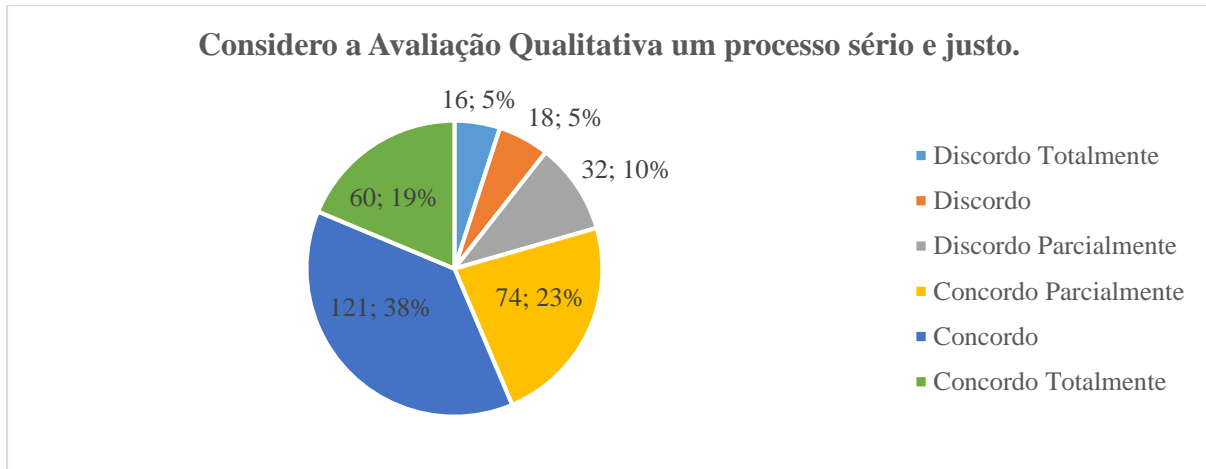
Fonte: autoria própria

O julgamento exige ética, nesse caso, 75% dos alunos concordam, mesmo que seja uma concordância parcial, total ou até com algumas restrições, que as relações boas ou más interferem no julgamento que o professor faz do aluno, mas 25% discordam disso e acreditam que há ética no processo avaliativo e que as relações não interferem no seu julgamento.

Gráfico 13

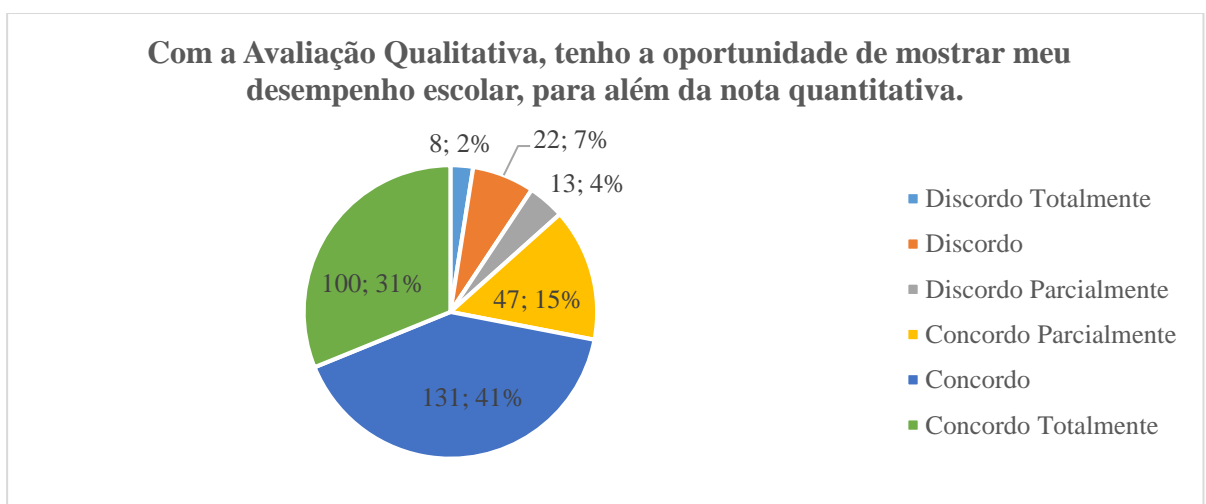
Fonte: autoria própria

O reconhecimento do aluno, de que sua aprendizagem melhora através do processo de avaliação, está presente em 74% dos alunos, enquanto 26% discordam que há avanços positivos na sua aprendizagem.

Gráfico 14

Fonte: autoria própria

Essa afirmativa está vinculada a questão 12 que trata da ética profissional e também da confiabilidade, e nessa perspectiva apenas 19% concordam totalmente no processo de Avaliação Qualitativa dessa escola, seguido de 38% que apenas concordam e 23% concordam parcialmente, enquanto os alunos que discordam, no total somam 20%. Essa porcentagem de discordância é baixo, levando-nos ao entendimento que esse processo avaliativo é aprovado pela maioria dos estudantes dessa escola.

Gráfico 15

Fonte: própria autora

Se a escola em questão, preconiza novos hábitos avaliativos onde a qualidade tem seu lugar especial, compreende-se que nesta questão o aluno consegue ressaltar que ele é

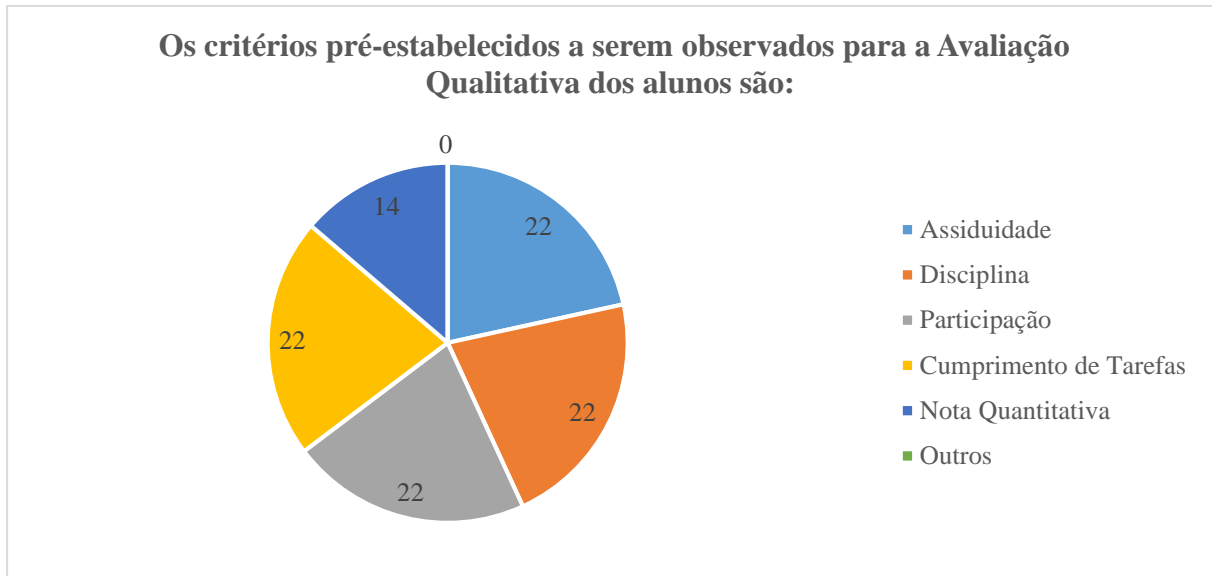
reconhecido por aquilo que ele é capaz de produzir além dos conteúdos curriculares, pois 31% concorda totalmente, 41% concorda e 15% concorda parcialmente que nessa unidade escolar, ele tem a oportunidade de mostrar seu desempenho além da nota quantitativa.

De acordo com a opinião dos estudantes, o processo avaliativo da unidade escolar tem uma certa responsabilidade na sua formação cidadã, promovendo condições de melhoria em sua aprendizagem, através da valorização de seu desempenho além da nota quantitativa. A maioria dos alunos acreditam no processo de Avaliação Qualitativa da escola, porém ainda não estão certos sobre a ética profissional de seus professores, quando se refere a interferência na atribuição da nota qualitativa que pode haver dependendo da relação entre as partes, mas que de certa forma a Avaliação Qualitativa dessa escola é vista num panorama geral como um processo sério e justo.

Percepção dos professores

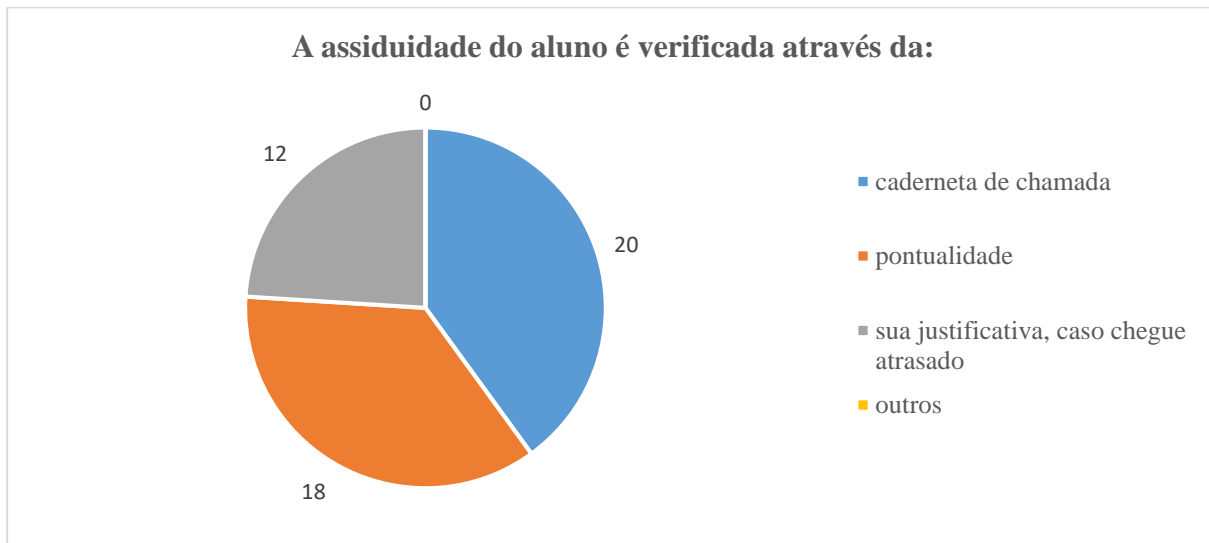
Quanto à verificação dos critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades.

Gráfico 16



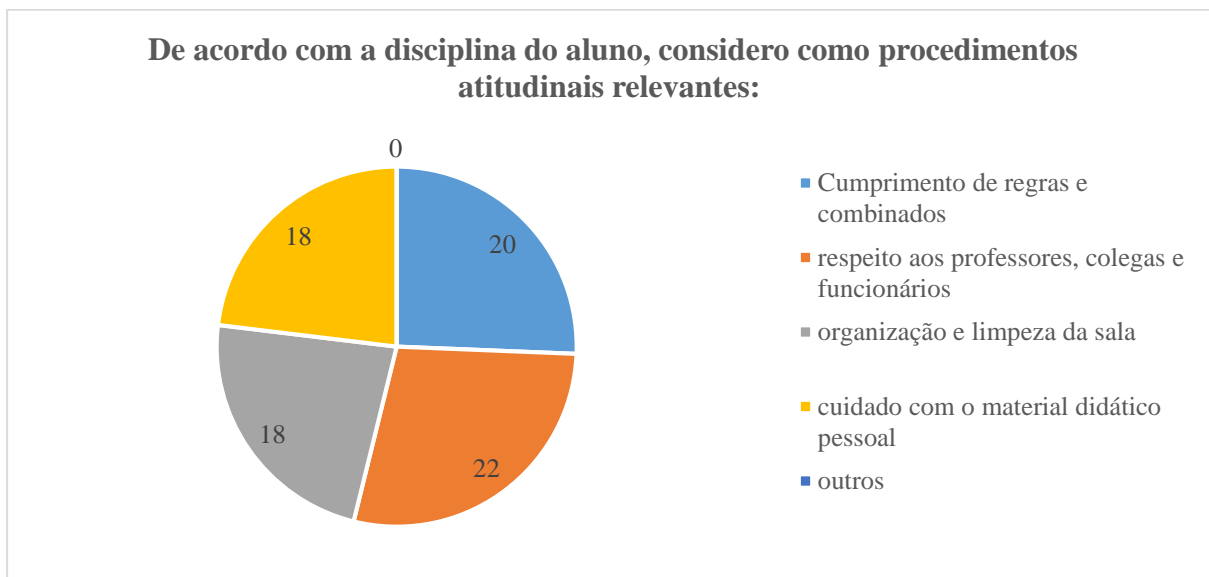
Fonte: autoria própria

No que diz respeito aos critérios da Avaliação Qualitativa, percebe-se que a totalidade dos professores inquiridos, reconhecem que a assiduidade, disciplina, participação e cumprimento de tarefas devem ser observados, e ainda 08 professores não reconhecem a nota qualitativa como critério.

Gráfico 17

Fonte: autoria própria

No critério assiduidade percebe-se que as respostas foram muito próximas quanto a verificação através da caderneta e a pontualidade do aluno, mas 12 professores afirmam que também aceito a justificativa do aluno, quando ele chega atrasado. Nenhum professor verifica esse critério de outra forma.

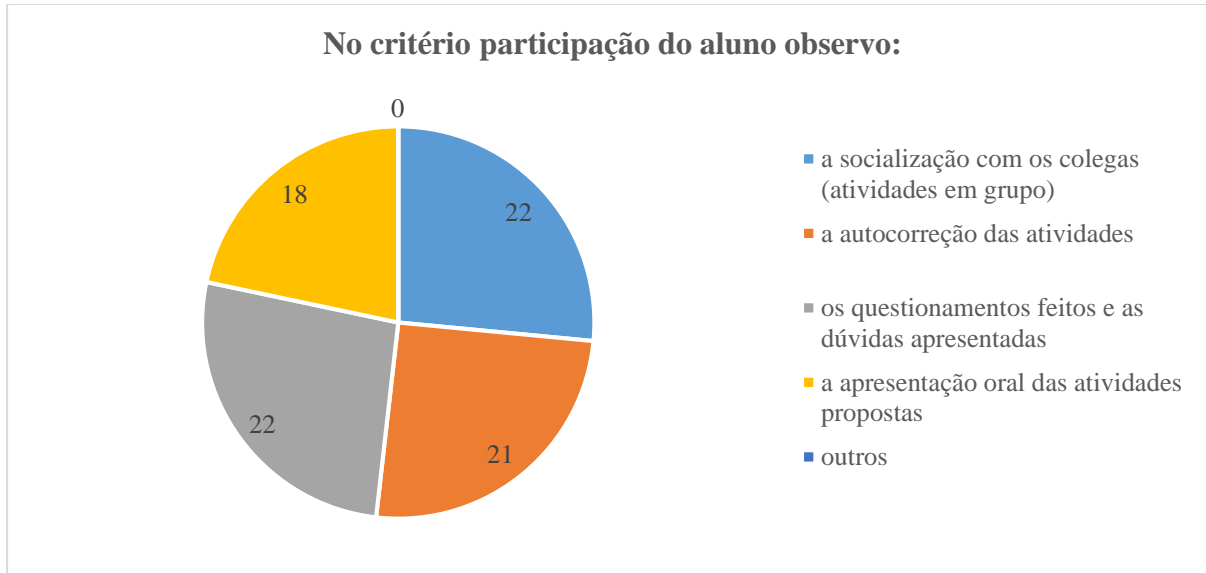
Gráfico 18

Fonte: autoria própria

Todos os professores questionados consideram o respeito aos professores, colegas e funcionários como procedimento atitudinal relevante, 20 deles optaram pelo cumprimento de

regras e combinados e 18 escolheram a organização e limpeza da sala e o cuidado com o material didático pessoal, mas nada foi acrescentado como forma de conteúdo procedimental.

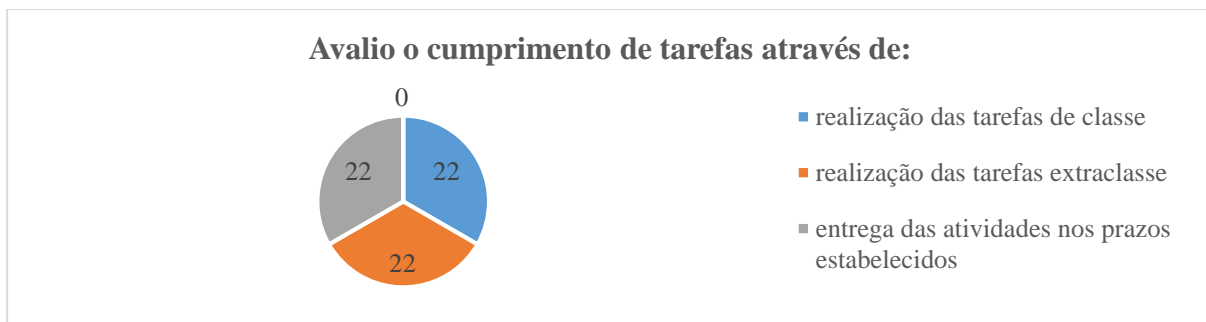
Gráfico 19



Fonte: autoria própria

No quesito participação do aluno, as alternativas mais escolhidas foram a socialização com os colegas (atividades em grupo) e os questionamentos e as dúvidas apresentadas, 21 professores escolheram a autocorreção das atividades e 18 ficaram com a apresentação oral das atividades propostas. Percebe-se que há um equilíbrio entre as escolhas dos professores, e entende-se que todos estão atentos à participação do aluno, mesmo que estejam limitados as opções escolhidas, e não tenham acrescentado outra opção que os ajudassem a observar o aluno, quanto à sua participação.

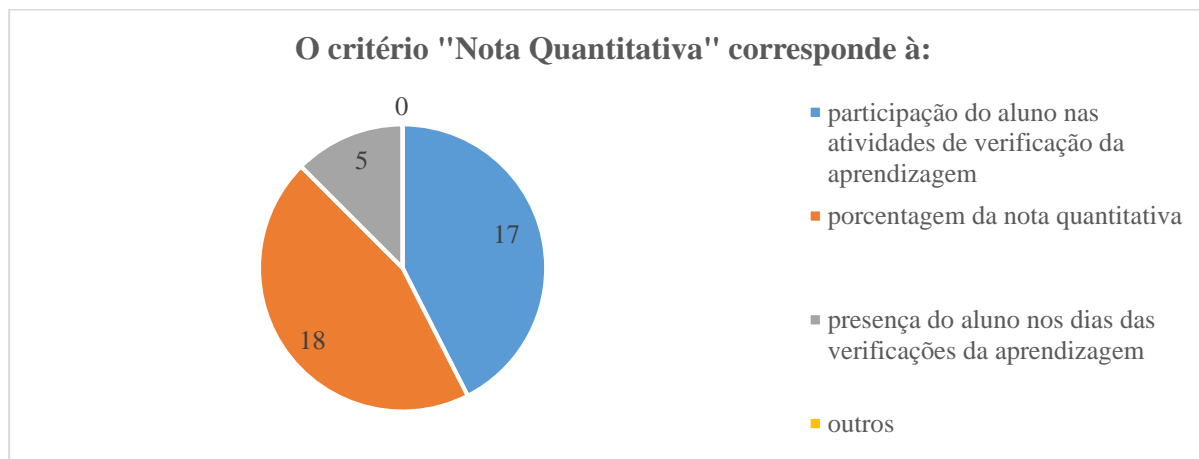
Gráfico 19



Fonte: autoria própria

Em relação ao cumprimento de tarefas é claro a equilíbrio entre os professores, pois, os 22 sinalizaram que observam esse quesito através da realização de tarefas de classe e extraclasse, além de estarem atentos aos prazos de entrega das atividades propostas. Nenhuma outra forma de observação foi apontada pelos professores.

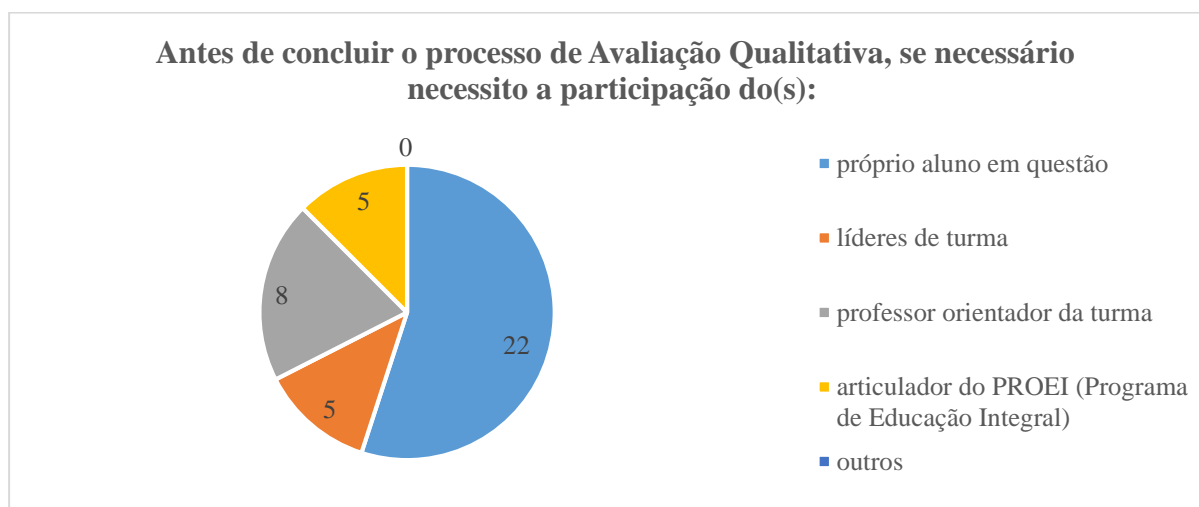
Gráfico 20



Fonte: autoria própria

O gráfico acima mostra que 18 professores associaram a “Nota Quantitativa” à porcentagem da nota quantitativa, 17 à participação do aluno nas atividades de verificação da aprendizagem e apenas 05 à presença do aluno nos dias de verificações da aprendizagem.

Gráfico 21

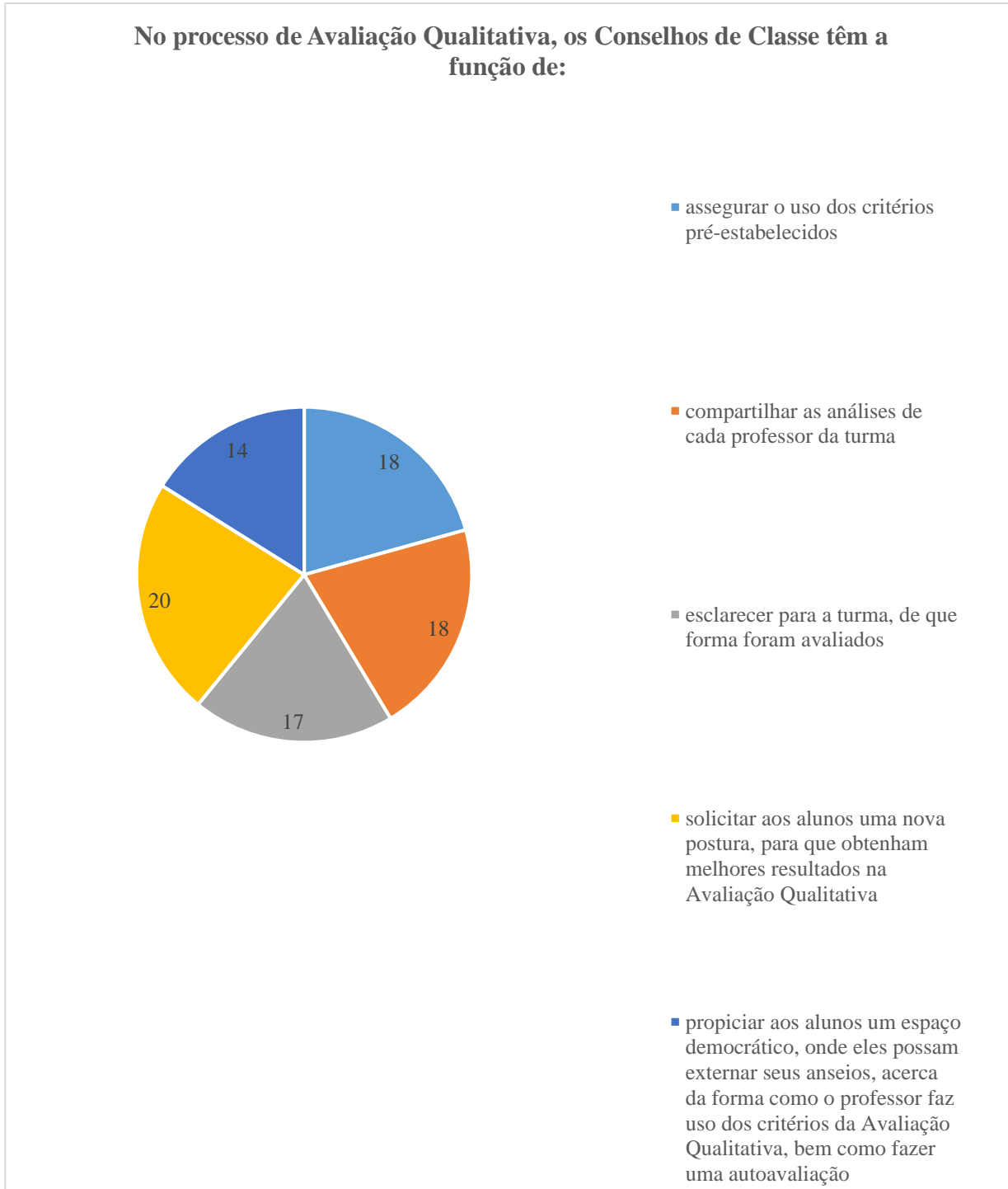


Fonte: autoria própria

De acordo com os 22 professores pesquisados, todos eles procuram o próprio aluno em questão, antes de finalizar o processo de Avaliação Qualitativa, se necessário for, 08 procuram

o professor orientador da turma e 05 solicitam o articulador do PROEI e os líderes de turma, mas nenhum deles acha necessário solicitar outras pessoas da comunidade escolar.

Gráfico 22



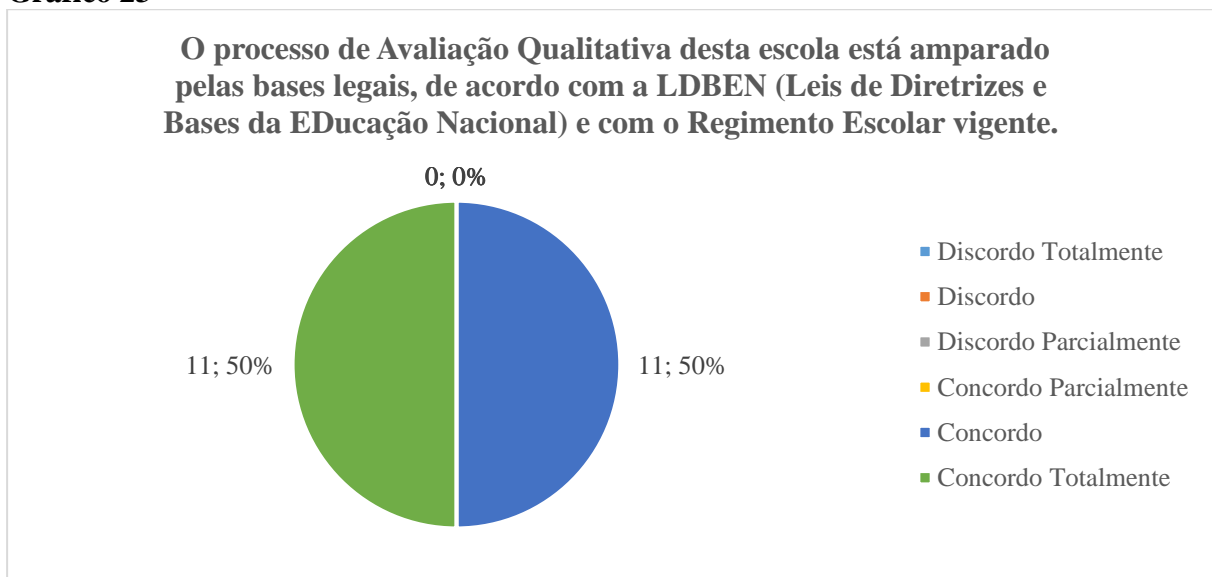
Fonte: autoria própria

Nessa questão, 20 professores escolheram a alternativa que trata da solicitação de uma nova postura dos alunos, para que obtenham melhores resultados na Avaliação Qualitativa como função dos Conselhos de Classe, 18 optaram tanto pela seguridade dos critérios de avaliação, quanto pelo compartilhamento da análise que cada professor faz da turma, 17 optaram pelo esclarecimento sobre a forma como foram avaliados e 14 acham que a função é propiciar uma espaço de diálogo quanto a Avaliação Qualitativa.

Quanto à verificação dos critério da Avaliação Qualitativa dessa escola, de acordo com os resultados dessa pesquisa, mesmo com a existência de um manual, há uma pequena parte dos professores que não conhecem todos os critérios pré-estabelecidos, e se conhecem não os cumprem.

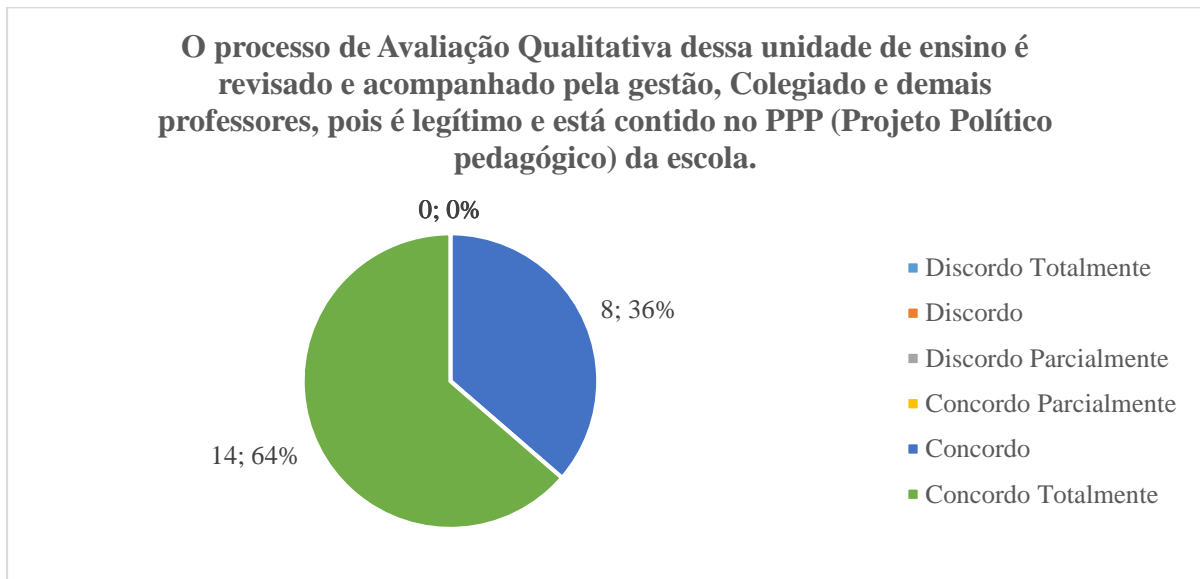
Quanto à caracterização do processo de Avaliação Qualitativa.

Gráfico 23



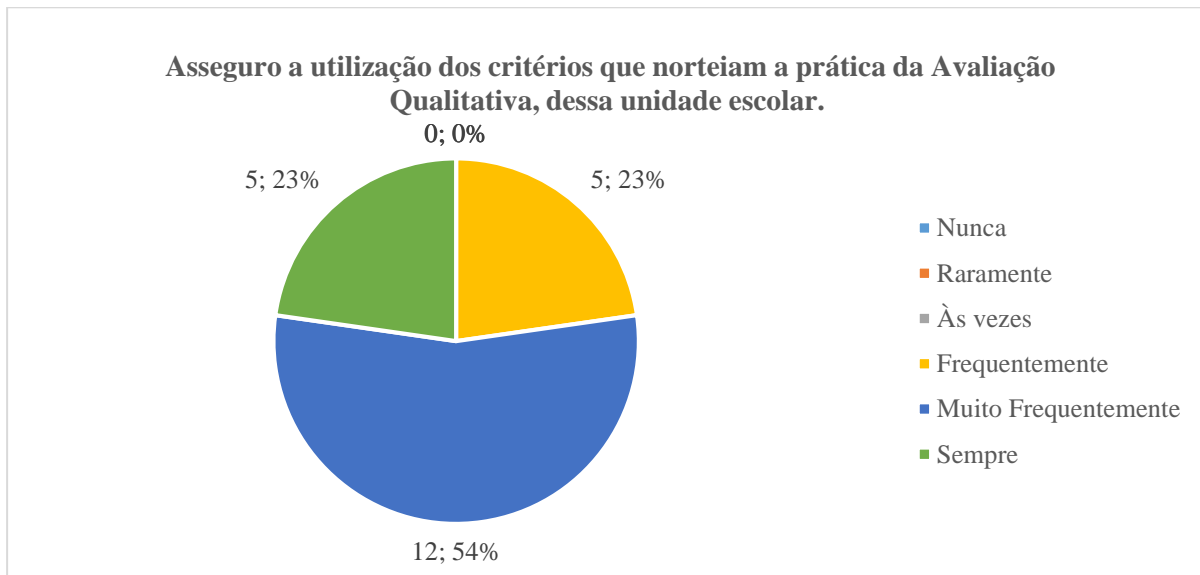
Fonte: autoria própria

Tratando-se de leis, metade dos professores concordam totalmente que a Avaliação Qualitativa da escola está amparada pela LDBEN e Regimento Escolar vigente, os outros 50% também concordam. Isso significa que de acordo com a LDBEN e Regimento Escolar o processo avaliativo da escola está assegurado.

Gráfico 24

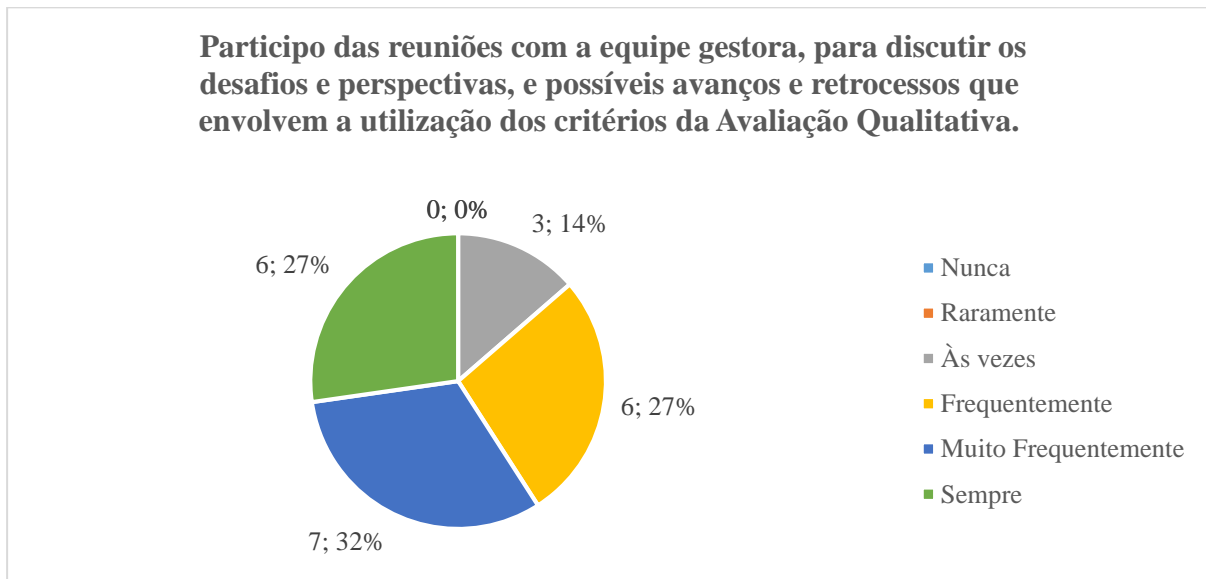
Fonte: autoria própria

Segundo 64% dos professores concordam totalmente que o processo de Avaliação Qualitativa é revisado e acompanhado por eles, Colegiado e a gestão da escola, e 36% também concordam.

Gráfico 25

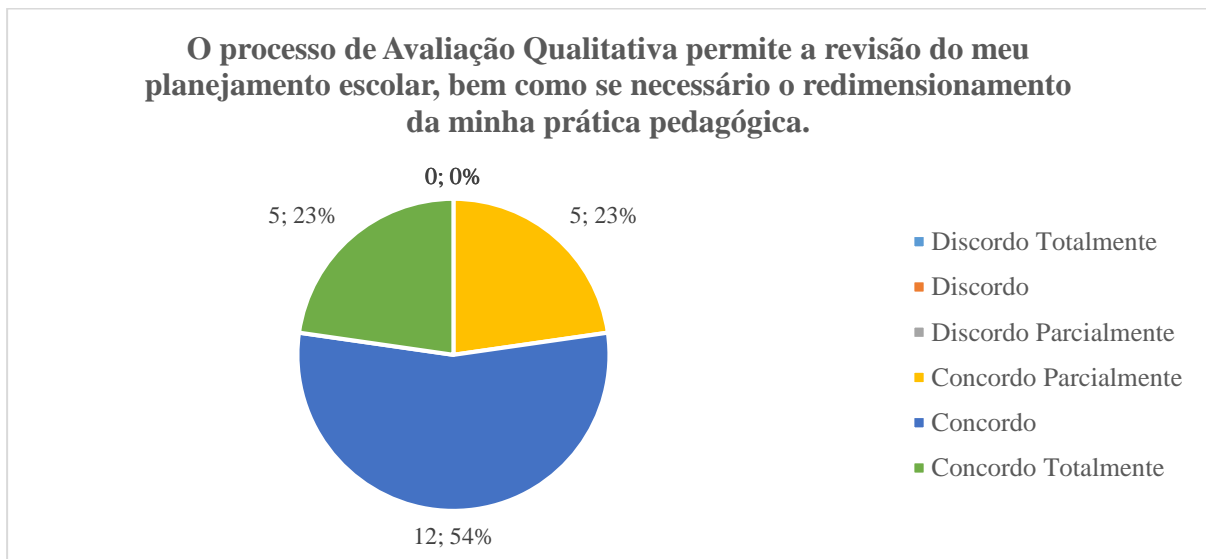
Fonte: autoria própria

Quanto a garantia, 54% dos professores responderam que muito frequentemente asseguram a utilização dos critérios que norteiam a prática da Avaliação Qualitativa, seguidos de sempre e frequentemente que tiveram a mesma porcentagem de respostas, 23%.

Gráfico 26

Fonte: autoria própria

Quanto as reuniões que acompanham o processo de Avaliação dessa escola, 32% dos professores participam muito frequentemente, seguido de 27% que participam sempre e frequentemente e 14% participam às vezes.

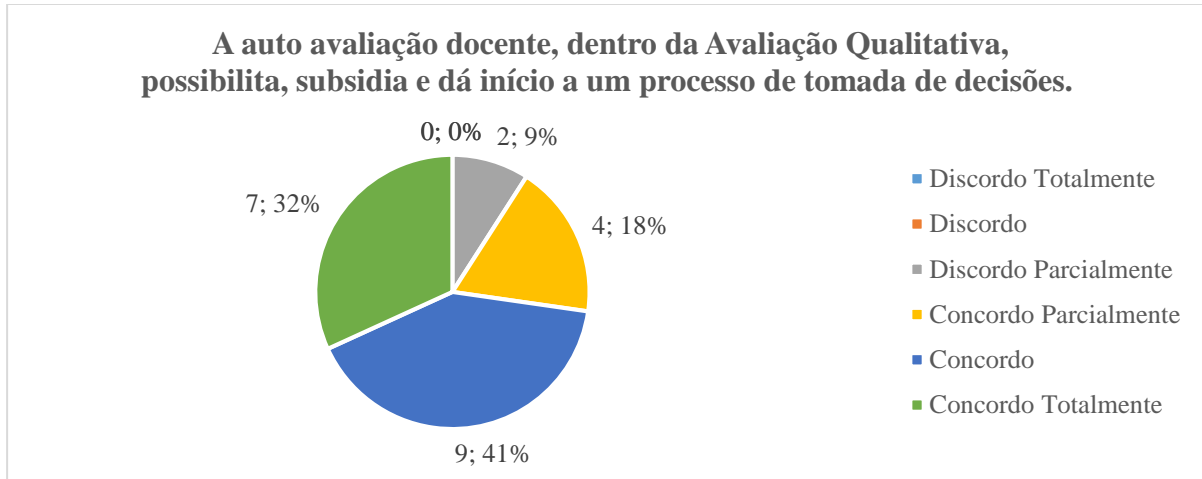
Gráfico 27

Fonte: autoria própria

Acerca da Avaliação Qualitativa como ponto de chegada possibilitando um novo ponto de partida, 54% concordam que esse processo permite uma revisão no planejamento, bem como

o redimensionamento da sua prática pedagógica, seguido de 23% que concordam parcialmente ou totalmente.

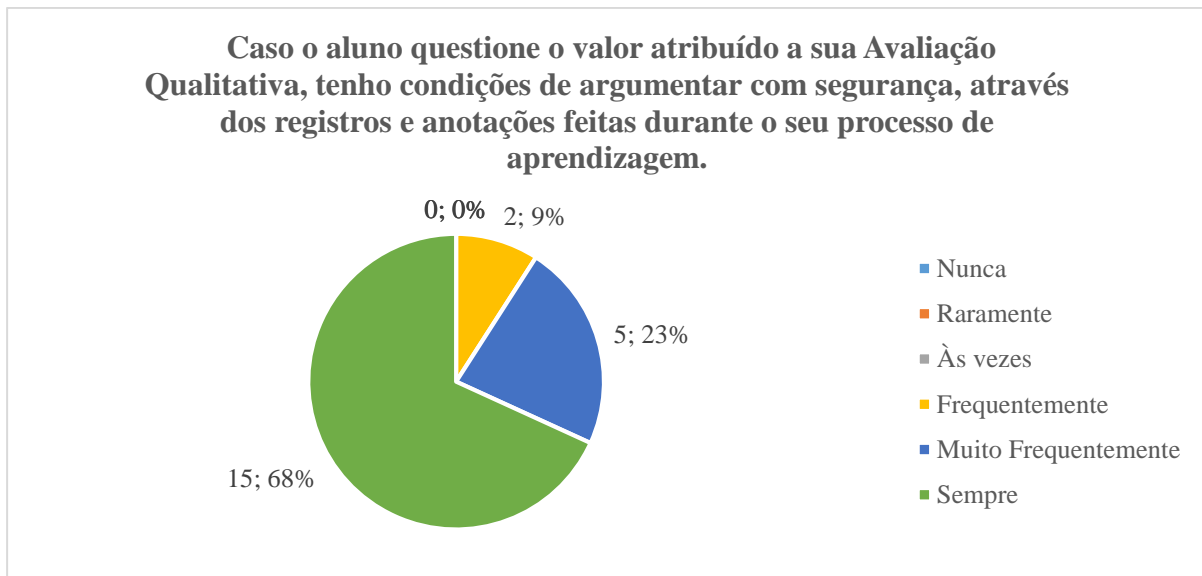
Gráfico 28



Fonte: autoria própria

Sobre a função da auto avaliação docente, 41% concordam que essa prática pode subsidiar e dar início a um processo de tomada de decisões, 32% concordam totalmente, 18% concordam parcialmente, e 9% discordam parcialmente.

Gráfico 29

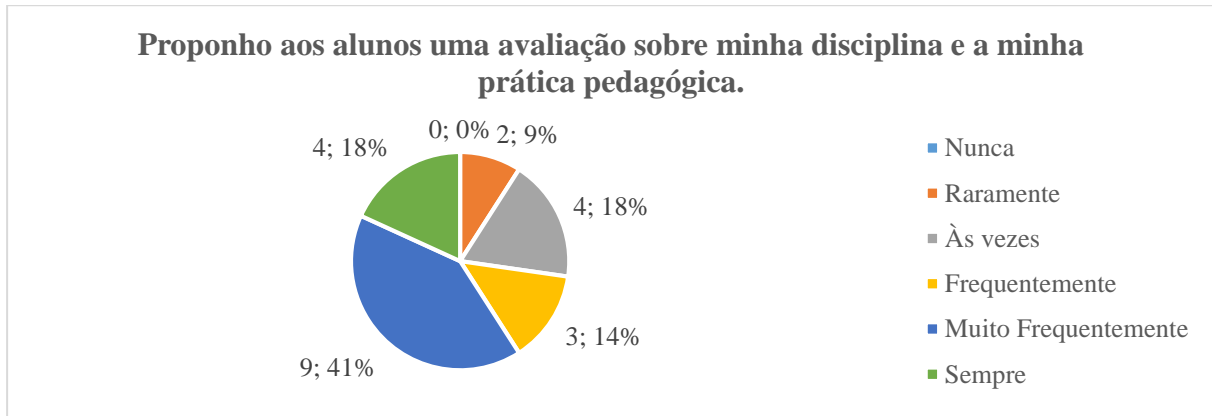


Fonte: autoria própria

De acordo com os critérios de Avaliação Qualitativa a serem seguidos, é imprescindível que os professores façam um acompanhamento diário e contínuo dos alunos e sempre tenham

a disposição suas anotações, para tanto, a maioria dos professores que no caso correspondem a 68% afirmaram que têm condições de argumentar com os alunos, caso sejam solicitados, 9% frequentemente se sentem seguros e 23% nunca estão preparados, caso sejam questionados pelos alunos.

Gráfico 30

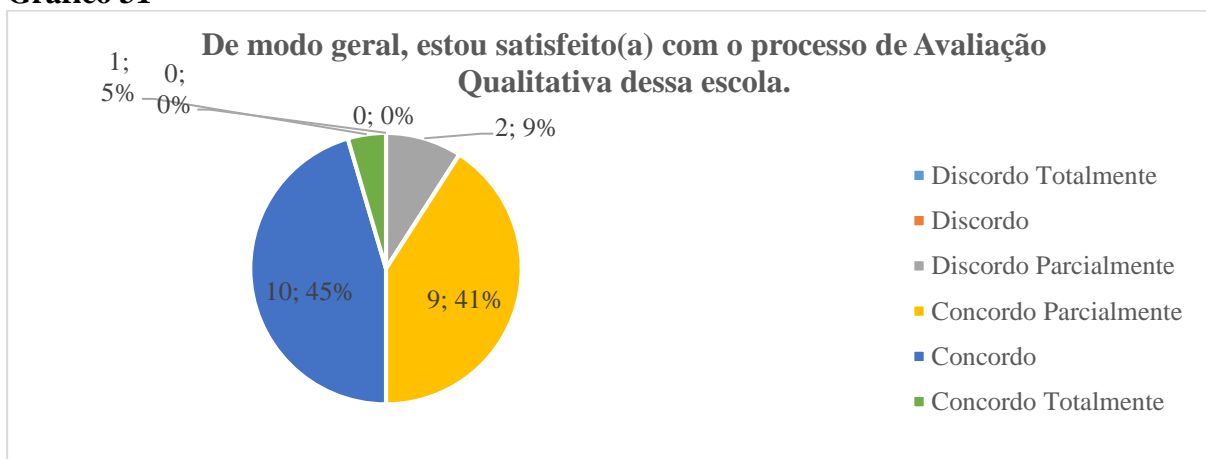


Fonte: autoria própria

Quanto a se colocar diante do aluno para receber críticas e comentários sobre o seu desempenho, 41% muito frequentemente propõem uma avaliação do aluno sobre sua prática pedagógica e sua disciplina, 18% às vezes e sempre, 14% frequentemente e 9% propõem essa prática raramente.

Quanto à opinião dos docentes sobre o processo de Avaliação Qualitativa.

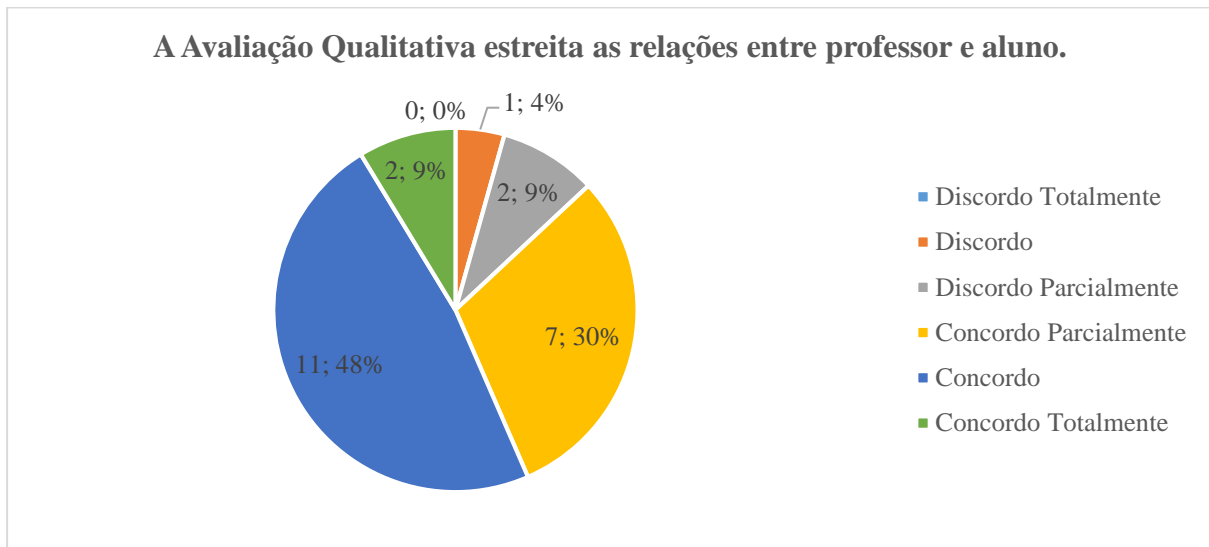
Gráfico 31



Fonte: autoria própria

Do total de 22 professores 45% concordam que estão satisfeitos com o processo de Avaliação Qualitativa da escola, 41% concordam parcialmente, 9% discordam parcialmente e apenas 5% concordam totalmente. Isso significa que o nível de concordância é maior que o de discordância.

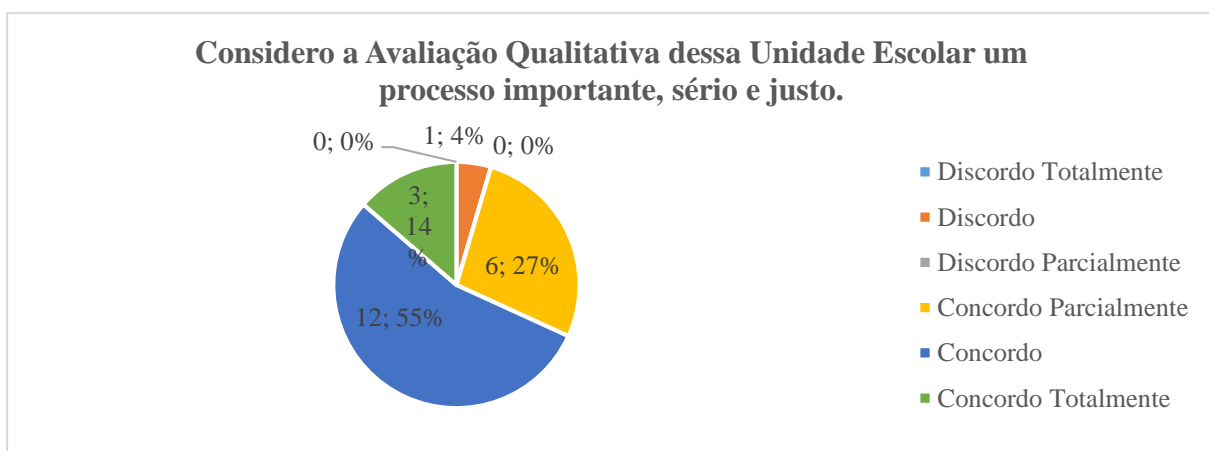
Gráfico 32



Fonte: autoria própria

Em se tratando de relações pessoais, 48% dos professores acham que a Avaliação Qualitativa estreita as relações entre professor e aluno, 30% concordam plenamente, 9% concordam totalmente e outros 9% discordam parcialmente, e apenas 4% ou seja, 1 professor discorda.

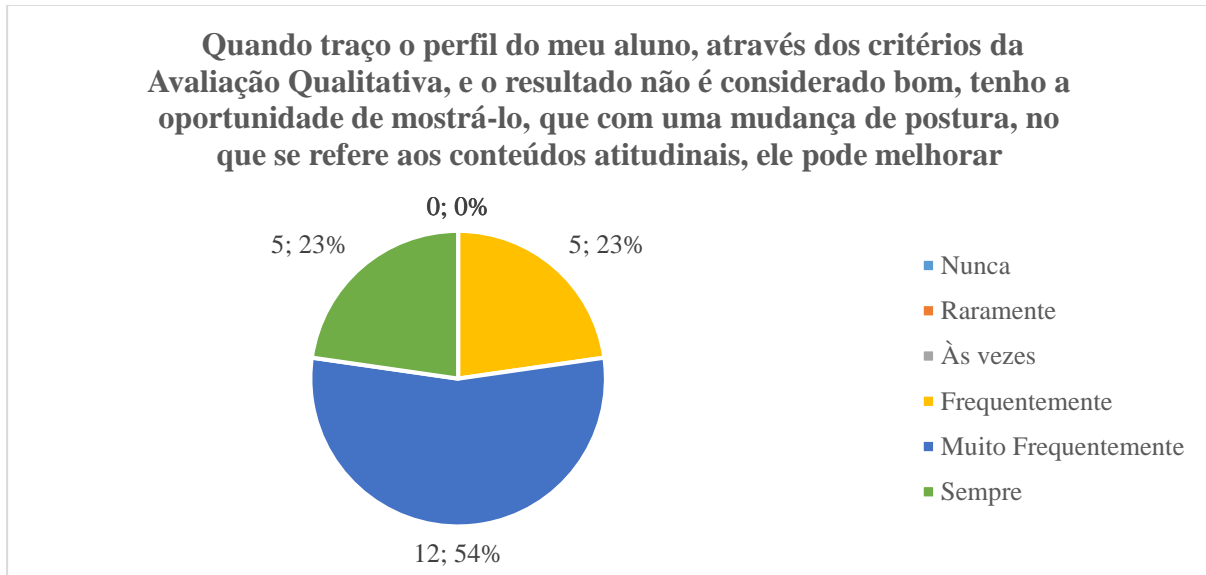
Gráfico 33



Fonte: autoria própria

Quanto a qualidade do processo avaliativo, 55% consideram a Avaliação Qualitativa um processo importante, sério e justo, 27% concordam parcialmente, 14% concordam totalmente e 4% discordam. Chega-se à conclusão que uma minoria discorda de que o processo avaliativo é considerado importante, sério e justo.

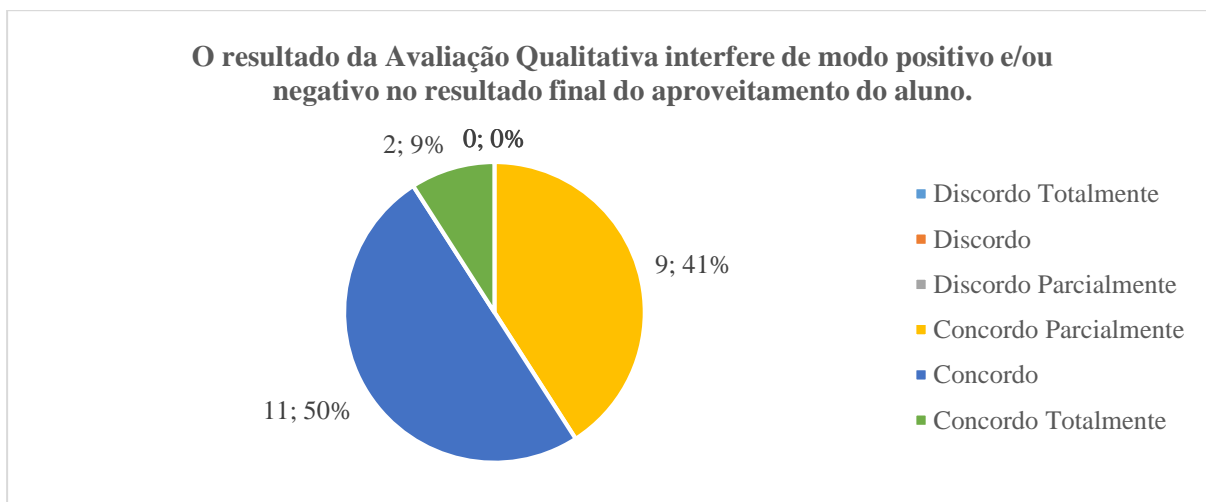
Gráfico 34



Fonte: autoria própria

No quesito perfil do aluno, e mudança de postura no que se refere aos conteúdos atitudinais, a alternativa com maior índice de escolha foi muito frequentemente com 54%, seguido de sempre e frequentemente cada uma das alternativas com 23%. Esse resultado nos permite afirmar que a ideia é comum a todos os professores.

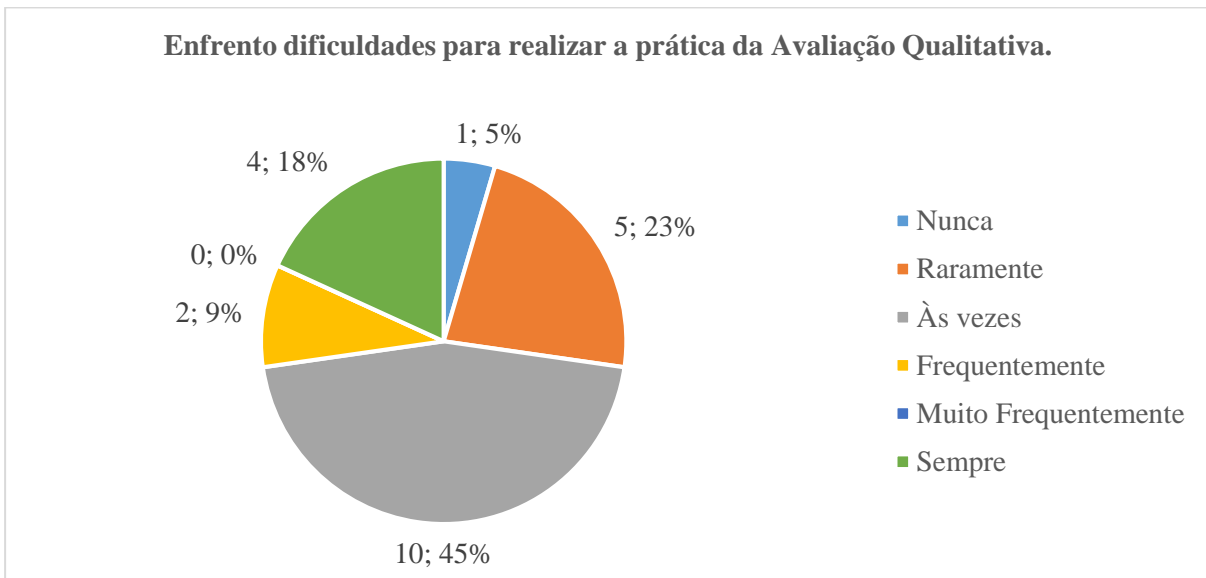
Gráfico 35



Fonte: autoria própria

No que se refere ao resultado final do aproveitamento do aluno, 50% acham que a Avaliação Qualitativa interfere de algum modo no resultado final, 41% concordam parcialmente e 9% concordam totalmente. Esse resultado também demonstra uma ideia comum aos professores dessa escola.

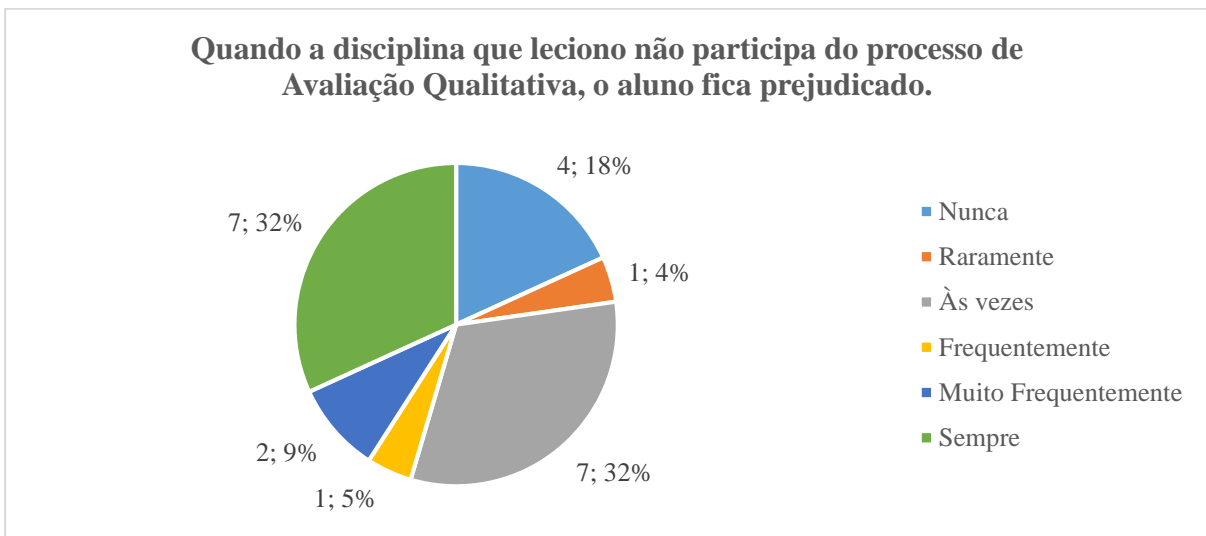
Gráfico 36



Fonte: autoria própria

Nesse quesito, às vezes 45% dos professores enfrentam dificuldades para realizar a Avaliação Qualitativa, 23% raramente, 18% sempre enfrentam dificuldades, 9% frequentemente e 5% nunca passam por isso.

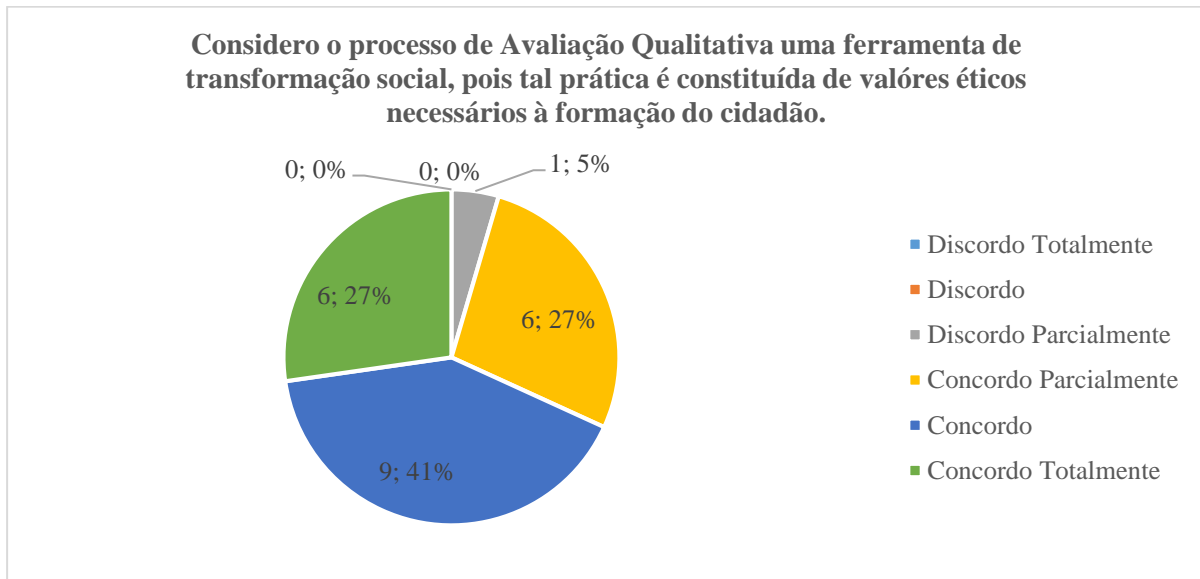
Gráfico 37



Fonte: autoria própria

Quanto aos possíveis prejuízos para os alunos, 32% dos professores sinalizaram que sempre quando sua disciplina não participar da Avaliação Qualitativa o aluno será prejudicado, outros 32% escolheram a opção às vezes, 18% nunca, 9% responderam que muito frequentemente a falta da avaliação de sua disciplina pode prejudicar o aluno, 5% responderam sempre e 4% raramente.

Gráfico 38



Fonte: autoria própria

De acordo com a importância da Avaliação Qualitativa para a formação cidadã, 41% concordam que esse processo avaliativo pode ser considerado uma ferramenta de transformação social, 27% concordam totalmente, outros 27% concordam parcialmente, enquanto apenas 5% discordam parcialmente.

No que diz respeito à opinião dos professores, a maioria está satisfeita com o processo de avaliação da escola, e também reconhecem que essa prática promove melhor relação entre eles e os estudantes.

Os professores também sinalizaram acerca das dificuldades enfrentadas para prática desse processo avaliativo, mas de certa forma acreditam no que a escola propõe consideram tal processo como uma ferramenta de transformação social.

Percepção das gestoras

Entrevistada 1 (E1) - Diretora

A entrevistada 1 descreve a avaliação do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes como complexa, onde 30 pontos são distribuídos em 03 ciclos distintos, divididos em duas modalidades: uma qualitativa e outra quantitativa, sendo que a qualitativa representa 33,33% de toda a avaliação. A entrevistada, ainda afirma que a equipe gestora é reunida no início de cada ano letivo, para analisar e reavaliar a eficácia desse processo avaliativo aplicado na unidade escolar. Reconhece também que acompanha não em sua totalidade, a utilização dos critérios pré-estabelecidos para a prática da Avaliação Qualitativa.

Quanto aos Conselhos de Classe, sua finalidade é acompanhar o rendimento escolar, na garantia do direito à aprendizagem, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Nele participam os representantes do Colegiado Escolar, alunos, professores, gestores e pais, e acontecem no final de cada ciclo. Anterior aos Conselhos de Classe, os professores atribuem as suas notas tanto quantitativas quanto qualitativas, obedecendo aos critérios pré-estabelecidos com as turmas.

E1 também explica, que alguns professores propõem práticas pedagógicas que desenvolvem o cognitivo dos alunos de modo a atenderem aos critérios de avaliação. Quanto ao professor, certamente se cumprirem com seriedade os critérios pré-estabelecidos pela avaliação, podem mudar de postura, afinal neste momento eles também são avaliados.

Para essa gestora, a escola está em busca seu caminho, mas ainda não se encontra preparada para essa proposta tão complexa, mas que com certeza é um processo de caráter inclusivo e analisa os educandos sob outras perspectivas que não só a dos números exatos.

Entrevistada 2 (E2) – Articuladora do PROEI (Programa de Educação Integral)

De acordo com a entrevistada E2, a avaliação do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes procura analisar o sujeito em todos os momentos do seu cotidiano escolar. Ela afirma que a avaliação acontece, “A partir do momento em que ele chega à escola até sua postura na sala, seu desempenho nas atividades.” Para ela, a Avaliação Qualitativa acontece durante os ciclos, a partir dos critérios pré-estabelecidos (Anexo B - Manual dos Professores), e próximo ao fim de cada ciclo acontece um pré-conselho, onde os professores da turma avaliam o aluno em conjunto, atribuindo a ele uma nota, e que no final de cada ciclo acontece os Conselhos de Classe, onde participam pais, professores, Colegiados Escolar, alunos e a equipe gestora com o

objetivo de analisar o desempenho da turma e alguns professores elenca pontos em que a turma precisa melhorar.

A entrevistada também afirma que há um acompanhamento da equipe gestora quanto a utilização dos critérios, mas salienta que alguns professores não fazem uso da prática avaliativa, como deve ser feita, mas que alguns propõem atividades que desenvolvem as habilidades do educando, possibilitando melhoria no seu desempenho.

Algumas vezes a entrevistada consegue perceber uma mudança positiva na postura do professor e também diferenças no seu agir pedagógico tais como: diversidade na elaboração das questões de verificação da aprendizagem, troca de experiências com o colega e atitudes de solidariedade com colegas e alunos. Contudo, ainda falta um pensamento mais coeso acerca da Avaliação Qualitativa e da responsabilidade de cada um, para que esse processo avaliativo aconteça com o sucesso esperado, pois a entrevistada considera sim, a Avaliação Qualitativa da escola como uma ferramenta de transformação social, pois resgata nos sujeitos participantes, valores éticos e morais necessários a formação e desenvolvimento do indivíduo.

A análise documental deu-se com uma varredura nas Atas dos Conselhos de Classe dos anos de 2016 e 2017. Os dados dessa análise contribuiu para elucidar questões acerca da descrição do processo de Avaliação Qualitativa do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes.

Uma observação importante da análise documental foi a presença de poucos professores nos Conselhos de classe, uma vez que, entende-se que é importante a presença do maior número possível de professores, pois trata-se de uma prática dialógica.

Uma dado interessante, foi em relação as pessoas que participam dos Conselhos. Em relação à participação dos gestores nos Conselhos de Classe, dos 321 estudantes, 160 sinalizaram que os gestores participam, mas todas as atas encontra-se assinadas pelos mesmos.

Nas Atas também são encontrados registros de combinados e acordos que são feitos entre a turma e seus professores. Percebe-se que nesse momento, há um exercício da cidadania onde a ética é trabalhada, e então podemos entender o motivo pelo qual, tanto a maioria dos professores quanto a equipe gestora, considera a Avaliação Qualitativa dessa escola, como uma possível ferramenta de transformação social.

Ainda sobre análise das atas, verifica-se que os critérios avaliativos estão em consonância com o regime Escolar da Bahia, segundo documento anexo.

De acordo com a abordagem qualitativa desse estudo, a coleta de dados por meio de entrevista para os gestores deu-se como a finalidade de estar o mais próxima possível, para alcançar diferentes impressões das ideias das entrevistadas, pois, segundo Richardson (1999, p.

160), “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida.

Conclusão e Recomendações

Conclusão

A avaliação da aprendizagem tem sido objeto de estudo de muitos teóricos e profissionais da área de educação. Esse interesse parte da ideia equivocada que os educadores ainda têm acerca da avaliação como medida. Quando encontra-se uma instituição de ensino que pratica a avaliação de forma diferenciada e fundamentada em estudos qualitativos, é essencial que esse processo seja apresentado para a sociedade educadora.

Para tanto, esse estudo abordou a avaliação da aprendizagem com foco na Educação Integral, seus desafios e perspectivas, mediante o embasamento teórico explicitado no Capítulo I. Ainda que, a escola pesquisada desenvolva um processo avaliativo diferenciado direcionado à avaliação qualitativa, de acordo com os resultados obtidos, faz-se necessário um maior compromisso da equipe docente, bem como envolvimento dos alunos e da comunidade escolar nessa prática pedagógica.

Este estudo teve com o objetivo geral a análise do processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral. Como objetivos específicos, primou-se pela descrição do processo de avaliação, através dos Conselhos de Classe participativos e dos critérios pré-estabelecidos pelo corpo docente em consonância com o Regimento Escolar da Bahia; verificação dos critérios, caracterização e conhecimento das opiniões de professores e alunos acerca do processo avaliativo da referida unidade escolar.

Dessa forma, a compreensão acerca da avaliação qualitativa da aprendizagem, nessa escola, implica numa atitude ética, séria e disciplinada por parte dos envolvidos nesse processo, ou seja, nos sujeitos da pesquisa. Os resultados dessa pesquisa comprovam que, através das respostas dos alunos e professores, além da entrevista com os gestores, foi possível verificar e classificar os critérios da avaliação qualitativa, bem como conhecer as opiniões dos sujeitos da pesquisa.

De acordo com o objetivo 1, as atas dos Conselhos de Classe participativos descreveram o processo de Avaliação Qualitativa da referida unidade escolar, de acordo com a participação de todos os segmentos da escola, e que as discussões dialógicas, que se fazem presentes nas reuniões, estão ancoradas pelo Regimento Escolar, conforme documento anexo.

Atendendo ao objetivo 2, os critérios do processo avaliativo são verificados trimestralmente, através da disciplina, assiduidade, participação, cumprimento de tarefas e nota quantitativa, onde há um esclarecimento desses critérios pelo professor, seu uso e julgamento por meio de justificativa.

Quanto ao objetivo 3, o processo de Avaliação Qualitativa dessa escola se caracteriza pela possibilidade de uma auto avaliação do aluno, bom nível de confiança entre os envolvidos no processo, amparado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e acompanhado constantemente pela equipe escolar.

Segundo a opinião dos professores e alunos, respondendo ao objetivo 4, de certa forma a maioria dos sujeitos da pesquisa concordam com o processo de Avaliação qualitativa da escola, consideram um processo sério e justo e ainda acreditam que essa prática pode ser uma ferramenta de transformação social.

Os constructos teórico-metodológicos que embasaram esta pesquisa são de caráter qualitativo, descritivo, exploratório e interpretativo. Optou-se trabalhar com a população, pela escolha se adequar aos propósitos da investigação. Para tal, foram aplicados questionários para (321) alunos, (22) professores e entrevistas para (02) gestoras da escola em questão.

A análise e discussão dos resultados desse estudo demonstrou a necessidade de reconhecer que o processo avaliativo dessa escola, acontece de forma diferenciada e aprofundada nas questões qualitativas do ensino aprendizagem, onde são atribuídos valores ao desenvolvimento dos conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais do aluno.

A interpretação criteriosa dos dados apontou para a assiduidade, disciplina, participação, cumprimento de tarefas e nota quantitativa, como critérios da Avaliação Qualitativa da escola. Esse estudo também mostrou, que nos Conselhos de Classe, que acontecem trimestralmente, são assegurados os usos desses critérios, com a participação de professores, gestores, pais, Colegiado Escolar, orientadores de turma e alunos presentes, para uma avaliação dialógica acerca do desempenhos dos alunos e em alguns momentos, questionamentos sobre a prática pedagógica dos professores.

Por meio dos dados coletados há evidências de que o processo de Avaliação Qualitativa dessa escola se caracteriza pela possibilidade do redirecionamento do agir pedagógico, pelo bom nível de relação de confiança existente entre os sujeitos da pesquisa e pela promoção da

autonomia dos educandos, como alicerce social na construção de cada do projeto de vida voltado para a formação cidadã.

Percebeu-se, através das informações levantadas, neste estudo, que a maioria dos alunos e professores têm uma opinião positiva a respeito do processo de avaliação que é aplicado nessa escola, onde eles consideram de uma certa forma um processo sério e justo sério, mas segundo os professores, alguns ainda enfrentam dificuldades para realizar tal prática.

Esse resultado, acerca da opinião de alunos e professores casa perfeitamente com as respostas de uma das gestoras, que além de acreditar nesse processo de avaliação, ela o caracteriza com uma prática complexa e que a escola ainda não se encontra totalmente preparada.

Enfim, de modo geral, o estudo revelou que há uma certa coerência entre os resultados, nas respostas dos envolvidos na pesquisa, onde foram detectados alguns desafios e a percepção de novas perspectivas acerca da Avaliação Qualitativa dessa unidade escolar.

Recomendações

A partir das conclusões apresentados nessa pesquisa, são elencadas algumas recomendações:

- Que essa escola possa difundir seu processo de Avaliação Qualitativa de aprendizagem para que outras unidades escolares possam utilizá-lo;
- Que os professores do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes participem de formações continuadas acerca da avaliação, para que possam se aprofundar no tema, e consequentemente adquirir maior segurança na sua prática avaliativa;
- Que sejam realizados encontros para professores e alunos dessa unidade escolar, para que esse processo avaliativo seja desenvolvido com maior segurança, seriedade e confiabilidade;
- Que os Professores e pais de alunos das turmas se façam mais presentes nos Conselhos de Classe;
- Que os alunos dessa unidade escolar, através dos seus líderes e orientadores de turma, sejam sensibilizados da importância dessa prática como agente de transformação social, a partir da construção do seu projeto de vida e sua formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- Antunes, C. (2013). Avaliação da aprendizagem escolar. Fascículo 11 na sala de aula. 10^a ed. *Petrópolis: Vozes.*
- _____. (2013) Como desenvolver as competências em sala de aula. Fascículo 8 na sala de aula. 11^a. Ed. Petrópolis: Vozes.
- Aranha, M. L. (1989). *A história da Educação.* São Paulo: Moderna.
- Barbosa, J. R. A. (2008). *A avaliação da aprendizagem como processo interativo: um desafio para o educador.* Instituto Superior de Educação da Zona Oeste. Rio de Janeiro.
- Bloom, B., Hastings, J., & Madaus, G. (1975). *evolução da aprendizagem.* Buenos Aires: Troquel, M375.
- Branco, V. (2012). *Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil.* **Educ. rev.** n.º 45. Curitiba July/Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: jun. 2015.
- BRASIL. *Leis e decretos.* Decreto n.º 19.890/31. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. *D.O.U.*, 04 maio 1931.
- _____. Decreto n.º 21.241. *Consolida as disposições sobre organização do ensino secundário e dá outras providências.* *DOU*, 04 abr. 1932.
- _____. Decreto-Lei n.º 4.244. *Lei Orgânica do Ensino Secundário.* *D.O.U.*, 09 abr. de 1942.
- _____. Decreto-Lei n.º 8.343. *D.O.U.*, 10 dez. 1946.
- _____. Lei n.º 4.024. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação.* *D.O.U.*, 20 dez. 1961.
- _____. Lei n.º 5.692. *Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.* *D.O.U.*, 11 ago. 1971.
- _____. Lei n.º 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* *D.O.U.*, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer do CFE n.º 102. 09 de jun. 1962.*
- _____. *Parecer do CFE n.º 207. 14 abr. 1966.*
- _____. *Parecer do CFE n.º 360/74.*
- _____. *Parecer do CFE n.º 2.164/78.*
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB n.º 05/97.* Proposta de Regulamentação da Lei n.º 9.394/96.

- _____. *Parecer CNE/CEB n.º 12/97*. Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96, em complemento ao Parecer CEB n.º 05/97.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Boletim n.º 14 do Departamento de Ensino Fundamental do MEC*.
- Demo, P. (2015). *Avaliação Qualitativa*. 11 ed. São Paulo: Autores Associados.
- Esteban, M. T. (1996). *Uma avaliação de outra qualidade*. *Presença Pedagógica*, vol. 2, São Paulo.
- Fernandes, M. E. A. (2002). *Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e con do projeto*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- Fernandes, C.O.(2014). *Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola*. Org. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2008). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49ª ed. São Paulo: Cortez.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- _____. (2006). *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, A. S. (2006). *Reflexões sobre a educação integral e a escola de tempo integral*. Cadernos Cenpec, n.02 2006q
- Gonzáles, J. A. T., Fernandes, A. H. , Aranda, T. J. C. (2011). Manual para elaboração de teses de mestrado e doutorado. IBEP.
- Guará, I.M. (2006). *É imprescindível educar integralmente*. In: CENPEC. Educação integral. São Paulo. p. 15-24. (Cadernos Cenpec, n. 2). Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br>>. Acesso em: jun. 2015.
- Minayo, M. C. D. S. (2007). *O desafio da pesquisa social*. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 27, 9-29.
- Moll, J. *Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral*. Pátio Revista Pedagógica, Porto Alegre, p.12 - 15, ago/out 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br>>. Acesso em: jun. 2015.
- Nunes, C. (2001). *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 16, p. 5-18, abril. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em set. 2015.
- Gadotti. M. (1984). *Educação e poder: introdução à pedagogia da conflito*. São Paulo: Cortez.
- Guerra, M. A. S. (2003). *Tornar visível o cotidiano: teoria e prática de avaliação qualitativa das escolas*. Porto: Edições Asa.
- Hadji, C. (2001). *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed.
- Haydt, R. C. C. (2011). *Curso de didática geral*. 1ª Edição-São Paulo: Ática.

- Hoffmann, J. (2006). *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação
- _____ (2006). *Avaliação: Mito e Desafio. Uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação.
- Luckesi, C. C. (2000). *O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem*. Revista Pátio, 12.
- _____ (2003). *A avaliação da aprendizagem na escola*. 2ª ed. Ver. Salvador: Malabares.
- _____ (2005). *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. 17ª ed. São Paulo: Cortez.
- Minayo, M. C. D. S. (2007). *O desafio da pesquisa social. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 27, 9-29.
- Miras, M., & Solé, I. (1996). *A avaliação da aprendizagem e a avaliação no processo de ensino e aprendizagem*. Coll, C.; Palacios, J.; Marchesi, A. *Desenvolvimento psicológico e educação*, 2.
- Moll, J. (2009). *Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral*. Pátio Revista Pedagógica, Porto Alegre, p.12 - 15, ago/out. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br>>. Acesso em: jun. 2015.
- Moretto, V. P. (2010). *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Nunes, C. (2001). *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 16, p. 5-18. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em set. 2015.
- Pattaro, R. de C. V.; Machado, V. L. de C. M. (2016). *Educação integral e a perspectiva histórico-crítica: aproximações possíveis*. Educação. Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 117-126. Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 28 | p. 112-126 | Jul. 2016 Recebido em: 29.04.2016 Aprovado em: 17.05.2016
- Perrenoud, P. (1999). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto alegre: Artmed.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Rocha, D.; Deusdará, B. (2005). *Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória*. Alea, dez, v.7, no.2, p.305-322.
- Romão, J. E. (2001). *Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas*. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire – (Guia da escola cidadã: v. 2)
- Saul, A. M. (1995). *Avaliação emancipatória: desafio a teoria e a pratica da avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez.

- Sant'Anna, I. M. (2002). *Por que avaliar?: Como avaliar?: critérios e instrumentos*. 6ª ed. Petrópolis. Vozes.
- Schellin, M. do C.S.N. (2015). *A concepção de aprendizagem, o encaminhamento metodológico e a prática pedagógica na escola de tempo integral*. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Silva, J. F., Hoffmann, J. & Esteban, M. T. (2004). *A avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa. (Org). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo*. 3ª ed. Porto Alegre. Mediação.
- Sousa, S. M. Z. L. (1986). *Avaliação da aprendizagem: teoria, legislação e prática no cotidiano de escolas de 1 grau* (Doctoral dissertation, Dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo–PUC-São Paulo).
- Teixeira, A. (1959). *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: vol. 31, nº 73, p. 78-74, jan./mar.
- _____ (1962). *Uma Experiência de Educação Primária Integral no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: vol.38, nº 87, p.21-33, jul./set..
- _____ (1967). *A Escola-Parque da Bahia*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: vol.47, nº 106, p. 246-253, abr./jun.
- _____ (1999). *Educação não é privilégio*. UFRJ: Rio de Janeiro
- Vasconcelos, C. S. (1998). *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças*. São Paulo. E Libertad – Centro de Formações e Assessorias pedagógicas.

Apêndice A – Modelo do questionário dos alunos



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS Y DE LA EDUCACION
MAESTRIA EM EDUCACION
Mestranda: Maria Iara Rodrigues
Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Caro Aluno,

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Ciência da Educação, intitulada como, “O Processo de Avaliação Qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas”. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins acadêmicos e não será necessária sua identificação. Antecipadamente agradeço à colaboração.

ATENÇÃO: As questões 01, 02 e 03, você pode marcar quantas alternativas achar necessário, mas as demais, você deverá marcar apenas uma opção.

01. Os critérios da Avaliação Qualitativa a serem seguidos pelos professores dessa escola são:

- () Assiduidade
- () Disciplina
- () Participação
- () Cumprimento de Tarefas
- () Nota Quantitativa

02. Participam dos Conselhos de Classe para discutir a Avaliação Qualitativa da turma de acordo com os critérios obedecidos:

- () Professores da turma
- () Líderes da turma
- () Orientador da turma
- () Pais de alunos da turma
- () Colegiado Escolar
- () Gestores
- () Alunos da turma

03. Os Conselhos de Classe acontecem...

- () Anualmente
 () Semestralmente
 () Trimestralmente
 () Bimestralmente
 () Mensalmente

Para responder às questões de 04 a 07, utilize a escala abaixo:

1	2	3	4	5	6
Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente	Sempre

04	Meus professores obedecem aos critérios da Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5	6
05	Antes do processo avaliativo meus professores esclarecem para a turma, o que ele irá julgar e observar em cada critério.	1	2	3	4	5	6
06	Quando questiono o valor atribuído a cada critério da minha avaliação, o professor me ouve e justifica o porquê da minha nota.	1	2	3	4	5	6
07	Faço uma auto avaliação quando recebo o resultado da minha Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5	6

Para responder às questões de 08 a 15, utilize a escala abaixo:

1	2	3	4	5	6
Discordo Totalment e	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

08	Nos Conselhos de Classe, além de tratar da Avaliação Qualitativa da turma, também é avaliada a prática do professor.	1	2	3	4	5	6
09	Por ser uma escola de Educação Integral, o professor tem mais contato comigo e assim observa melhor meu desempenho escolar, e isso facilita a atribuição de nota que ele dá aos critérios da Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5	6
10	Confio no processo de Avaliação Qualitativa da minha escola.	1	2	3	4	5	6
11	A prática da Avaliação Qualitativa dessa escola é importante para a minha formação cidadã.	1	2	3	4	5	6
12	A boa ou má relação entre professor e aluno pode interferir no processo de Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5	6
13	A Avaliação Qualitativa traz melhorias para a minha aprendizagem.	1	2	3	4	5	6
14	Considero a Avaliação Qualitativa um processo sério e justo.	1	2	3	4	5	6
15	Com a Avaliação Qualitativa, tenho a oportunidade de mostrar meu desempenho escolar, para além da nota quantitativa.	1	2	3	4	5	6

Apêndice B – Modelo do questionário dos professores



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS Y DE LA EDUCACION
MAESTRIA EM EDUCACION
Mestranda: Maria Iara Rodrigues
Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Caro(a) professor(a),

A avaliação educacional é uma investigação sistemática, que agrega juízo de valor a um objeto, apreciando sua importância por meio de critérios e baseando-se em diagnósticos. Trata-se de um processo sério baseado em evidências e provas que demonstrem as afirmações, por ser uma investigação social, para que tenha validade, deve ser feita com rigor. Para tanto, o Colégio Juiz Jorge Faria Góes, por fazer o uso de uma prática avaliativa diferenciada, o presente estudo pretende analisar essa prática junto aos professores, alunos e gestão.

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Ciência da Educação, intitulada como, “Análise do Processo de Avaliação Qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas”. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins acadêmicos e não será necessária a identificação dos inquiridos. Antecipadamente, agradeço à colaboração.

Para as questões de 01 a 08, marque quantas opções forem necessárias.

01. Os critérios pré-estabelecidos a serem observados para a Avaliação Qualitativa dos alunos são:

- () Assiduidade
- () Disciplina
- () Participação
- () Cumprimento de Tarefas
- () Nota Quantitativa
- () Outros

02. A assiduidade do aluno é verificada através da:

- () caderneta de chamada.
- () pontualidade.
- () sua justificativa, caso chegue atrasado.

() outros.

03. De acordo com a disciplina do aluno, considero como procedimentos atitudinais relevantes:

() cumprimento de regras e combinados.

() respeito aos professores, colegas e funcionários.

() organização e limpeza da sala.

() cuidado com o material didático pessoal.

() outros.

04. No critério participação do aluno observo:

() a socialização com os colegas (atividades em grupo).

() a autocorreção das atividades.

() os questionamentos feitos e as dúvidas apresentadas.

() a apresentação oral das atividades propostas.

() outros.

05. Avalio o cumprimento de tarefas do aluno através de:

() realização de tarefas em classe.

() realização de tarefas extraclasse.

() entrega das atividades nos prazos estabelecidos.

() outros.

06. O critério “Nota Quantitativa” corresponde à:

() participação do aluno nas atividades de verificação da aprendizagem.

() porcentagem da nota quantitativa.

() presença do aluno nos dias das verificações da aprendizagem.

() outros.

07. Antes de concluir o processo de Avaliação Qualitativa, se necessário solicito a participação do(s):

() próprio aluno em questão.

() líderes da turma.

- () professor orientador da turma.
- () articulador do PROEI (Programa de Educação Integral).
- () outros.

08. No processo de Avaliação Qualitativa, os Conselhos de Classe têm a função de:

- () assegurar o uso dos critérios pré-estabelecidos.
- () compartilhar as análises de cada professor da turma.
- () esclarecer para turma, de que forma foram avaliados.
- () solicitar aos alunos uma nova postura, para que obtenham melhores resultados na Avaliação Qualitativa.
- () propiciar aos alunos um espaço democrático, onde eles possam esternar seus anseios, acerca da forma como o professor faz uso dos critérios da Avaliação Qualitativa, bem como fazer uma auto avaliação.

Obs: Marque apenas uma opção para as questões a seguir, que estão fora de ordem e devem ser respondidas de acordo com as orientações abaixo:

Para responder as questões 09,10,13,14,17,18,19,21 e 24, utilize a escala abaixo:

1	2	3	4	5	6
Discordo Totalment e	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente

09	O processo de Avaliação Qualitativa desta escola está amparado pelas bases legais, de acordo com a LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com o regime Escolar vigente.	1	2	3	4	5	6
10	O processo de Avaliação Qualitativa dessa unidade de ensino é revisado e acompanhado pela da gestão, Colegiado e demais professores, pois é legítimo e está contido no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.	1	2	3	4	5	6

13	O processo de Avaliação Qualitativa permite a revisão do meu planejamento escolar, bem como se necessário o redimensionamento da minha prática pedagógica	1	2	3	4	5	6
14	A auto avaliação docente, dentro da Avaliação Qualitativa, possibilita, subsidia e dá início a um processo de tomada de decisões.	1	2	3	4	5	6
17	De modo geral, estou satisfeito(a) com o processo de Avaliação Qualitativa dessa escola.	1	2	3	4	5	6
18	A Avaliação Qualitativa estreita as relações entre professores e alunos,	1	2	3	4	5	6
19	Considero a Avaliação Qualitativa dessa Unidade Escolar um processo importante, sério e justo.	1	2	3	4	5	6
21	O resultado da Avaliação Qualitativa interfere de modo positivo e/ou negativo no resultado final do aproveitamento do aluno.	1	2	3	4	5	6
24	Considero o processo de Avaliação Qualitativa uma ferramenta de transformação social, pois tal prática é constituída de valores éticos necessários à formação do cidadão.	1	2	3	4	5	6

Para responder as questões 11, 12, 15, 16, 20, 22 e 23, utilize a escala abaixo:

1	2	3	4	5	6
Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente	Sempre

11	Asseguro a utilização dos critérios que norteiam a prática da Avaliação Qualitativa, dessa unidade escolar.	1	2	3	4	5
----	---	---	---	---	---	---

12	Participo das reuniões com a equipe gestora, para discutir os desafios e perspectivas, e possíveis avanços e retrocessos que envolvem a utilização dos critérios da Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5
15	Caso o aluno questione o valor atribuído a sua Avaliação Qualitativa, tenho condições de argumentar com segurança, através dos registros e anotações feitas durante o seu processo de aprendizagem	1	2	3	4	5
16	Proponho aos alunos uma avaliação sobre minha disciplina e a minha prática pedagógica.	1	2	3	4	5
20	Quando traço o perfil do meu aluno, através dos critérios da Avaliação Qualitativa, e o resultado não é considerado bom, tenho a oportunidade de mostrá-lo, que com uma mudança de postura, no que se refere aos conteúdos atitudinais, ele pode melhorar seu desempenho no processo de ensino aprendizagem.	1	2	3	4	5
22	Enfrento dificuldades para realizar a prática da Avaliação Qualitativa.	1	2	3	4	5
23	Quando a disciplina que leciono não participa do processo de Avaliação Qualitativa, o aluno fica prejudicado.	1	2	3	4	5

Apêndice C – Modelo da entrevista dos gestores



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA EDUCACIÓN

MAESTRIA EM EDUCACIÓN

Mestranda: Maria Iara Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Caro(a) gestor(a),

A avaliação educacional é uma investigação sistemática, que agrega juízo de valor a um objeto, apreciando sua importância por meio de critérios e baseando-se em diagnósticos. Trata-se de um processo sério, baseado em evidências e provas que demonstrem as afirmações, e por ser uma investigação social, para que tenha validade, deve ser feita com rigor. Para tanto, o Colégio Juiz Jorge Faria Góes, por fazer o uso de uma prática avaliativa diferenciada, o presente estudo pretende analisar essa prática junto aos professores, alunos e gestores.

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Tese de Mestrado em Ciência da Educação, intitulada como, “Análise do Processo de Avaliação Qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas”. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins acadêmicos e não será necessária a identificação dos inquiridos. Antecipadamente, agradeço à colaboração.

01. Como você descreve a Avaliação da sua escola?
02. De que forma acontece o processo de Avaliação Qualitativa e quais critérios estão pré-estabelecidos?
03. A equipe gestora promove encontros pedagógicos com os professores, para discutir e analisar a eficácia do processo de Avaliação Qualitativa? Com que frequência, esses encontros acontecem?
04. Existe um acompanhamento da equipe gestora, para assegurar a utilização dos critérios pré-estabelecidos para prática da Avaliação Qualitativa?
05. Quais os objetivos do Conselho de Classe, quem participa e quando ocorrem?
06. Anterior aos Conselhos de Classe, de que forma professores e alunos se articulam e se preparam? A equipe gestora acompanha esse processo?

07. Os professores dessa instituição propõem práticas pedagógicas, que desenvolvem as habilidades do educando, possibilitando seu desempenho, para que ele atenda aos critérios da Avaliação Qualitativa?
08. Depois do processo de Avaliação Qualitativa, você consegue detectar alguma mudança no agir pedagógico e na postura do professor?
09. Você considera que esta escola está preparada para esse processo avaliativo?
10. O processo de Avaliação Qualitativa desta escola, pode ser considerado como uma ferramenta de transformação social, por quê?

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “O processo de Avaliação Qualitativa nua escola de Educação Integral: desafios e perspectivas”, que é projeto de mestrado da professora Maria Iara do Bomfim de Souza Rodrigues, sob a orientação do professor Dr. Luis Ortiz Jiménez, no programa de Mestrado em Ciência da Educação, da Universidade Autônoma de Assunção.

O motivo que nos leva a estudar como acontece o processo de Avaliação Qualitativa no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral da rede estadual, na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil, no período entre 2016 e 2017, deriva de experiências didático pedagógicas e inquietações ao longo do exercício de docência e gestão na escola pública dos ensinos fundamental e médio da autora. Além disso, o fato de fazer parte do quadro docente do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, escola de Educação Integral, contribuiu para percepção de uma prática avaliativa diferenciada, capaz de observar as atitudes, comportamentos, hábitos de estudo e habilidades do educando. O objetivo desse estudo é analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de educação Integral. Os procedimento da coleta de dados acontecerá da seguinte forma: serão distribuídos questionários para professores e alunos, e entrevista para os gestores.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, com a pesquisadora Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues, através do telefone 75-99163-8996 e pelo e-mail: iarasantanna@hotmail.com.

Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues

Eu _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima, de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. De forma livre e voluntária, aceito participar da pesquisa “**O processo de avaliação qualitativa numa escola de Educação**

Integral: desafios e perspectivas”. Sei que a qualquer momento poderei solicitar mais informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Feira de Santana, Ba/Brasil, _____ de setembro de 2017.

Apêndice E– Carta de Apresentação



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA EDUCACIÓN

MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Mestranda: Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues

Orientador: Dr. Luis Ortiz Jiménez

Carta de apresentação

Feira de Santana, Ba/Brasil, 30 de agosto de 2017.

Assunto: Coleta de dados para tese de mestrado

Caro (a) Gestor (a),

A Universidade Autônoma de Assunção/Paraguai está em processo de realização do curso de Mestrado em Ciências da Educação. No momento, a instituição está iniciando a fase de construção das teses que representam requisito parcial para a conclusão do curso.

Para a realização da minha tese de mestrado, preciso realizar um estudo empírico sobre o processo de avaliação qualitativa na Educação Integral, cujas estratégias metodológicas envolverão: aplicação de questionários para colegas e alunos, entrevista para os gestores e análise documental das Atas dos Conselhos de Classe dos anos de 2016 e 2017. A realização desse trabalho tem como objetivo: analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de educação Integral.

Essa pesquisa será realizada pela professora/cursista Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues, sob orientação do Prof. Dr. Luis Ortiz Jiménez, cujo tema é “**O processo de avaliação qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas**”, o que torna a escola sob sua direção contexto propício para construção de conhecimentos na área.

Nesse sentido, venho solicitar sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa nesse colégio. Asseguramos que os aspectos de ordem ética – garantia de sigilo dos questionários, entrevistas e análise documental – serão rigorosamente respeitados em todas as atividades propostas.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones (75) 99163-8996 ou pelo e-mail jarasantanna@hotmail.com

Atenciosamente,

Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues

Anexo A – Do Regimento Escolar da Bahia

Seção III

Do Conselho de Classe

Art. 11. O Conselho de Classe, órgão colegiado, consultivo e deliberativo da direção para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, tem como finalidade o acompanhamento do rendimento escolar na garantia do direito à aprendizagem, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Art. 12. O Conselho de Classe possui os seguintes componentes:

I - os professores dos componentes curriculares de cada série;

II - um representante dos estudantes de cada classe;

III - um representante de pais e responsáveis de cada classe;

IV - um coordenador pedagógico; e

V- um representante da direção da unidade escolar.

§1º O professor articulador de área do ensino médio, quando houver na unidade escolar, poderá ser chamado a participar das reuniões do Conselho de Classe para assessoramento a respeito de temas específicos.

§2º Nos cursos de educação profissional, o professor articulador do curso ou de estágio, quando houver na unidade escolar ou Centro, poderá ser chamado a participar das reuniões do Conselho de Classe para assessoramento a respeito de temas específicos.

§3º Nos Conselhos de Classe dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional terão Regimento Escolar 9 assento um representante do Conselho Escolar, escolhido entre os representantes listados no inciso II do art. 10 deste Regimento.

Art. 13. O Conselho de Classe reunir-se-á regularmente e de acordo com o número de classes existentes: e

I - ao final de cada unidade didática para avaliar o desempenho acadêmico de cada classe e subsidiar o planejamento e as intervenções necessárias para a unidade seguinte e recuperação;

II - ao final dos estudos obrigatórios de recuperação para avaliar o desempenho acadêmico e a dinâmica pedagógica e os resultados do ano letivo, à luz do projeto político-pedagógico.

§1º O Conselho de Classe reunir-se-á extraordinariamente, sempre que convocado pela direção da unidade escolar.

§2º A reunião do Conselho de Classe será lavrada em ata com os resultados de cada estudante, aprovado e reprovado, que deverá ser assinada pelos professores, coordenadores e demais participantes presentes.

Art. 14. Compete ao Conselho de Classe:

- I - dar informações à família e emitir parecer para a direção acerca dos aspectos psicopedagógicos referentes ao processo de aprendizagem dos estudantes;
- II - opinar sobre organização, adequação e aplicação de planos e programas relacionados com os componentes curriculares;
- III - opinar sobre os processos relativos a questões disciplinares previstas neste regimento;
- IV - decidir sobre a situação escolar de cada estudante que não tenha atingido nota satisfatória para promoção, na forma deste regimento;
- V - identificar os estudantes de aproveitamento insuficiente e discutir sobre as prováveis causas desta situação e suas respectivas soluções;
- VI - analisar o comportamento da classe, confrontando o seu relacionamento com os diferentes processos, propondo procedimentos ou medidas pedagógicas para superação das dificuldades identificadas; e
- VII - participar dos atos de classificação, reclassificação e avanço de estudos, conforme legislação específica.

Art. 15. Para fins de avaliação, o Conselho de Classe levará em conta os seguintes aspectos relacionados à conduta do estudante:

- I - assiduidade;
- II - conduta geral dentro e fora da sala de aula;
- III - notas obtidas nos componentes curriculares em que for aprovado;
- IV - circunstâncias diversas que tenham interferido na aprendizagem; e
- V - participação e desempenho em atividades socioculturais, técnicas, científicas, esportivas e recreativas.

Anexo B – Manual do Professor

I - RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO

1. Cumpra horários de entrada e saída, para que seus alunos sigam seu exemplo e você possa ter respaldo para não permitir a entrada dos retardatários.
2. Evite atender celulares nos momentos de aula, deixando-o no modo silencioso. Solicite o mesmo de todos da turma, alertando-os que só poderão usar celulares com a sua permissão.
3. Faça chamadas diariamente, de preferência no início da aula, para acostumar os alunos a serem assíduos, registrando as faltas e presenças imediatamente na caderneta.
4. Não receba tarefas e trabalhos fora dos critérios estabelecidos e dê aos alunos a opção de refazê-los.

Exemplos:

- ❖ Entrega do trabalho na última semana anterior às avaliações finais;
- ❖ Entrega entre os dias “Tal” e “Tal”.

Com este critério, evita-se oportunizar retardatários, além de manter o respaldo, podendo negar-se a receber o trabalho fora do prazo combinado.

5. Antecipe as notas da AVALIAÇÃO QUALITATIVA de cada unidade com a turma e faça seus comentários salientando os pontos positivos e pontuando onde precisa melhorar, para otimizar o tempo e as discussões no Conselho de Classe, dando oportunidades para possíveis questionamentos dos presentes no conselho.
6. Faça a segunda chamada logo que possível, mediante justificativa plausível ou atestado médico.
7. Evite discussões e falta de respeito. Não se nivele por baixo. As pessoas são iguais como indivíduos, mas as hierarquias devem ser respeitadas.

II - PROFESSOR X ORGANIZAÇÃO

A. CADERNETAS

1. Atentar para o manuseio das cadernetas.
2. Manter as cadernetas sempre atualizadas.
3. Não retenha a caderneta por mais tempo que a sua aula. Isso dificulta a atualização da mesma pelos seus colegas.

4. Sempre que acabar a sua aula, entregue-a ao próximo professor, ou deixe-a na sala dos professores.
5. Evite rasuras, além de não refletirem limpeza, organização, geram dúvidas, uma vez que as cadernetas são documentos e não devem ser rasurados.
6. Atentar para o registro de faltas e notas nos lugares de outras disciplinas.
7. Nunca solicitar que alunos busquem cadernetas e jamais permitir que as manuseiem.

B. SALA DOS PROFESSORES

1. Mantenha o espaço em ordem, limpo e organizado. Um ambiente tranquilo facilita o trabalho coletivo.
2. Ao utilizar livros, por favor, coloque-os nos espaços determinados para este fim.
3. Evite receber alunos nos momentos de intervalo, correção de provas e trabalhos e AC's. Deixe claro, em classe, que você não os receberá nesses momentos. Caso eles insistam, solicite educadamente que se retirem, alertando-os que os atenderá na aula ou em outro momento.

C. ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES

1. Ao solicitar um trabalho, escreva e exija que cumpram os critérios necessários à realização do mesmo.
2. Seja o mais claro possível, ao solicitar trabalhos e tarefas. Muitas vezes, aquilo que lhe parece óbvio, não está claro para seu aluno.
3. Estabelecer prazos e cumpri-los é o segredo para a aprendizagem, tanto didática, quanto para a vida.
4. Manter a palavra é fundamental ao lidar com alunos. Uma vez marcada a data, cumpra. Não aceite concessões.
5. Planejar é necessário. Até mesmo o improviso requer planejamento.

D. SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E ESPAÇOS

1. Ao solicitar o uso dos espaços da escola, por favor, faça-o com antecedência, verificando se os eletroeletrônicos estão instalados, testando CD's e DVD's para que não perca o tempo da aula e, principalmente, a sua motivação e nem da turma.
2. Caso queira que seus alunos usem os materiais da escola (papel metro, cola, tesouras, lápis de cor, data show, caixas de som, extensões elétricas etc), solicite-os você mesmo.

Além de evitarmos desperdícios, saberemos a quem recorrer caso algo não esteja de acordo.

3. Planeje a atividade para que use o tempo de sua aula.
4. Ao utilizar a biblioteca, laboratórios, por favor, não permita que alunos comam nesses espaços e deixe-os organizados ao sair.

E. SEMANA DE AVALIAÇÕES

Ao entrar na sala de provas, atentar para:

1. Escritos no quadro, devendo apagá-los, a não ser que sejam instruções para a prova;
2. Exigir que depositem celulares desligados sobre a mesa do Professor e não permitir que usem fones de ouvidos ou qualquer aparelho eletrônico;
3. Verificar se a quantidade de provas é compatível com o número de alunos na sala antes mesmo de entregá-las. Evite interromper a prova para solicitar cópias na mecanografia;
4. Verificar se todos assinaram a lista de presença, atentando se o número de provas recebidas é igual ao de alunos presentes;
5. Ao devolver o pacote de provas, por favor, organize-o colocando dentro dele as sobras, as provas feitas e as listas de presenças devidamente assinadas por você;
6. Devolver o pacote de provas na mecanografia ou vice-direção, caso não encontre com o professor da prova em questão.

III – PROFESSOR X C.E.J.J.F.G.

A. SECRETARIA

1. Manter informações úteis atualizadas: Endereços, telefones, celulares e e-mails, cadastro.
2. Estabelecer prazos flexíveis dentro de seu planejamento para a entrega de trabalhos e correção de provas, sobretudo por causa da atualização de notas e faltas nas cadernetas, facilitando o trabalho da secretaria junto ao SGE .

B. MECANOGRRAFIA

1. Respeitar os prazos de entrega de provas e atividades a serem reproduzidas na escola, Ao entregar os rascunhos, pen-drive e enviar e-mails com antecedência, terá tempo de corrigir possíveis erros e evitar intercorrências no momento da atividade.
2. Caso não entregue as atividades no prazo estabelecido, as mesmas **NÃO** serão reproduzidas.

3. Ao solicitar xerox e/ou impressões, atente para as quantidades e não solicite, em hipótese alguma, que alunos façam por você.

C. PROFESSOR X COLEGAS DE TRABALHO

1. Atentar para a linguagem do grupo. Os alunos percebem as fragilidades de nosso discurso, quando não demonstramos seguranças nas ações coletivas.
2. Solicite e ofereça ajuda quando quiser. Somos uma equipe e devemos ser profissionais que zelam pelo bem do grupo.
3. Compartilhe ideias, discorde de coisas, de assuntos e não de pessoas.
4. Estabeleça um diálogo saudável, ainda que haja discordâncias de opiniões.

IV – AVALIAÇÃO

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 41. A avaliação da unidade escolar objetiva o aperfeiçoamento da dinâmica institucional e é organizada por procedimentos internos pela unidade escolar e externos por órgãos locais e centrais da administração, comportando a avaliação institucional e a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

Referência: BAHIA. **Portaria Nº 5.872, de 15 de julho de 2011**. Aprova o Regimento Escolar das Unidades Escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino e dá outras providências. Salvador, 2011.

A. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Seção II

Da Sistemática de Avaliação Institucional

Art. 42. A avaliação institucional visa a fornecer subsídios para um diagnóstico dos processos pedagógicos e administrativos das unidades escolares e do sistema de ensino, com vistas à definição e acompanhamento das políticas públicas e projetos implantados nas unidades escolares, devendo:

I - identificar no processo contínuo do ensino-aprendizagem a consecução das metas e objetivos da política de educação;

II - acompanhar o desempenho do corpo diretivo, técnico-pedagógico e administrativo, docentes, discentes e servidores administrativos;

III - estabelecer parceria efetiva da comunidade escolar e do seu entorno nas atividades propostas pela unidade escolar;

IV - acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico na unidade escolar; e

V - estar compatibilizada com as diretrizes de avaliação do processo ensino-aprendizagem, definidas neste Regimento e no projeto político-pedagógico da unidade escolar, quanto a objetivos e conteúdos trabalhados.

Referência: BAHIA. **Portaria Nº 5.872, de 15 de julho de 2011.** Aprova o Regimento Escolar das Unidades Escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino e dá outras providências. Salvador, 2011.

B. ATIVIDADES AVALIATIVAS

Composta de atividades escritas, orais, pesquisas, trabalhos, testes, provas, seminários, etc.

As três atividades avaliativas em cada unidade letiva, definidas no Art. 3º da Portaria 6562/2016 devem ser realizadas da seguinte forma:

I - no primeiro momento avaliativo do componente curricular, o (a) professor (a) deverá utilizar instrumentos diversificados e definir o valor de cada um deles, gerando a NOTA 1, resultante do somatório dos valores obtidos pelos (as) estudantes em cada instrumento;

II - no segundo momento avaliativo do componente curricular, o (a) professor (a) deverá utilizar instrumentos diversificados e definir o valor de cada um deles, gerando a NOTA 2, resultante do somatório dos valores obtidos pelos (as) estudantes em cada instrumento;

III - no terceiro momento avaliativo do componente curricular, o (a) professor (a) deverá utilizar instrumentos diversificados e definir o valor de cada um deles, gerando a NOTA 3, resultante do somatório dos valores obtidos pelo (a) estudante em cada instrumento.

O valor resultante do somatório das notas das avaliações realizadas durante os momentos I, II, III e/ou outros irá gerar a nota final da unidade letiva, que deve totalizar 10 pontos, sendo que para efeito de aprovação o (a) estudante deve alcançar, no mínimo, 50%. Sendo, portanto, definida a média 5,0 para os estudantes da rede estadual de ensino da Bahia.

Em cada um desses momentos avaliativos, o (a) professor (a) deverá verificar se as aprendizagens trabalhadas com os (as) estudantes foram construídas, considerando as dimensões qualitativa e quantitativa. Caso seja identificado que as aprendizagens não foram satisfatoriamente construídas, devem ser realizadas novas estratégias didáticas, com vistas à

consolidação das aprendizagens dos (as) estudantes. Essas serão traduzidas em notas/conceitos durante o processo denominado recuperação paralela das aprendizagens. (<http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Instrucao-Normativa-n-002-2016-TEXT0.pdf>)

C. Recuperação Paralela

A recuperação paralela deve ser planejada pelo (a) professor (a), utilizando a autonomia que lhe compete, após as atividades avaliativas previstas nas unidades letivas, sendo realizada durante todo o processo, garantindo a recuperação dos conhecimentos não consolidados pelos (as) estudantes e fortalecendo a compreensão dos (as) estudantes que já consolidaram os conhecimentos previstos em cada período.

1. Recuperação paralela tem como objetivos:

I - oferecer outras oportunidades de aprendizagens com ações que contribuam para que as dificuldades diagnosticadas possam ser superadas;

II - promover processualmente, na unidade letiva, atividades, estratégias didático-pedagógicas e avaliações que visem à superação das dificuldades de aprendizagens apresentadas no itinerário formativo do (a) estudante.

2. Registro

A recuperação das aprendizagens pelos (as) estudantes deve ser registrada por meio de notas/conceitos e deve ocorrer em todas as unidades letivas, obedecendo à concepção e a finalidade descritas no Art. 2º da Portaria 6562/2016. A nota alcançada no processo da recuperação paralela deve ser registrada no diário de classe e considerada pelo (a) professor (a) para garantir a regularização da vida escolar dos (as) estudantes no registro final da unidade letiva, no sistema eletrônico de registro da rede estadual de ensino da Bahia.

Como afirma o Art. 5º da Portaria 6562/2016, a avaliação da aprendizagem bem como os estudos da recuperação paralela deve ser desenvolvida em todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, considerando o currículo, as etapas e modalidades da Educação Básica. <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Instrucao-Normativa-n-002-2016-TEXT0.pdf>

D. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos, pedagógicos e disciplinares, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e nos marcos regulatórios vigentes. (Portaria nº 6562/ 2016 Art. 12). Com base no Art. 12 da Portaria 6562/2016, cabe à unidade escolar realizar o Conselho de Classe para a avaliação e os encaminhamentos que se fizerem necessários sobre o aproveitamento individual e/ou coletivo dos (as) estudantes.

Compete ao Conselho de Classe:

- I) emitir parecer à direção da unidade escolar e dar informações aos responsáveis pelos(as) estudantes, acerca dos aspectos referentes ao processo de aprendizagem dos (as) mesmos (as);
- II) opinar sobre questões disciplinares que envolvam os (as) estudantes, considerando o Regimento Escolar 2011, Portaria N° 5.872, de 15 de Julho de 2011;
- III) identificar os (as) estudantes com aprendizagem não consolidada e discutir sobre as prováveis causas desta situação e encaminhamentos para soluções;
- IV) decidir sobre a situação escolar de cada estudante que não tenha atingido nota satisfatória para promoção, na forma do Regimento Escolar 2011, Portaria N° 5.872, de 15 de Julho de 2011;
- V) socializar com a família as decisões do Conselho de Classe referentes ao desempenho dos/as estudantes;
- VI) participar dos atos de classificação, reclassificação e progressão de estudos dos (as) estudantes, conforme legislação específica.

1.Realização do Conselho de Classe

Para a realização do Conselho de Classe, os(as) estudantes devem ser observados(as) e acompanhados(as) por todos (as) os (as) professores (as) durante todo o período letivo. A cada encontro de Conselho de Classe o (a) gestor (a) deve definir previamente os objetivos e a pauta, convocando os representantes dos seguintes componentes:

- I) professores (as) dos componentes curriculares de cada série/ano;
- II) um representante dos (as) estudantes de cada classe;
- III) um representante de pais ou responsáveis de cada classe;
- IV)um (a) coordenador (a) pedagógico (a); e
- V) um representante da direção da unidade escolar.

Para fins de avaliação, o Conselho de Classe levará em conta os seguintes aspectos relacionados à conduta do (a) estudante:

- I) assiduidade;

- II) conduta geral dentro e fora da sala de aula;
- III) notas obtidas nos componentes curriculares em que for aprovado;
- IV) circunstâncias diversas que tenham interferido na aprendizagem; e
- V) participação e desempenho em atividades socioculturais, técnicas, científicas.

A coordenação do Conselho de Classe deverá ser assumida pelo (a) Diretor (a), Vice ou coordenador (a) pedagógico (a) que deverá elaborar a agenda, designar um (a) secretário (a), abrir e dirigir os trabalhos, levantar e selecionar subsídios necessários com informações sobre a vida escolar dos(as) estudantes para que o Conselho aconteça, analisar e encaminhar, quando necessário, distorções ou entraves fazendo intervenções e contribuindo para que o objetivo seja alcançado, contribuir para que o regulamento e as ações previamente definidas sejam executadas e respeitadas e divulgar o resultado com toda comunidade escolar e fora dela.

O (a) Secretário (a) Escolar deverá auxiliar o (a) coordenador (a) do Conselho de Classe e equipe técnica - pedagógica, registrando em ata as análises, definições, pendências e sugestões bem como a(s) decisão (es) final (is).

O (a) professor (a) deverá durante a realização do Conselho de Classe disponibilizar todas as informações necessárias para as análises, opinar sobre as questões que demandam parecer do Conselho, participar ativamente manifestando-se com voz e voto, indicar dificuldades de ordem administrativa, técnica e/ou pedagógica encontrada para a operacionalização das ações propostas, apresentar propostas de solução dos problemas identificados, indicar estudantes e/ou turmas para acompanhamento pedagógico, solicitar a manifestação do Conselho sempre que houver dúvida em relação ao desempenho do (s) estudante(s) contribuindo para a avaliação global do processo de ensino e de aprendizagem.

Os (as) representantes dos (as) estudantes deverão apresentar a autoavaliação da turma em relação ao processo de aprendizagem e apresentar de forma crítica as dificuldades e reivindicações relativas aos aspectos pedagógicos levantados junto aos estudantes da turma, além ouvir a avaliação realizada pelos (as) professores (as) da turma.

Os representantes dos pais ou responsáveis deverão participar do Conselho de Classe ouvindo e participando das discussões quando necessário, trazendo contribuições e/ou reivindicações relativas aos aspectos pedagógicos levantados junto aos pais ou responsáveis da turma.

(<http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Instrucao-Normativa-n-002-2016-TEXT0.pdf>)

E. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Composta por critérios estabelecidos de acordo com o Regimento Escolar da Bahia.

CRITÉRIOS QUALITATIVOS				
ASSIDUIDADE	DISCIPLINA	PARTICIPAÇÃO	CUMPRIMENTO DE TAREFAS	NOTA QUANTITATIVA
PESO: 2,0	PESO: 2,0	PESO: 2,0	PESO: 2,0	2,0
Frequência. Pontualidade.	Respeito aos professores, colegas e funcionários. Cumprimento de regras e combinados Não usar eletroeletrônico nas aulas Evitar conversas e brincadeiras desnecessárias. Portar material necessário às aulas. Organização e limpeza da sala de aula e material pessoal.	Socializações. Autocorreções. Retirar dúvidas durante as aulas. Prestar atenção às explicações do professor.	Cumprir tarefas de classe e de casa. Produção.	Notas obtidas nos componentes curriculares em que for aprovado.

V - PROFESSOR ORIENTADOR

Professor Orientador: É aquele que vai monitorar e acompanhar os alunos, discutindo ações, revendo posturas, através de planejamento construído com a turma orientanda.

Representantes de Turma: São dois alunos (um garoto e uma garota) que também discutirão junto aos conselhos de classes, avanços e retrocessos, sendo porta-voz da turma.

Atentar para:

Orientador e alunos irão eleger os representantes da classe;

Orientador deve construir a missão que quer atingir junto com a sua turma;

Orientador e alunos devem construir a missão da turma, traçando metas que serão atingidas nas unidades.

Ex: Missão do Orientador

Ensinar aos alunos como estudar, através de práticas que estabeleçam a rotina necessária para a aprovação satisfatória de 80% da turma.

Missão da Turma:

Nós alunos da 2ª série do Ensino Médio temos como prioridade a responsabilidade de nos comprometemos com tarefas, exercícios, entre outras atividades escolares a fim de termos aprovação satisfatória, respeitando a toda comunidade escolar.

Metas da Turma:

Manter a harmonia da turma;

Não filar aulas;

Cumprir tarefas e prazos estabelecidos;

Manter rotina de estudos individual e coletivo;

Atentar para estudos sobre atualidades;

Ampliar o repertório leitor;

Participar significativamente de atividades propostas em todas as disciplinas.

VI – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (ProEI)

A. EDUCAÇÃO INTEGRAL

A concepção de educação integral assumida pressupõe uma aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã, que integra os diferentes saberes, espaços educativos, sujeitos e conhecimentos, ampliando a jornada escolar e criando possibilidades para uma nova organização curricular nas escolas públicas de educação básica, a partir da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem.

A Educação Integral compreende o direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.

Fonte: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaointegral#sthash.oLoJNdIj.dpuf>

B. OBJETIVO GERAL

Promover um processo de desenvolvimento humano e social emancipatório nos tempos e espaços da formação escolar, por meio de uma educação integral, integrada e integradora, que considera a multidimensionalidade do sujeito, suas relações biopsicossociais e o contexto histórico-político-social no qual está inserido.

Fonte: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/objetivosproei>

C. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Implantar a EDUCAÇÃO INTEGRAL em escolas da rede pública estadual através da diversificação do universo de experiências educativas.
2. Promover a articulação das diversas áreas do conhecimento de modo a garantir um trabalho interdisciplinar e contextualizado;
3. Ampliar a permanência diária de crianças, adolescentes e jovens na escola a fim de desenvolver as múltiplas dimensões da formação humana: cognitiva, afetiva, histórico-social, cultural, artística, profissional, familiar e outros.
4. Fomentar a re/construção coletiva do Projeto Político Pedagógico das UE, de modo a garantir a participação de toda comunidade escolar, e publicização e atualização periódica do mesmo;
5. Promover efetivamente a articulação pedagógica entre os projetos estruturantes da Secretaria de Educação nas escolas de EDUCAÇÃO INTEGRAL.

Contribuir pedagogicamente com a diversificação do universo de experiências educativas, fomentando a parceria entre escola e comunidade, articulando as diversas áreas do conhecimento e as mais variadas formas de aprendizagem.

Fonte: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/objetivosproei>

D. A PROPOSTA CURRICULAR

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que elas se constituem.

Fonte: SEEPR, 2008 IN <http://institucional.educacao.ba.gov.br/proei>

Fonte deste Manual: documento da própria escola

Anexo C – Validação dos Instrumentos



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
 FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA EDUCACIÓN
 MAESTRIA EM EDUCACIÓN
 Mestranda: Maria Iara Rodrigues
 Orientador: Prof. Dr. Luís Ortiz Jiménez

Prezado(a) Professor(a) Doutor(a),

Solicitamos a Vossa Senhoria, que participe do processo de validação de conteúdo (clareza de linguagem, pertinência prática e relevância teórica), do instrumento de pesquisa a seguir, do tipo questionário para docentes e estudantes, e entrevista para os gestores, que aborda a opinião dos participantes sobre Avaliação Qualitativa, o qual faz parte da pesquisa intitulada por: **“O Processo de Avaliação Qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas”**.

O objetivo geral do estudo é “Analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral”.

Para tanto, solicitamos uma análise das questões que constituem esses instrumentos, para determinar o grau de adequação das mesmas, com a proposta do estudo. Em seguida, atribua um conceito a cada uma das questões e assinale nas colunas, o que corresponde à sua opinião, sendo:

1	INADEQUADO
2	POUCO ADEQUADO
3	ACEITAVEL
4	ADEQUADO
5	MUITO ADEQUADO

Na primeira coluna, deverá ser atribuído um valor para o nível de **clareza da linguagem**, a qual diz respeito aos termos e à linguagem utilizada.

Na segunda coluna, deverá ser analisado o nível de **pertinência prática** da avaliação, isto é se a mesma tem importância para o quê, o instrumento se propõe avaliar.

Por fim, na última coluna deverá ser atribuído um valor para o nível de **relevância teórica** de cada questão, referente ao nível de associação entre a questão e a teoria.

Para sua participação voluntária, o senhor(a) deverá encaminhar uma resposta de confirmação de aceite, para o e mail: iarasantanna@hotmail.com, com o parecer acerca das questões, até o dia 20 de agosto de 2017.

Ciente da sua valiosa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues

DADOS DO AVALIADOR(A) PROFESSOR(A) DOUTOR(A)

NOME COMPLETO

ASSINATURA

FORMAÇÃO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Assinale nas colunas, o valor que corresponde a sua avaliação cada questão com relação à clareza de linguagem, pertinência prática e relevância teórica. Solicitamos que sejam apresentadas sugestões de alteração nas questões que receberem pontuação abaixo de 3.

Questionário para os educandos (1º Instrumento de validação)

Questões 01, 02, 04, 05 e 06

Objetivo específico: Verificar os critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades.

04. Os critério da Avaliação Qualitativa a serem seguidos pelos professores dessa escola são:

- () Assiduidade
- () Disciplina
- () Participação
- () Cumprimento de Tarefas
- () Nota Quantitativa

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

05. Participam dos Conselhos de Classe para discutir a Avaliação Qualitativa da turma de acordo com os critérios obedecidos:

- () Professores da turma
- () Líderes da turma
- () Orientador da turma
- () Pais de alunos da turma
- () Colegiado Escolar
- () Gestores
- () Alunos da turma

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

04. Meus professores obedecem aos critérios da Avaliação Qualitativa.

1	2	3	4	5	6
----------	----------	----------	----------	----------	----------

NUNCA		SEMPRE
--------------	--	---------------

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

05. Antes do processo avaliativo meus professores esclarecem para a turma, o que ele irá julgar e observar em cada critério.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

06. Quando questiono o valor atribuído a cada critério da minha avaliação, o professor me ouve e justifica o porquê da minha nota.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Questões 03, 07, 08, 09 e 10

Objetivo específico: Caracterizar o processo de Avaliação Qualitativa junto aos gestores, professores e educandos.

06. Os Conselhos de Classe acontecem...

- () Anualmente
- () Semestralmente
- () Trimestralmente
- () Bimestralmente
- () Mensalmente

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

07. Faça uma auto avaliação quando recebo o resultado da minha Avaliação Qualitativa.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

08. Nos Conselhos de Classe, além de tratar da Avaliação Qualitativa da turma, também é avaliada a prática do professor.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

09. Por ser uma escola de Educação Integral, o professor tem mais contato comigo e assim observa melhor meu desempenho escolar, e isso facilita a atribuição de nota que ele dá aos critérios da Avaliação Qualitativa.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
----------------------	--	--	--	--	---------------------	--	--	--	--	--------------------	--	--	--	--

1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Sugestões:

10. Confio no processo de Avaliação Qualitativa da minha escola.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Questões de 11 a 15

Objetivo específico: Conhecer a opinião de professores e alunos sobre o processo de Avaliação Qualitativa.

11. A prática da Avaliação Qualitativa dessa escola é importante para a minha formação cidadã.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

12. A boa ou má relação entre professor e aluno pode interferir no processo de Avaliação Qualitativa.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O					CONCORD O

TOTALME NTE		TOTALME NTE
------------------------	--	------------------------

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

13. A Avaliação Qualitativa traz melhorias para a minha aprendizagem.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

14. Considero a Avaliação Qualitativa um processo sério e justo.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O TOTALME NTE					CONCORD O TOTALME NTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

15. Com a Avaliação Qualitativa, tenho a oportunidade de mostrar meu desempenho escolar, para além da nota quantitativa.

1	2	3	4	5	6
DISCORD O					CONCORD O

TOTALME NTE		TOTALME NTE
------------------------	--	------------------------

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Questionário para os docentes (Instrumento de validação 2)

Para as questões de 01 a 08, marque quantas opções forem necessárias.

Questões de 01 a 08

Objetivo específico: Verificar os critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades.

01. Os critérios pré-estabelecidos a serem observados para a Avaliação Qualitativa dos alunos são:

- () Assiduidade
 () Disciplina
 () Participação
 () Cumprimento de Tarefas
 () Nota Quantitativa
 () Outros

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

02. A assiduidade do aluno é verificada através da:

- () caderneta de chamada.
 () pontualidade.
 () sua justificativa, caso chegue atrasado.
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

03. De acordo com a disciplina do aluno, considero como procedimentos atitudinais relevantes:

- () cumprimento de regras e combinados.
 () respeito aos professores, colegas e funcionários.
 () organização e limpeza da sala.

- () cuidado com o material didático pessoal.
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

04. No critério participação do aluno observe:

- () a socialização com os colegas (atividades em grupo).
 () a autocorreção das atividades.
 () os questionamentos feitos e as dúvidas apresentadas.
 () a apresentação oral das atividades propostas.
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

05. Avalio o cumprimento de tarefas do aluno através de:

- () realização de tarefas em classe.
 () realização de tarefas extraclasse.
 () entrega das atividades nos prazos estabelecidos.
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

06. O critério “Nota Quantitativa” corresponde à:

- () participação do aluno nas atividades de verificação da aprendizagem.
 () porcentagem da nota quantitativa.
 () presença do aluno nos dias das verificações da aprendizagem.
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

07. Antes de concluir o processo de Avaliação Qualitativa, se necessário solicito a participação do(s):

- () próprio aluno em questão.
 () líderes da turma.
 () professor orientador da turma.
 () articulador do PROEI (Programa de Educação Integral).
 () outros.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

08. No processo de Avaliação Qualitativa, os Conselhos de Classe têm a função de:

- () assegurar o uso dos critérios pré-estabelecidos.
 () compartilhar as análises de cada professor da turma.
 () esclarecer para turma, de que forma foram avaliados.
 () solicitar aos alunos uma nova postura, para que obtenham melhores resultados na Avaliação Qualitativa.
 () propiciar aos alunos um espaço democrático, onde eles possam externar seus anseios, acerca da forma como o professor faz uso dos critérios da Avaliação Qualitativa, bem como fazer uma auto avaliação.

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Para as questões de 09 a 24, marque apenas uma alternativa obedecendo à escala de concordância e de frequência.

Questões de 09 a 16

Objetivo específico: Caracterizar o processo de Avaliação Qualitativa junto aos gestores, docentes e educandos.

09. O processo de Avaliação Qualitativa desta escola está amparado pelas bases legais, de acordo com a LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com o regime Escolar vigente.

1	2	3	4	5	6
DISCORDO TOTALMENTE					CONCORDO TOTALMENTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

10. O processo de Avaliação Qualitativa dessa unidade de ensino é revisado e acompanhado pela da gestão, Colegiado e demais professores, pois é legítimo e está contido no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.

1	2	3	4	5	6
DISCORDO TOTALMENTE					CONCORDO TOTALMENTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

11. Asseguro a utilização dos critérios que norteiam a prática da Avaliação Qualitativa, dessa unidade escolar.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

12. Participo das reuniões com a equipe gestora, para discutir os desafios e perspectivas, e possíveis avanços e retrocessos que envolvem a utilização dos critérios da Avaliação Qualitativa.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

13. O processo de Avaliação Qualitativa permite a revisão do meu planejamento escolar, bem como se necessário o redimensionamento da minha prática pedagógica.

1	2	3	4	5	6
DISCORDO TOTALMENTE					CONCORDO TOTALMENTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

14. A auto avaliação docente, dentro da Avaliação Qualitativa, possibilita, subsidia e dá início a um processo de tomada de decisões.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

DISCORDO TOTALMENTE		CONCORDO TOTALMENTE
--------------------------------	--	--------------------------------

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

15. Caso o aluno questione o valor atribuído a sua Avaliação Qualitativa, tenho condições de argumentar com segurança, através dos registros e anotações feitas durante o seu processo de aprendizagem.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

16. Proponho aos alunos uma avaliação sobre minha disciplina e a minha prática pedagógica.

1	2	3	4	5	6
NUNCA					SEMPRE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Questões de 17 a 24

Objetivo específico: Conhecer a opinião de docentes e educandos sobre o processo de Avaliação Qualitativa.

17. De modo geral, estou satisfeito(a) com o processo de Avaliação Qualitativa dessa escola.

1	2	3	4	5	6
DISCORDO TOTALMENTE					CONCORDO TOTALMENTE

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

18. A Avaliação Qualitativa estreita as relações entre professores e alunos,

1		2		3		4		5		6	
DISCORDO TOTALMENTE										CONCORDO TOTALMENTE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

19. Considero a Avaliação Qualitativa dessa Unidade Escolar um processo importante, sério e justo.

1		2		3		4		5		6	
DISCORDO TOTALMENTE										CONCORDO TOTALMENTE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

20. Quando traço o perfil do meu aluno, através dos critérios da Avaliação Qualitativa, e o resultado não é considerado bom, tenho a oportunidade de mostrá-lo, que com uma mudança de postura, no que se refere aos conteúdos atitudinais, ele pode melhorar seu desempenho no processo de ensino aprendizagem.

1		2		3		4		5		6	
NUNCA										SEMPRE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

21. O resultado da Avaliação Qualitativa interfere de modo positivo e/ou negativo no resultado final do aproveitamento do aluno.

1		2		3		4		5		6	
DISCORDO TOTALMENTE										CONCORDO TOTALMENTE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

22. Enfrento dificuldades para realizar a prática da Avaliação Qualitativa.

1		2		3		4		5		6	
NUNCA										SEMPRE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

23. Quando a disciplina que leciono não participa do processo de Avaliação Qualitativa, o aluno fica prejudicado.

1		2		3		4		5		6	
NUNCA										SEMPRE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

24. Considero o processo de Avaliação Qualitativa uma ferramenta de transformação social, pois tal prática é constituída de valores éticos necessários à formação do cidadão.

1		2		3		4		5		6	
DISCORDO TOTALMENTE										CONCORDO TOTALMENTE	

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Entrevista com os gestores (Instrumento de validação 3)

FUNÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) DA UNIDADE ESCOLAR

- () DIRETOR(A)
 () VICE DIRETOR(A)
 () ARTICULADOR(A) DO PROEI (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL)

Objetivo específico: Verificar os critérios do processo de avaliação, bem como suas especificidades.

01. De que forma acontece o processo de Avaliação Qualitativa e quais são os critérios pré-estabelecidos?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

02. Existe um acompanhamento da equipe gestora, para assegurar a utilização dos critérios para prática da Avaliação Qualitativa?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

03. A equipe gestora promove encontros pedagógicos com os professores, para, discutir e analisar o nível de eficácia dos critérios, no processo da Avaliação Qualitativa? Com que frequência esses encontros acontecem?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

04. Os professores dessa instituição propõem práticas pedagógicas, que desenvolvem as habilidades do educando, possibilitando seu desempenho, para que ele atenda aos critérios da Avaliação Qualitativa?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

05. Anterior aos Conselhos de Classe, de que forma professores e alunos se articulam para as discussões relativas à atribuição de valores aos critérios avaliativos? A equipe gestora acompanha esse processo?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

Questões de 06 a 10

Objetivo específico: Caracterizar o processo de Avaliação Qualitativa junto aos gestores, docentes e educandos.

06. Como você caracteriza a Avaliação da sua escola?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

07. Quais os objetivos do Conselho de Classe referentes à avaliação? Quem participa e quando ocorrem?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

08. Depois do processo de avaliativo, como você consegue detectar alguma mudança, no agir pedagógico e na postura do professor, bem como na mudança de hábitos dos educandos?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

09. Você considera que esta escola está preparada para esse processo avaliativo?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões:

10. O processo de Avaliação Qualitativa desta escola, pode ser considerado uma ferramenta de transformação social, por quê?

Clareza de Linguagem					Pertinência Prática					Relevância Teórica				
1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Sugestões: